UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Lugares de montanha: Proposta de reactivação de uma aldeia do Vale do rio Ceira, Serra da Lousã

Guilherme de Oliveira Clemente Rodrigues

Orientação: Prof. Dr. Arq. Daniel Jiménez Ferrera
Prof. Dr. Jorge Croce Rivera

Mestrado Integrado em Arquitectura
Dissertação

Évora, 2016

Este documento não foi redigido ao abrigo do novo acordo ortográfico

Agradecimentos:

Aos meus pais, pela incrível paciência. À Carolina pelo carinho, apoio e ajuda em momentos críticos. Aos amigos, todos pela existência, em especial aos da Maria da Luz, ao João Lopes, Diogo Monteiro, João Tobias, Marco Nunes, António Pinto de Sousa, João Ferreira, Ana Cainço e Joana Pais pela ajuda e críticas que tornaram este trabalho sem dúvida melhor.

A todos os entrevistados, que sempre estiveram disponíveis para ajudar, à ARCIL, pelo trabalho de enorme valia que desenvolve e me inspirou a experimentar. Uma palavra especial para os meus orientadores, Daniel Jiménez pela clarividência constante e entusiasmo, e ao professor Jorge Rivera, pela “inteligência que contagia” e por sempre ter acreditado na execução deste projecto.

ÍNDICE

Resumo
Introdução

CAPÍTULO I Serra da Lousã, face visível do abandono rural 13
Sobre o espaço rural português 15
Importância de intervir no espaço rural 17
Experiências em curso 18
Serra da Lousã 20
Região Centro 22
Vale da ribeira de S. João 24
Origem dos assentamentos 26
Serranos 26
Organização do território 28
O vale 29
Marcas na paisagem 30
A casa 33
Moinhos, palheiros, currais, socalcos e levadas 34
Materiais e técnicas construtivas 34

CAPÍTULO II Uma aldeia abandonada 37
Silveira de Baixo, histório de um assentamento 38
Causas do abandono 39
3 que eram 2 39
Ortofotomapa do grupo Norte 40
Planta grupo Norte 42
Implantação 44
Carácter do lugar 44
O construído 45
Tentativas de reactivação 45
Oportunidades de intervenção 46
Tipologias 48
Estado de conservação 49
Planta da aldeia 50
Aldeia no início do séc. XX 52
Aldeia actualmente 54
Massa arbórea 60

CAPÍTULO III Desenho inclusivo 62
Desenho inclusivo, origens e conceito 64
Sobre a necessidade de um desenho inclusivo 66
Números da deficiência em Portugal 68
ARCIL, uma experiência com mais de 30 anos 68
A percepção do espaço pelos portadores de deficiência 69
Deficiência cognitiva 69
Deficiência auditiva 69
Deficiência visual 70
Deficiência motora 70
Estratégias de orientação espacial, o wayfinding 71
Os sentidos e o espaço 73
O olfacto 74
O tacto 76
A audição 78
O paladar 80
A visão 82

CAPÍTULO IV Aldeia inclusiva, montanha acessível 85
O início de uma comunidade 87
Estratégia 88
Reocupação 90
Estratégia programática 94
Elaboração programática 94
Escolha dos lugares de intervenção 95
Fases de intervenção 96
Percurso acessível 100
Pavimento 102
A táctica, exploração conceptual 104
Atitudes perante a ruína 106
Variantes operativas 112
A descrição da experiência 122
Ensaios de contraste 124
Casa original 126
Casa em ruína 130
Plantas da habitação 132
Cortes e alçados 134
Planta de cheiro e som 136
Planta de luminisodade e toque 138
Cortes construtivos 140
O filtro da paisagem 142
Estufa 144
A construção como terapia 146

CONCLUSÃO 148
Anexo I, Entrevistas e workshops 150
Índice de imagens 152

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 154

Lugares de Montanha: Proposta de reactivação de uma aldeia do vale do rio Ceira, Serra da Lousã

Resumo:

O território da Serra da Lousã, quase desabitado e profundamente descaracterizado, esconde lugares em ruína e indícios de vivências passadas que a montanha teima em reclamar. Importa recuperar esses lugares reinventando-os, sob pena de se perderem com o passar do tempo e o avanço do meio natural.
Este trabalho debruça-se sobre um dos lugares abandonados desta serra, a Silveira de Baixo, procurando nas suas raízes oportunidades para uma reactivação. Estuda a hipótese de tornar a aldeia e esta parte da serra, acessíveis a pessoas portadoras de deficiências, físicas ou cognitivas, tendo assim um duplo objetivo: permitir o acesso para todos a lugares de grande beleza natural e reactivar uma economia local que permita um desenvolvimento sustentado, através de actividades e produtos nativos deste território, conservando assim alguns dos seus saberes ancestrais.
Desenha-se deste modo o início de uma comunidade, experimentando um equilíbrio entre o antigo e o contemporâneo, negando a musealização do lugar que o pode tornar estéril e constitui um impedimento no retorno de vida a este território. Assim, o trabalho experimenta o papel da arquitectura na reactivação de um lugar antigo e com marcas, preservando os seus elementos notáveis e com eles construindo novas espacialidades que ajudem ao estabelecimento de vivências contemporâneas.

Palavras chave:
Montanha, reactivação, abandono, ruínas, aquitectura vernácula, acessibilidade, sentidos, deficiência.
.

Mountain setlements: Proposal for reactivating an abandoned village in Ceira river valley, Lousã mountain range

Abstract:

The Lousã mountain range, almost uninhabited and profoundly decharacterized, speaks to us through its ruins about ways of living that ceased to exist. It is important to recover and reinvent them, otherwise they will slowly vanish as time goes by and nature steps in.
This investigation focus on one of these abandoned settlements, Silveira de Baixo. It looks in its roots for opportunities of reactivation, investigating the hypothesis of turning this village and the mountain accessible to the physically and mentally impaired, thus assuming a double objective, of allowing these disabled people to experience a place of extreme beauty and of reinventing and reactivating native productive activities thus conserving them and allowing for the village's economical sustainability. This work designs a new beginning for a community and experiments the balance between the old and the new, without excessive patrimonialisation that often kills the return of life to such settlements. Experimenting the role of architecture in providing life to an abandoned place through a sustainable intervention.

Keywords:
Mountain, reactivation, abandonment, ruins, vernacular architecture, accessibility, disability

INTRODUÇÃO

"Os edifícios e as suas ruínas sugerem estórias sobre o destino humano, tanto reais como imaginárias. As ruínas estimulam-nos a pensar em vidas que já desapareceram e a imaginar o destino dos seus habitantes já falecidos. Ruínas e sítios erodidos têm um poder evocativo e emocional especial; forçam-nos a relembrar e imaginar. A incompletude e a fragmentação possuem um poder evocativo especial"

(Pallasmaa, 1985)

A experiência de visita a um lugar em ruína estimula a imaginação. Por um lado é evocadora de vivências passadas, desvendando memórias, e por outro apresenta-se incompleto, fragmentado, estimulando o imaginário através de múltiplas hipóteses de intervenção.

É do desejo de experimentar uma intervenção sobre um assentamento humano abandonado que surge este trabalho de investigação. A aldeia de Silveira de Baixo na Serra da Lousã é um destes casos, o abandono a que está entregue permite que as construções humanas voltem lentamente a ser montanha, apagando suas marcas na paisagem.

O que aqui se experimenta é a reactivação deste lugar, através de um programa que possa ser a semente para futuros assentamentos espontâneos. Um projecto cujo fim não está totalmente definido, redesenhando-se no decorrer da experiência permitindo alterações de rumo.

Neste trabalho não se procurou uma resposta absoluta, ou o meio mais acertado de intervir num lugar transformado pela ausência humana e pelo avanço do meio natural, mas antes o levantar de questões e a formulação de cenários, que sirvam de manual de instruções para uma futura intervenção. O projecto opera desde a escala da aldeia até à escala humana, procurando experimentar não só a interacção entre a ruína e a intervenção contemporânea, mas também o papel dos sentidos como ferramenta para uma arquitectura inclusiva.

O primeiro dos capítulos elabora um retrato do espaço rural português e faz uma aproximação monográfica ao território da Serra da Lousã, para que a compreensão do mesmo e do abandono a que foi votado, permita uma intervenção coerente e contextualizada.
No segundo capítulo realiza-se um levantamento das pré-existências da aldeia, colocando em contraste o antigo(habitado) com actual (a ruína), procurando potencial que permita o desenvolvimento de um programa de reactivação.

No decorrer deste estudo surgiu uma possibilidade programática, tendo como tema o desenho inclusivo. A ARCIL(Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã) proprietária de várias habitações no lugar, apresenta-se como parceiro natural para o arranque deste projecto. Assim, os temas da arquitectura inclusiva como ferramenta de desenho e do papel dos sentidos na percepção espacial são tratados no terceiro capítulo.

No quarto e último capítulo, a informação recolhida e tratada nos capítulos anteriores é utilizada em três experiências projectuais. Trata-se de três espaços com programas diferentes (produção, terapia e habitação), onde se experimenta a intervenção contemporânea sobre espaços em ruína - partindo de uma abordagem multi-sensorial e criando uma narrativa completa do processo de desenho.

CAPÍTULO I

SERRA DA LOUSÃ, FACE VISÍVEL DO ABANDONO RURAL

SOBRE O ESPAÇO RURAL PORTUGUÊS

A característica mais importante do espaço rural é o seu dinamismo, que pode ser lido sob vários aspectos, demográfico, económico, cultural, ambiental ou produtivo. Desde o início do binómio urbano/rural muitas transformações aconteceram que alterando a sua matriz. Se em meados do séc. XX, os sítios rurais ainda se encontravam próximos do seu máximo demográfico devido à fraca industrialização em Portugal, a queda da agricultura como principal sector de actividade das populações alterou as circunstâncias. Este factor potenciou um êxodo para o meio urbano que levou ao abandono de muitos lugares no campo.

As migrações da população portuguesa sejam elas internas ou externas são um fenómeno recorrente na história do país. Internamente, além das migrações permanentes do campo para a cidade, existiam migrações sazonais, como a dos Ratinhos[1] ou dos Avieiros[2], os segundos originários da Praia da Vieira, migravam nos meses mais frios por mar até aos estuários do Tejo e do Sado onde acabaram por se estabelecer até aos dias de hoje. Contudo os movimentos demográficos mais importantes para o êxodo rural foram as migrações para as grandes cidades do litoral, e para o estrangeiro (Américas numa primeira fase e Europa Central e do Norte já no séc. XX). As causas destas movimentações estão profusamente identificadas, sendo a falta de acesso ao trabalho e serviços o principal motor da emigração. Assistiu-se assim a um progressivo esvaziamento das populações rurais, com consequências importantes para o seu futuro.

A desertificação foi acontecendo por outras causas: no interior do país, em que as populações dependiam bastante do meio natural para a sua subsistência, estas movimentações foram facilitadas pelas políticas florestais do Estado Novo, criando dificuldades especialmente às populações serranas, através do apropriamento indevido dos seus domínios na serra, os casais, essenciais para o sustento destas populações.

"A aplicação do regime florestal nas serras foi interpretada à luz de uma violenta crítica à política autoritária e repressiva do Estado Novo. O balanço geral do empreendimento aponta para a apropriação ilegal pelo estado de terrenos de usufruição comunitária, a redução drástica das práticas de exploração territorial, sobretudo o pastoreio, os procedimentos incorrectos dos Serviços Florestais, com abusos de autoridade e actos de violência, a compactação das áreas arborizadas com essências resinosas, daí uma extrema sensibilidade à propagação dos fogos, e por último o aceleramento do despovoamento das serras, provocado pela brusca falta de recursos locais." (Vareta, 2003)

Com o fim da ditadura surge um movimento de ocupação em pequena escala do território rural, mas no sentido inverso. A chegada dos novos rurais vindos maioritariamente do estrangeiro ou das metrópoles nacionais vem emprestar dinamismo a estes territórios demograficamente deprimidos. Descontentes com a vida na cidade encontram no campo uma oportunidade para recomeçar junto da natureza. Começam então a nascer algumas novas comunidades que ocupam lugares em ruína, subsistindo algumas delas actualmente.

O espaço urbano e o rural alteram-se mutuamente. Geralmente o espaço urbano tende a ser beneficiário dos produtos e das gentes ao passo que o espaço rural se apresentou como fornecedor dessa

1. Migrantes oriundos de todo o continente português que sazonalmente se deslocavam em direcção à planície alentejana para ali trabalharem na agricultura.
2. População oriunda da Praia da Vieira que se deslocava para os estuários do Tejo e Sado durante o Inverno, acabando por ali se estabelecer.

Ilustração " A lição de Salazar", instrumento de propaganda que glorificava a vida rural.

massa crítica. *"... o sentido da evolução da história e da geografia é visto de forma mutuamente exclusiva e segundo uma sequência irreversível: a cidade cresce sobre o território ex-agrícola, absorvendo a população saída do êxodo rural. Esta, por sua vez, alimenta o subúrbio e as periferias urbanas ..."* (Domingues, 2011)

Actualmente e como explica o geógrafo Álvaro Domingues não se pode falar de uma dicotomia entre urbano e rural, sendo que estes dois espaços se intersectam e coexistem no mesmo território. Apesar desta ligação estreita (muitas vezes física) que se verifica entre urbano e rural, existe uma tendência para pensar no campo como um espaço bucólico, de carácter imutável e onde os rurais ainda praticam as mesmas actividades ancestrais sem recurso a novas tecnologias. Esta maneira de ver a ruralidade está patente nas campanhas de propaganda do Estado Novo com o objectivo de mostrar um ideal familiar português. Os meios utilizados para esse fim eram os célebres cartazes "A Lição de Salazar" distribuídos pelas escolas e casas do povo, ou os livros de educação para adultos "Colecção Educativa" que explicavam em alguns dos números os saberes e as vivências da vida no campo, como demonstra Maria Remédio: *"É a pobreza honrada presente na forma como a casa e a família são apresentadas. É este o estar que Salazar pretendia para os portugueses. Encontra-se aqui representado o ideal da família portuguesa para o Estado Novo, um regime que preferia a ordem ao desenvolvimento, uma ditadura tradicionalista que valorizava o meio rural e que afastava as influências do mundo industrial dos anos de 1930."* (Remédios, 2012)

O bucolismo associado à vida rural ainda se faz sentir, e se em 1930 era parte da propaganda de Salazar, actualmente é utilizado pelo marketing turístico, que se apodera ferozmente da paisagem rural. Este pensamento de que o espaço rural tem que continuar petrificado num tempo antigo constitui um dos maiores obstáculos à sua reactivação. Para manter e sustentar este "cenário" a estratégia produtiva passa quase sempre pela aposta no turismo. O problema desta aposta única consiste na esterilização do lugar que o turismo muitas vezes provoca, em favor de uma encenação das vivências passadas sem carácter produtivo, criador ou fixador de populações.

Como foi referido anteriormente, o espaço rural apresenta nos dias de hoje uma depressão demográfica considerável, existem muitos lugares abandonados. Sendo esta realidade em muitos dos casos inevitável, ela constitui em outros uma oportunidade de intervenção. A importância destas intervenções prende-se com as funções de produção agrícola e de conservação do meio natural em espaço rural, funções cada vez mais importantes para a sociedade contemporânea.

A desertificação do interior de Portugal trouxe consigo uma progressiva perda de identidade do espaço rural, dos seus saberes e tradições. Com o objectivo de minimizar esta perda apareceram recentemente algumas experiências de reactivação do meio rural.

"*Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a transbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que sofre."* (Queirós, 2001)

Escola do Porto, fotografia de Álvaro Domingues mostra dois espaços que se intersectam, o urbano e o rural.

IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO EM MEIO RURAL

O abandono a que estão votados estes lugares provoca não só a gradual perda do património construído, mas também de um conjunto de saberes, adquiridos através de uma simbiose desenvolvida ao longo de séculos com o meio natural. Negligenciando estes territórios a compreensão da sua história tornar-se-à mais difícil. Reveste-se assim de grande importância a reabilitação destes lugares, reinventando a vivência serrana e conservando a riqueza da memória colectiva de um povo, não desprezando o conhecimento adquirido e trabalhado ao longo de muitos anos. A importância de tais intervenções pode ser lida sob várias dimensões:

Dimensão humana: Os habitantes destes lugares demograficamente fragilizados são fundamentais do ponto de vista da intervenção, pois não só são portadores dos saberes nativos do lugar, como da sua história. É muito importante que a reactivação conte com a participação de quem habita o espaço e incentive os naturais a permanecer nos lugares.

Dimensão ambiental: A preservação da fauna e flora das envolventes rurais pode ser encarada sob vários pontos de vista. A protecção de habitats e das espécies autóctones e a utilização dos recursos que o meio oferece, permitem uma fonte de rendimento, energética, alimentícia e previnem perdas do meio natural local, protegendo-o de catástrofes como os incêndios, que ao destruírem as espécies existentes abrem espaço para as invasoras na reconstrução da paisagem. Ao mesmo tempo que se assegura a manutenção deste património natural, todo o conhecimento sobre este mundo enriquece a memória do lugar e permite uma valorização cultural que deve ser aproveitada de forma consciente.

Dimensão patrimonial: Devido à sua persistência e longevidade temporal, a arquitectura dos espaços rurais é portadora de informação acerca das vivências, actividades, vida em sociedade, técnicas, etc. Tendo este compromisso de verdade para com o que se passa dentro e fora dos seus limites, a arquitectura e todas as investigações históricas que nela se apoiam saem beneficiadas se a intervenção for precedida de um registo exaustivo das pré-existências. Tendo em vista a conservação de seus elementos notáveis e tentando compreender sistemas construtivos que ainda hoje continuam a adaptar-se perfeitamente às condicionantes locais. Uma reinvenção das técnicas artesanais, propiciando o seu uso em objectos ou na arquitectura ajuda a manter vivas não só as técnicas mas toda uma escola de saber fazer.

Dimensão económica: Um dos problemas de qualquer reactivação no meio rural é descobrir a sua sustentabilidade económica. Este factor pode associar-se ao comércio de produtos endógenos mas também à reinvenção de práticas artesanais antigas. A exploração florestal é, nos dias de hoje, um negócio rentável e que pode contribuir para um controle de ameaças como os incêndios ou as pragas, evitando assim custos desnecessários.

Grupo envergando as tradicionais máscaras celebra o Entrudo na aldeia de Aigra-Nova.

EXPERIÊNCIAS EM CURSO

Surgiram nas últimas décadas algumas experiências de reactivação de lugares abandonados em Portugal, uma parte destas é fruto dos movimentos de ocupação de neo-rurais atrás referidos, outras, mais concertadas com o apoio de instituições estatais ou privadas.

O ponto comum a todas estas reactivações é a preocupação em recuperar não só o património construído mas também o património imaterial, colocando em acção as técnicas e saberes próprias dos lugares com fins produtivos.

Tamera, Odemira, Alentejo Litoral: Um projecto iniciado em 1978 na Alemanha mas transferido para Portugal em 1995 que conta com 170 habitantes. Nesta comunidade com regras e estilo de vida muito próprios foi levada a cabo uma transformação da paisagem árida para uma paisagem de retenção de água, permitindo combater a desertificação dos solos que afectava este terreno de 140 ha. Promovendo a paz entre pessoas, animais e a natureza, e o amor livre este lugar conta nas suas infra-estruturas com peças que lhe garantem a sua quase sustentabilidade energética, alimentícia, e cultural.

Eco-aldeia de Janas, Janas, Serra de Sintra: Este projecto idealizado em 2012 reabilitou uma pequena quinta onde desenvolve iniciativas de experimentação e formação tendo como base o conceito de do-it-yourself, o objectivo é formar pessoas para que através das técnicas ali aprendidas possam transformar os espaços que habitam. Os saberes aqui partilhados variam desde a apicultura, a construção natural, a agricultura sustentável, a produção de bebidas artesanais ou a carpintaria. Nos últimos anos distingue-se pelo apoio a projectos pessoais e lançamento dos mesmos sempre sob o cunho da sustentabilidade.

Vale da Sarvinda, Vila Velha de Ródão, Parque Natural do Tejo Internacional: Desde 2013 existe num terreno de 40 ha, um projecto de habitação, produção agrícola, turismo e conservação da natureza no concelho de Vila Velha de Ródão. Para o início deste projecto, foi necessário o apoio de fundos europeus, um plano ambicioso envolvendo espaços de produção agrícola, reconstrução de ruínas, construção de parque de campismo e delimitação de área sem intervenção humana. Os principais objectivos deste projecto são a fixação de populações e a sustentabilidade agrícola e energética.

Cerdeira, Serra da Lousã: A Cerdeira Village, é um projecto recente, mas delineado ao longo de vários anos por ex-habitantes desta aldeia e por um casal alemão que ali se instalou. A actividade produtiva principal é a arte, aqui é possível participar em residências artísticas e workshops o que contribuiu para que o espaço construído fosse reabilitado nesse sentido. Novas valências foram criadas como o forno de cerâmica sem fumo japonês, que tornam esta aldeia atractiva para artistas. Realizam-se com frequência actividades de experimentação artística coordenadas por reconhecidas figuras das artes.

Aigra-Nova, Góis, Serra da Lousã: Instalada desde 2009 na aldeia de Aigra-Nova, a Lousitanea, associação que tem como missão a preservação do património cultural e natural da Serra da Lousã reconstruiu em conjunto com os habitantes da aldeia algumas valências. Dentro destas novas infra-estruturas merecem destaque o núcleo asinino e a maternidade de árvores para reflorestação. Este lugar também promove o registo e transmissão de conhecimentos sobre as técnicas construtivas e agrícolas e a continuação de tradições como as máscaras de entrudo típicas desta região.

Para este estudo, foram considerados dois casos de reactivação de aldeias no estrangeiro. O primeiro por se encontrar num contexto semelhante, aldeia de montanha a sofrer uma transformação que adapta o seu espaço construído às necessidades actuais. O segundo por se tratar de uma reconstrução de um sítio histórico, em que a experiência realizada encontrou diversos problemas similares aos deste estudo.

Colletta di Castelbianco, Savona, Alpes Italianos: Decorreu de 1993 a 1999 o projecto de reabilitação pelo arquitecto Giancarlo de Carlo, um renomado especialista em restauro. Este projecto tratava do restauro de uma aldeia de montanha, de forma a que esta pudesse acomodar novos habitantes, com vivências diferentes daquelas para as quais a aldeia tinha sido originalmente construída. A construção original era constituída por células que se assemelhavam a socalcos e nelas estão contidas, como uma continuação da montanha, uma implantação “crustácea” como refere o arquitecto, pois cada habitação pode avançar pela cobertura da anterior. Estas células têm as mesmas dimensões o que é repetido nos espaços vazios, das estradas, terraços e caminhos, criando assim uma coerência espacial e material entre cheio e vazio. Este projecto de restauro acabou por, usando as mesmas tipologias, métrica e materiais, apenas dar um novo conforto para a vivência moderna, através da organização das funções técnicas (electricidade, gás, água) de um modo coerente com a pré-existência. Uma intervenção discreta mas que permitiu uma reactivação controlada da aldeia.

Birzeit, Palestina: A reconstrução desta aldeia iniciada em 2007 teve um duplo objectivo, de gerar emprego e recuperar na sua construção técnicas e saberes ancestrais locais. O estúdio Riwaq - Centre for Architectural Conservation, opera assim uma reconstrução de um sítio histórico, galardoado com o prémio Aga Khan. Substituindo os usos dos sítios históricos como novos hubs de actividade, as intervenções caracterizam-se pela diferenciação da nova intervenção relativamente às antigas construções, e onde a informação acerca das edificações antigas não existia, estas foram reconstruídas de uma maneira moderna. Este projecto teve a participação de ONGs e da população.

SERRA DA LOUSÃ

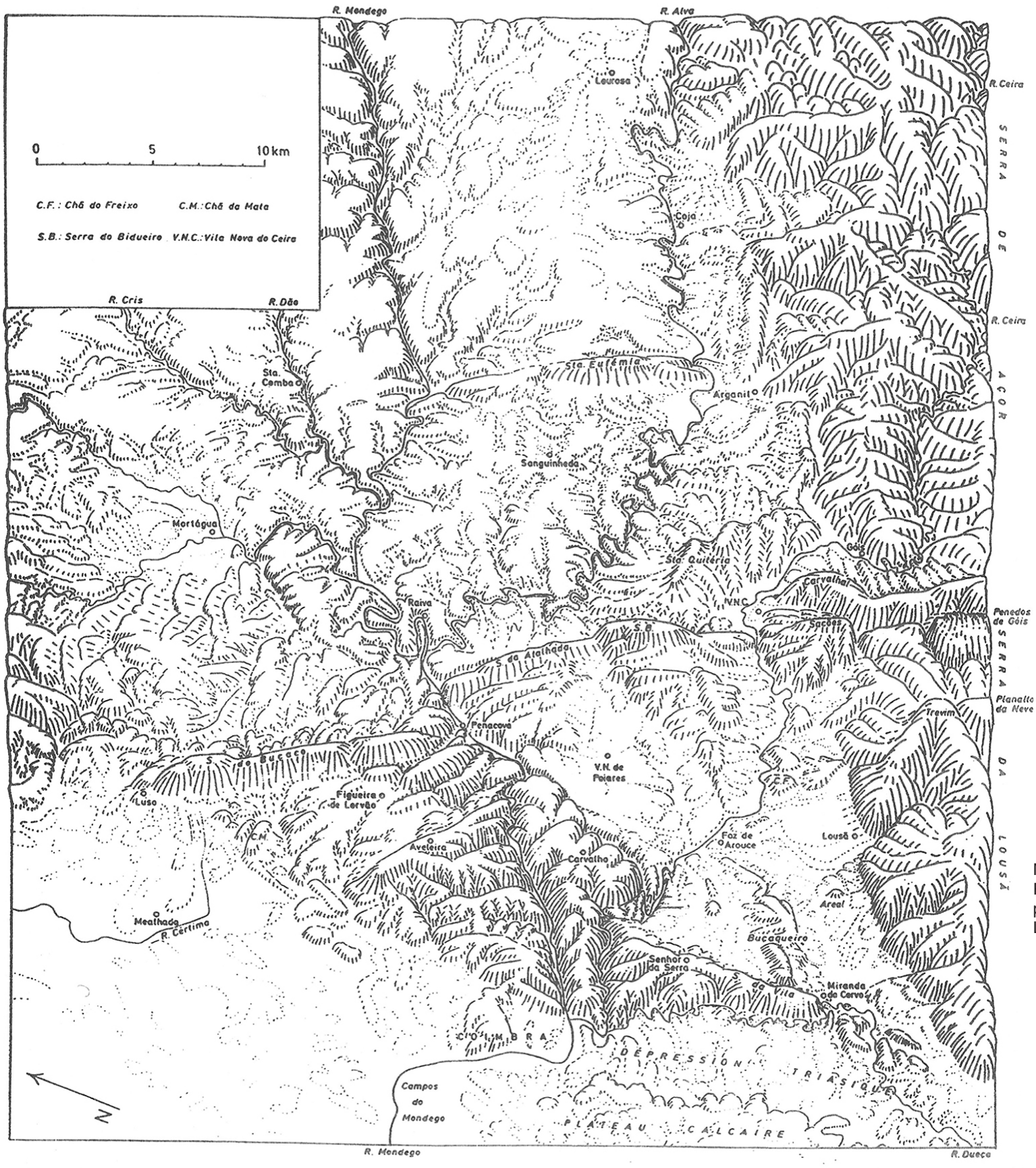
"O concelho da Lousã situa-se numa região relativamente plana, encostada a uma montanha que, por acaso, é a primeira montanha da Cordilheira Central Ibérica, a qual racha ao meio a Península Ibérica. A serra da Lousã fica-lhe á esquerda, seguindo-se para Nordeste, as serras da Guarda e Guadarrama, relevos acidentados que só vão esbater-se nos Montes Ibéricos, de onde partem os planaltos de Castela-a-Velha e Castela-a-Nova, respectivamente para Norte e para Sul. Mas o que interessa dizer acerca disto é que o que trouxe estes montes à superfície, foram movimentos ercínicos que se deram na Era Primária, mais ou menos pelo Ordoviciano. Sucede que a rocha que estes movimentos fundamentalmente trouxeram à superfície, tanto na serra como na encosta da Vila da Lousã, foi o xisto." (Henriques, 1989)

O território da Serra da Lousã é constituído por montanhas de xisto que se elevam abruptamente desde os 70 metros na vila da Lousã até aos 1204 metros no Alto do Trevim numa distância de apenas 4 quilómetros. As torrentes que descem da Serra alimentaram a fértil planície aluvial da Lousã, permitindo assim a fixação das primeiras populações no que agora é o espaço onde se implanta a vila. Esta unidade geográfica reparte-se pelos municípios de Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Góis, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande. Com uma topografia acidentada, de vales escavados e encostas íngremes, a apropriação deste território por parte do homem nunca se afigurou fácil.

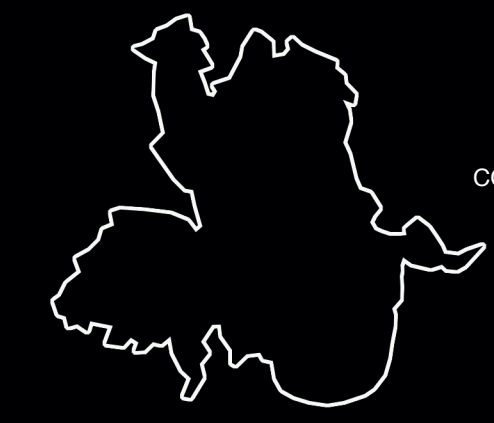
Caracterizada pelo Dr. Louzã Henriques como o primeiro momento de uma extensa cadeia montanhosa: *"A serra é uma espécie de guarda avançada"*. Autores como José Saramago também descrevem a sensação de percorrer estas montanhas: *"O céu está baixo, roça quase os montes que só agora estão trepando às costas uns dos outros, mas sem grande esforço ou convicção. O rio, afinal, mal se vê da estrada, aqui, além, não a constante que o mapa parecia prometer."*
(Saramago, 2000)

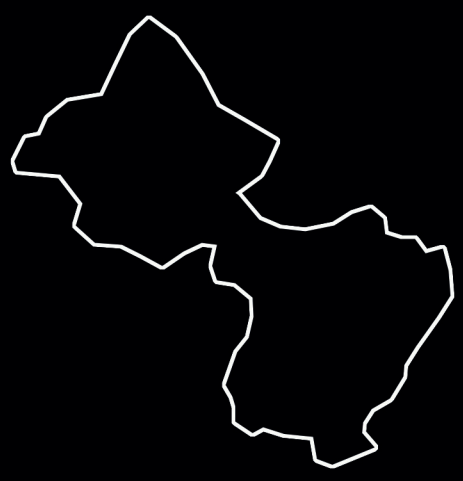
O território Serra da Lousã marca o início do Maciço Central que actua como limite entre as duas áreas de influência climática em Portugal. O Norte apresenta uma influência predominantemente Atlântica, enquanto que o Sul é influenciado em grande parte pelo clima mediterrânico. Traços característicos dos dois tipos de clima podem ser encontrados neste território. Devido à sua orografia pode ocorrer a formação de neve na serra durante o Inverno, ou temperaturas máximas a rondarem os 42ºC no Verão, o que propicia a ocorrência dos fogos florestais. A humidade desta serra raramente desce dos 70% devido às massas de ar do Atlântico, que ao subirem a serra diminuem ainda mais a sua temperatura e aumentam a humidade. Os ventos dominantes são de Noroeste, e Oeste.

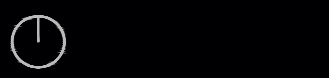
Este território, pela variedade e extrema riqueza da sua fauna e flora, está inserido na Rede Natura, uma rede europeia de sítios protegidos que assegura a biodiversidade, conservando e restabelecendo habitats naturais, plantas e animais selvagens de forma a manter as características típicas dos locais. Inclui-se ainda na Reserva Ecológica Nacional, uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas, a permanência e a intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas.

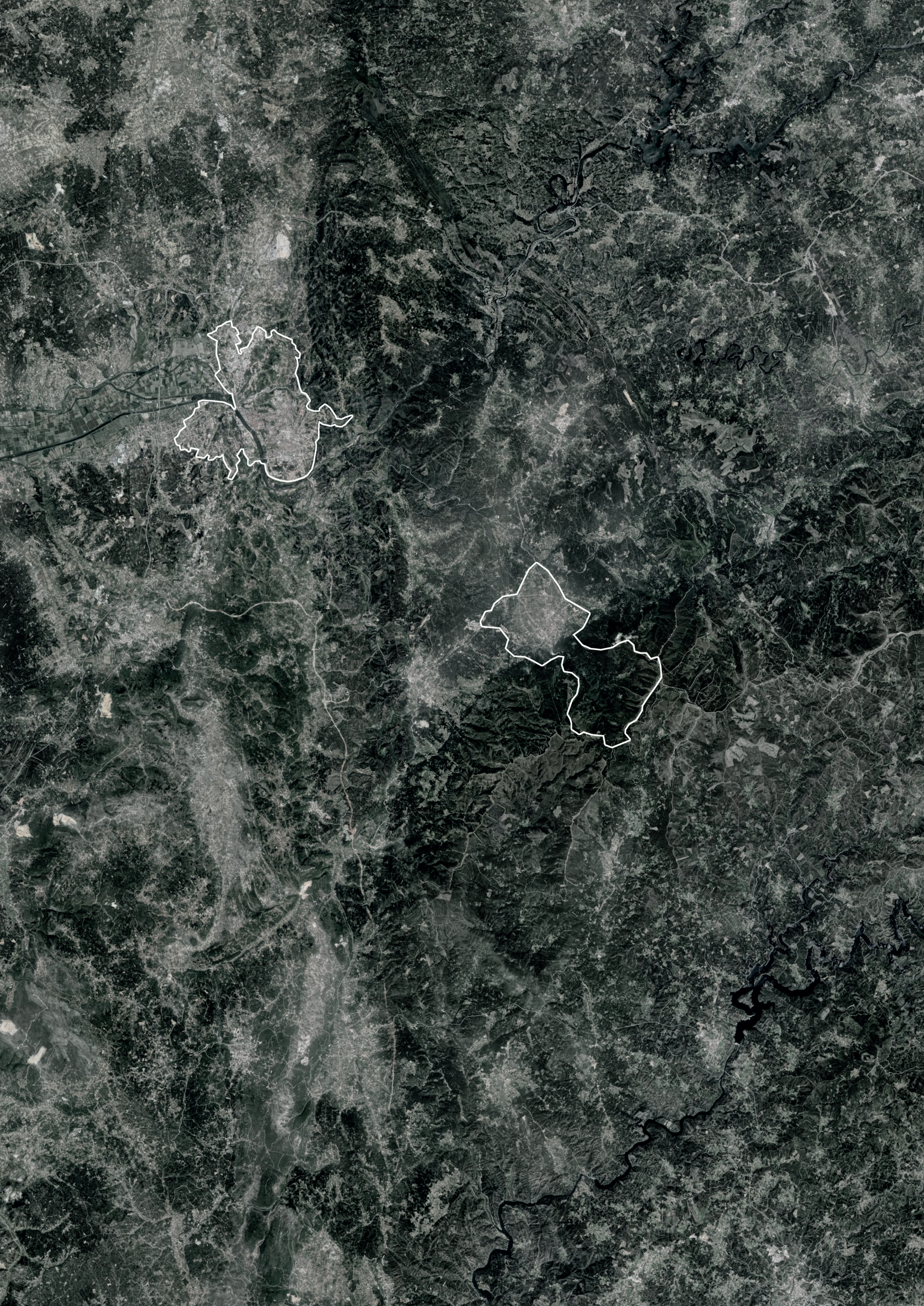


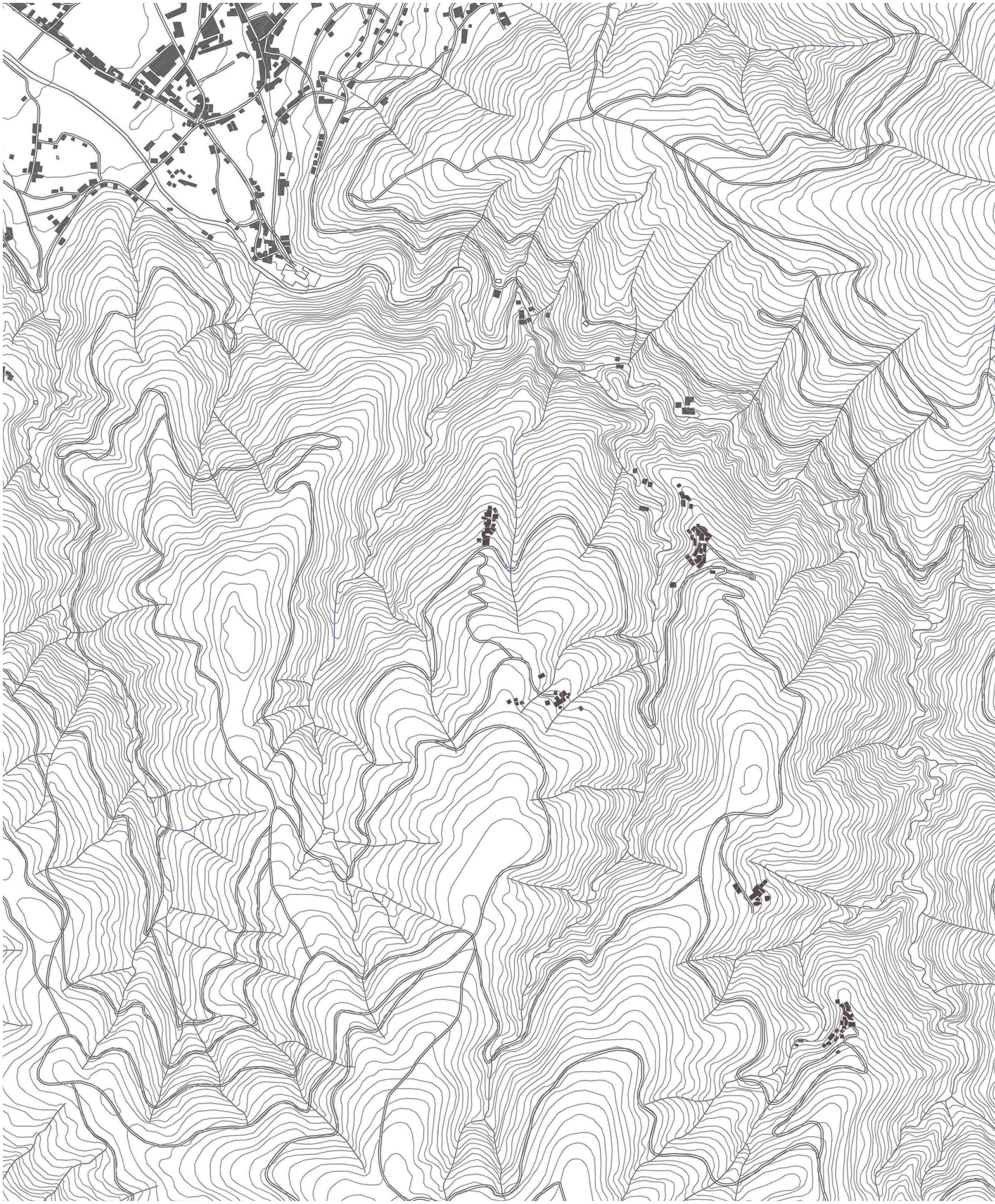
Mapa antigo das Serras de Portugal, no canto inferior direito pode-se observar a Serra da Lousã.


COIMBRA


LOUSÃ


0 2,5 5 10km





Na página anterior, ortofotompa da região centro de Portugal. Nesta página, planta do Vale da ribeira de S. João, no canto superior esquerdo pode-se observar a Lousã.

0 100 400m

ORIGEM DOS ASSENTAMENTOS

Sobre o começo do povoamento desta serra, várias hipóteses foram ao longo dos tempos avançadas, não existindo consenso sobre esta matéria devido à escassez de achados arqueológicos que comprovem uma presença antiga de humanos na Serra.

"Não se pense, porém que esta floresta tenha permanecido inviolada. A agressão viria do sopé da Montanha, de populações que treparam a praticar a rapina de lenhas, de madeiras, de frutos, de caça e de pastos consumidos por rebanhos transumantes. (...) A serra seria a tentação, o chamamento da população das Planuras por ser fonte de utilidade, ambiente de mistério, ou recanto de refúgio." (Caldas,1989)

A primeira marca do povoamento serrano será porventura o castelo que se implanta na entrada do Vale, *"hoje restaurado ao gosto das ideias do nosso tempo"* (Caldas,1989) pode ter sido antes de se tornar castelo apenas uma ruína de algum castro. O que importa salientar é que este lugar se encontrava no limite entre o reino Cristão e o Califado de Córdova, tendo trocado de Senhores algumas vezes, pela sua proximidade ao rio Mondego. O primeiro "serrano" conhecido foi o ermita Padre D. João de Melo Cáceres, que na serra morreu em 1564 num sítio que foi posteriormente nomeado de Ermida.

Os primeiros povoadores segundo alguns estudiosos seriam os pastores de transumância, vindos da Serra da Estrela ou da planície da Lousã. Estes construíram as primeiras habitações (abrigos). Outra hipótese avançada é a da fixação de alguns casais proscritos, que não se adaptando à severa sociedade medieval, povoaram estes lugares de montanha em busca da desejada liberdade. De relevo é também a grande concentração de lugares num espaço geográfico relativamente pequeno e de difícil orografia, o que pode levantar ainda mais questões em relação à data do início dos assentamentos. Contudo a referência mais antiga à existência dos povoados serranos data de 1581, curiosamente da existência da aldeia de Silveira.

SERRANOS

A riqueza destes territórios de montanha evidencia-se na forma como as suas gentes se apropriaram da paisagem, que se apresenta como lugar agreste mas providenciador de sustento.

Grande parte destas vivências estão patentes nos escritos do Dr. Louzã Henriques, etnólogo e apaixonado pela serra e que empresta seu nome ao museu etnográfico da Serra da Lousã.

A vida na Serra era uma vida de trabalho constante sob condições de vida agrestes, baseava-se no aproveitamento do meio natural através da agricultura e criação de gado. O serrano, era um homem de aparência dura, calejado pela vida árdua de trabalho, que se desenrolava do nascer ao pôr do sol. Talvez o documento que melhor retrate estas gentes seja o relato do médico lousanense Américo Vieira de Lemos num colóquio sobre saúde nas comemorações do centenário do Hospital de S. João em 1988, em que refere as suas incursões aos povoados da serra.

"Há 40 anos os casais da serra eram ainda bastante habitados, mas a vida era dura. Vegetavam na dependência duma agricultura de subsistência, uma pecuária pobre e seus derivados. A produção de mel era em quase todos os lugares comunitária; as abelhas pastavam na urze, mansamente e num zumbido musical, e o produto tinha um paladar e perfume característico, que ainda hoje empresta valor comercial ao rótulo – mel da Serra da Lousã.

Na serra havia castanha, mato e pinhal, pois a oliveira pouco subia além das faldas; muitas vezes se o paciente se apercebia haver da nossa parte além do interesse técnico dirigido à doença também interesse

Em cima à esquerda, carvoeira da Serra. À direita, emigrantes da Serra da Lousã em Nova Iorque.

pelo doente como pessoa, agradecia e retribuía com um magusto ou um pequenino pote de barro vidrado com mel. Mas o cultivo das terras merece uma referência pois além de mostrar a têmpera daqueles serranos é uma homenagem às populações heróicas que num apego ao torrão em que nasceram germen do sentimento de pátria, amavam as suas leiras, cultivavam num esforço sobrehumano pouco compensador, pequenas faixas de terra arável, com incrível declive, em que as enxurradas quase todos os anos arrastavam a parte humosa do solo da zona mais elevada para a parte baixa. Depois pacientemente as mulheres transportavam a terra à cabeça em cestas, novamente para cima a cobrir as partes em que a laje xistosa ficara descarnada. (…). Com o despovoamento dos casais serranos passou-se algo mais que a mera desertificação da serra da sua população autóctone. Aqueles pequeninos aldeamentos onde tantas vezes me desloquei no desempenho da minha profissão de médico, tinham uma típica e inconfundível vida própria, de características comunitárias – auxílio mútuo em trabalhos agrícolas, cultura do mel, pastoreio dos rebanhos, etc.

O ambiente que se nos deparava era de invejável paz, sossego, respeito mútuo, auxílio espontâneo às dificuldades dos outros, etc. O pulsar desta vida simples e patriarcal, era a espontânea maneira de ser e de viver daquelas populações. Eram conceituados como gente honestíssima e encontravam crédito ilimitado em toda a Lousã. A sua ideologia, a sua maneira de se exprimir, tudo isso era a alma daquele povo serrano. O autor da monografia – A Lousã e o seu concelho – lousanense que conhecia a serra a palmo e a fundo a alma das suas gentes – define a população serrana como forte, sóbria e pouco expansiva, com uma moral sadia a par da simplicidade de viver." (Lemos, 1988)

Apesar da vida dura e normalmente desconfortável dos povos da serra, esta população tinha alturas de lazer e diversão, que apesar de escassas e normalmente relacionadas com as fases das sementeiras e colheitas, representavam uma oportunidade de socialização com os vizinhos, mas também com habitantes de outros lugares. Assim existiam as celebrações de cada grupo de 3 aldeias, que decorriam normalmente, por serem de cariz religioso, junto das capelas edificadas em cada grupo.

Existiam as peregrinações e celebrações conjuntas, como a que decorria e decorre no ponto mais alto da serra, o Alto do Trevim, e a peregrinação da Senhora da Piedade, no centro do Vale, junto ao castelo. Estas eram oportunidades para "namoricos" e para se "dançar o fado corrido em rodas que por vezes excediam as 50 pessoas." como revela em entrevista Casimiro Simões, neto de ex-habitantes das Silveiras.

As actividades produtivas destas populações eram, principalmente, a criação de gado, caprino durante todo o ano e ovino sazonalmente, a apicultura, a produção de carvão e de castanha. Não existiam lojas, e quase todos os habitantes ajudavam os seus vizinhos nas tarefas do campo, fossem elas de proveito privado ou comunitário. O pouco comércio realizava-se ocasionalmente na vila, ou na Catraia da Ti Joaquina, um entreposto comercial na periferia do vale que reunia os comerciantes de toda a serra.

O vale da Ribeira de S. João, cujas origens do povoamento se encontram envoltas em mistério apresenta grande diversidade de apropriações do território. Numa área relativamente pequena (6 km quadrados) implanta-se um castelo que guarda a entrada para o vale e que contará pelo menos 1000 anos desde a sua implantação (cuja data é também desconhecida).

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Várias escavações arqueológicas no local apontam-no como a génese do povoamento da serra, pois em seu redor encontrava-se uma pequena povoação protegida pelas muralhas do mesmo. A sudeste da fortificação edificou-se a ermida de N. Senhora da Piedade, sendo estes dois elementos a porta de entrada para o Vale.

Nesta área geográfica de reduzidas dimensões existem 9 aldeias, organizadas em grupos de 3, facto que relembra a extrema pobreza dos lugares, pois cada grupo assim se organizava em torno de um culto religioso numa altura em que não existiam meios económicos para cada lugar possuir a sua capela, esta era partilhada pelos 3 lugares.

Estes grupos estavam divididos do seguinte modo:

- Silveira de Baixo, Silveira de Cima, e Cerdeira constituem o grupo Norte, reunidos em torno do culto de S. Lourenço, mais tarde a aldeia de Cerdeira após conflitos com as Silveiras constrói a sua capela dedicada a N. Sra. de Fátima.
- Chiqueiro (possivelmente o lugar mais antigo), Casal Novo e Talasnal formam o grupo Sul, com culto em torno da capela do Chiqueiro.
- Vaqueirinho, Candal e Catarredor formam o grupo Sudeste e reuniam-se religiosamente na capela do Catarredor.

Estes assentamentos localizavam-se sem excepção entre as cotas 700 e 820 , geralmente sobre linhas de festo ou sobre pequenos vales, o que poderia sugerir a sua origem castreja como refere Orlando Ribeiro, apesar de esta não ser confirmada por achados arqueológicos.

É de salientar a procura do plano nesta serra de grandes inclinações, talvez seja esse e a presença de linhas de água os motivos para a escolha dos lugares de assentamento.

Um sistema de levadas percorre a Serra transportando água que alimenta uma pequena hidro-eléctrica, a central da Ermida.

Ao longo dos inúmeros ribeiros encontram-se pequenos açudes toscos formados para alimentar os moinhos de água que são numerosos e surgem em lugares inesperados. Toda a envolvente das aldeias está humanizada para o cultivo em socalcos, característica que surge depois da exploração excessiva dos recursos florestais da Serra como única alternativa para o suporte dos terrenos agrícolas. Numerosos caminhos de pé posto alimentam este sistema ligando todos estes elementos como vasos transportadores de homens.

O VALE

Este lugar encerra em si uma grande diversidade de espaços, o que, tratando-se de um terreno de elevados declives constitui um facto que causa estranheza. Para a compreensão deste mundo elaborou-se uma pequena descrição sobre estes espaços.

"Este castelo é um castelinho, e faria muito mal quem o tivesse feito maior. Ocupa, e apenas em parte, o espinhaço de um monte que é, insolitamente, o mais baixo da vizinhança. Quem diz castelo, pensa altura, domínio de quem está de cima, mas aqui tem de pensar outras coisas. Pensará, sem dúvida, que o castelo da Lousã, é, paisagisticamente das mais belas coisas que em Portugal se encontram. A sua própria situação, no centro de uma roda de montes que o excedem em porte, torna, por um paradoxo aparente, mais impressiva a sensação da altura. É justamente a proximidade das encostas fronteiras que dá ao viajante uma impressão quase angustiante do equilíbrio precário quando se entra no castelo e vai á torre."

(Saramago, 2000)

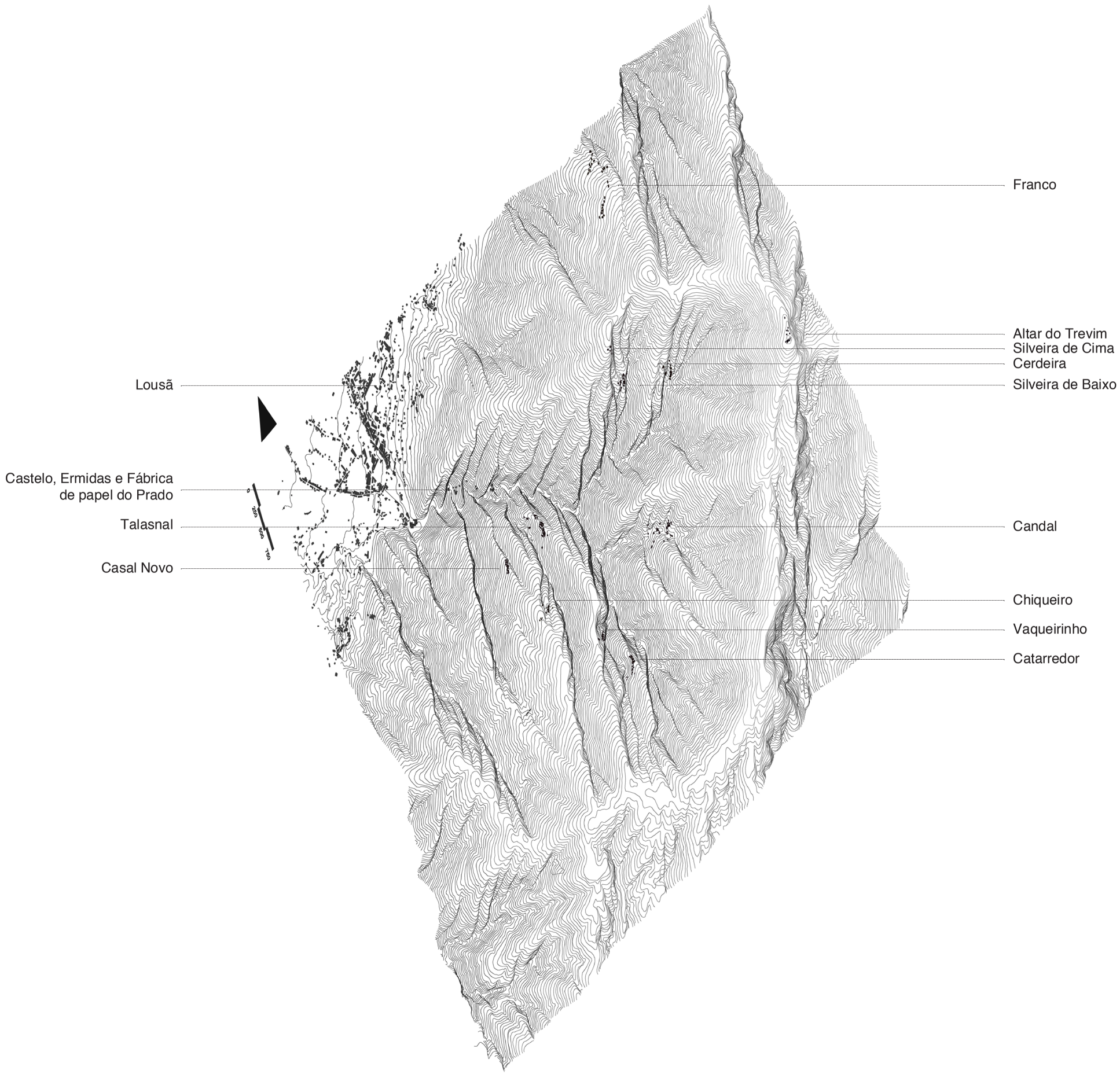
O castelo tem uma origem envolta em mistério. Este foi a génese do povoamento tanto da serra como da planície aluvial, conforme confirmam achados arqueológicos sugestivos da existência de uma muralha e de uma pequena povoação no seu interior. O castelo, brilhantemente descrito por Saramago, constitui porventura um exemplo único no nosso país pela sua implantação.

Num monte, apenas separado pela Ribeira de S. João da vertente Sudeste do Castelo encontram-se as três ermidas (capela de S. João, capela da Agonia e capela da Senhora da Piedade) edificadas a partir do séc. XIII que constituem o complexo religioso da Sra. da Piedade. Estes três edifícios, de diferentes épocas, ocupam todo o monte e suas escarpas, desenhando um percurso ascendente com diversos patamares de paragem que contemplam a vertigem escarpada da Serra. Existe ainda uma quarta ermida, edificada no morro fronteiro ao castelo, a capela do Senhor dos Aflitos.

A Fábrica de papel do prado, importante força motriz da economia da vila da Lousã, mantém produção ininterrupta desde 1710/15 até aos dias de hoje. Localiza-se na entrada do Vale, alimentada pela força das torrentes que descem da serra.

Situado no ponto mais elevado da Serra, o Altar do Trevim atinge os 1204 metros de altitude. Este era um local muito importante desde o século XVII, pois aqui se "fabricava" o gelo que abastecia a corte portuguesa em Lisboa. Existiam poços de neve, que mais não eram que simples construções cilíndricas com uma só abertura a nascente, para onde se recolhia a neve no Inverno. Durante a Primavera esta era transportada, envolta em palha para não derreter, em carros de bois até Constância, de onde seguiria de barco para Lisboa. Este lugar ainda hoje se apresenta como sítio de reunião dos povos da Serra no Verão.

Na página seguinte, vista tridimensional do Vale da ribeira de S. João.


Franco
Altar do Trevim
Silveira de Cima
Cerdeira
Lousã
Silveira de Baixo
Castelo, Ermidas e Fábrica
de papel do Prado
Talasnal
Candal
Casal Novo
Chiqueiro
Vaqueirinho
Catarredor

Postal antigo mostrando o morro da capela de Nossa Senhora da Piedade.

"O povoado de montanha está sujeito a condições mais ásperas que os seus irmãos das baixas altitudes; o habitante destas paragens procura a sua subsistência, não só no amanho das terras como na criação de gados. Se a altitude e a abundância de água permitem a cultura de regadio, o milho mantem-se predominante, senão o centeio substitui-o na produção do pão. (...) Não obstante a riqueza que os tipos de produção podem facultar, há a atender que a edificação lhes corresponde directamente." (Amaral, 1988)

-Nos povoados de montanha do Vale da Ribeira de S. João assiste-se a uma distribuição e ocupação lógica do espaço. A forma como a aldeia se implanta está directamente ligada ás actividades dos seus habitantes. A predominância da criação de gado e dos cultivos de regadio alimentados pelos numerosos ribeiros determinam as tipologias das construções, habitações, currais para guardar cabras, socalcos servidos por engenhosos sistemas de rega, eiras para secar e extrair o cereal e moinhos para o converter em farinha encontram-se em grande número. Como excepção podem-se encontrar algumas capelas, apenas uma por grupo de 3 lugares e todas de construção mais recente do que os povoados originais.

"Nas zonas altas de sequeiro, onde o gado é um dos sustentáculos principais da vida do serrano, a construção se limita praticamente á casa e ao curral (...) Se o povoamento concentrado que vimos atrás, já apresentava vagas características de ordenação urbana, esses aglomerados ainda mais independentes pela força das dominantes mesológicas, afastados das comunicações essenciais do país, estão muito mais próximos da solução urbana. Não no aspecto actual, por certo, mas na sua forma recuada." (Amaral, 1988)

Esta aglomeração das edificações que faz lembrar a génese da forma urbana pode -se justificar pela exiguidade do espaço, rodeado de escarpas de inclinações proibitivas para qualquer construção, associada à necessidade de guardar espaço para o cultivo em socalcos. Tais contingências explicam também extrema adaptabilidade de todos os tipos de edificações à topografia difícil do terreno resultando num infindável número de soluções para qualquer tipo de implantação. Este facto torna impossível sistematizar a implantação deste tipo de construção sem acabar num desenho simplista pouco revelador desta adaptação ao terreno.

Com toda a preocupação na poupança do espaço, é com naturalidade que se observa que a largura das ruas e caminhos seja reveladora das actividades aqui realizadas, permitindo no máximo a passagem do maior veículo que as poderia cruzar, o carro de bois. Nestes lugares em que o convívio estava tão estreitamente relacionado com o trabalho e a falta de espaço colocava a actividade produtiva em primeiro plano, é natural que espaços de maior alargamento, que noutras altitudes estariam destinados ao convívio aqui sirvam para isso mas tenham como génese e sentido o trabalho, como se dá no caso das Eiras.

" Os elementos geradores destas arquitecturas são as condicionantes geográficas e materiais, mas o modelo económico e produtivo complementam esta geração.(...) O espaço público gera-se de uma forma orgânica associado á rede de caminhos. Assim à excepção das eiras, os espaços livres entre construções são os estritamente necessários para a passagem de pessoas, carros de bois e algumas actividades de trabalho ..." (Amaral, 1988)

"a majestade daquela rude paisagem, a pobreza das aldeias, alçadas, como castelos de xisto, em combros inacessíveis." (Braga, 1989)

Os povoados serranos do Vale da Ribeira de S. João e as suas alvenarias de xisto são como uma continuação da montanha. A sua adaptação ao terreno, e a diversidade de variantes destas arquitecturas é interminável. Estes lugares gerem um determinado território, o seu casal num primeiro plano e a serra que o envolve em segundo. Esta perfeita adaptação torna fácil uma leitura daquilo que a gerou. Tudo era lógico, os caminhos eram estreitos, apenas o necessário de largueza para os carros de bois passarem e apenas em alguns sítios. Existem aldeias que ainda conservam uma característica interessante, o facto de as suas ruas serem todas muradas e rodeadas por casas, e nas entradas da aldeia existirem portões, para proteger o gado dos lobos. Assim, os elementos geradores destas arquitecturas foram a envolvente e a economia produtiva da altura, esta leitura e feita com facilidade em visitas aos locais de estudo.

"Os elementos geradores destas arquitecturas são as condicionantes geográficas e materiais, mas o modelo económico e produtivo complementam esta geração.(...) O espaço público gera-se de uma forma orgânica associado á rede de caminhos. Assim à excepção das eiras, os espaços livres entre construções são os estritamente necessários para a passagem de pessoas, carros de bois e algumas actividades de trabalho ..." (Amaral, 1988)

A CASA

A simplificação para podermos definir uma organização mostra uma parte da casa dedicada às actividades produtivas do campo, rés-de-chão com curral ou loja de armazenamento de produtos e animais o que ajudaria no aquecimento do piso superior. O espaço de estar, comer e dormir ficava reservado para o primeiro andar. Frequentemente os dois pisos estavam ligados por uma escada interior em madeira e separados por um soalho em tábua tosca, o primeiro piso podia estar dividido em sala/cozinha e alcova para dormir, esta divisão era definida por um tabique em madeira, a sala e a cozinha eram o mesmo espaço onde se cozinhava numa lareira de chão sem chaminé.

Actualmente, é difícil encontrar exemplos completos das casas antigas pois a adulteração da tipologia é a prática mais comum, por várias razões, entre elas a fraca qualidade construtiva que originava a sua ruína e o desconforto que ofereciam ao seu habitante.
Para uma leitura mais assertiva das suas características é de extrema importância a investigação feita pelo Sindicato dos Arquitectos nos anos 60, o "Inquérito à arquitectura popular Portuguesa" cujos autores por estes caminhos andaram, registando as arquitecturas que por este vale se construíam.

"As casas, irregulares, são de granito, onde há granito, ou de xisto onde o solo é xistoso, ou ainda de xisto e granito nas zonas de transição e, com o tempo, tomam a cor geral da região em que assentam. Os materiais mais usados nas coberturas - telha de canudo, lajes de xisto e colmo - também adquirem uma "patine" terrosa. Dessa circunstância, aliada à adaptação do casario ao terreno, ressalta uma associação tão íntima entre as casas e a paisagem que, de longe, é por vezes difícil distinguir a aldeia perdida entre penedias e árvores. (...) As casas de dois pisos, com acesso exterior à habitação, no primeiro andar, constituem o tipo dominante.(...)os interiores são escuros e dum desconforto confrangedor, com mobiliário tosco e escasso. A luz entra por diminutas aberturas. Quase não existem chaminés e o fumo, que enegrece tudo, espalha-se pelas casas antes de sair pelos interstícios das telhas, das pedras e das portas. Na sala comum com o recanto da lareira onde se cozinha no chão e nas alcovas onde mal cabe uma cama, mas dormem várias pessoas, vive a família." (Amaral, 1988)

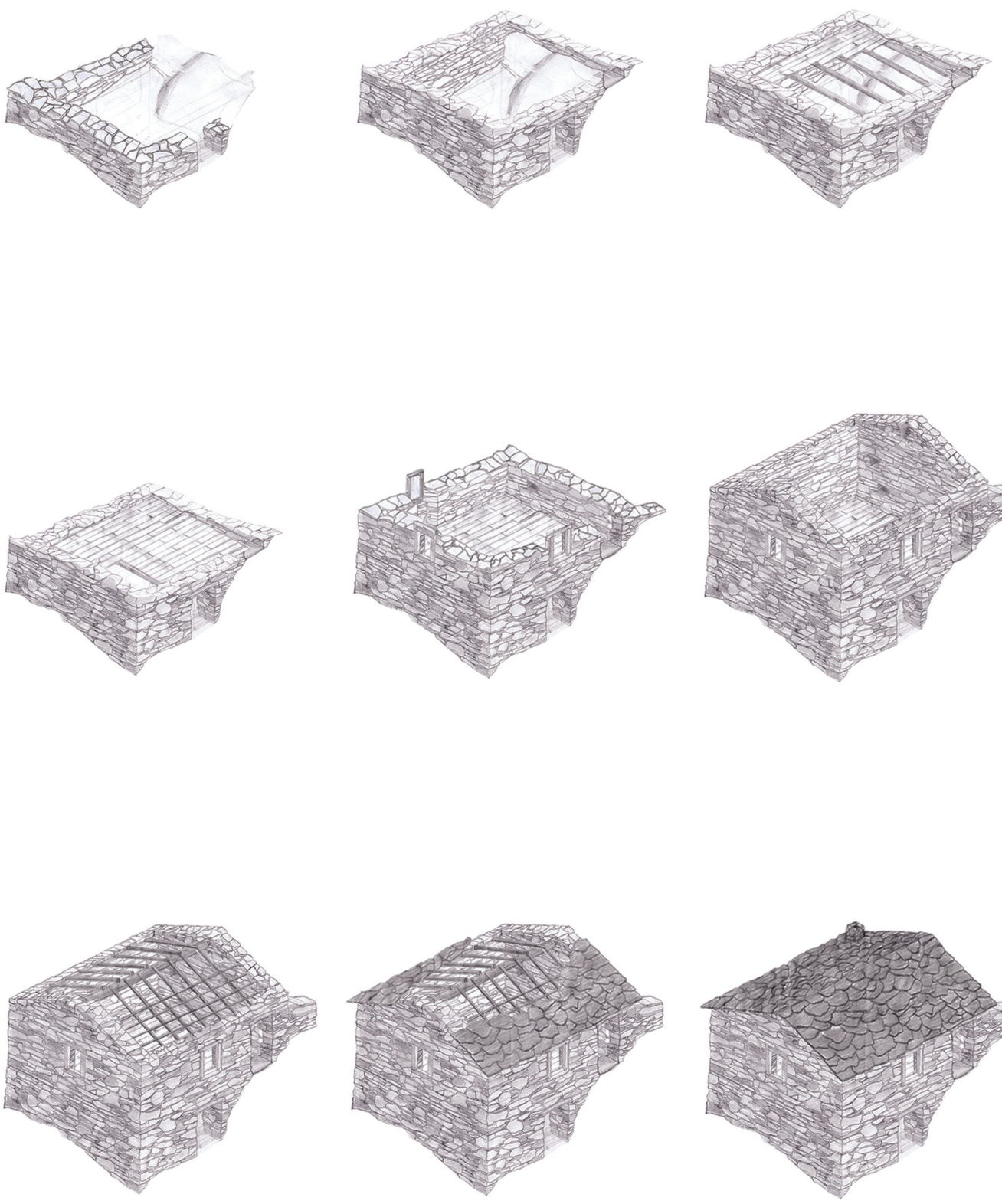
MOINHOS, PALHEIROS, CURRAIS, SOCALCOS E LEVADAS

Além da casa, diversas tipologias povoam a paisagem da Serra da Lousã. A transformação desta paisagem foi grande, algo que actualmente é apenas visível através de uma observação cuidada, fruto do avanço descontrolado da vegetação. O homem dominou esta paisagem e dela tirou proveito, através de um grande esforço construtivo com poucos meios envolvidos, normalmente apenas a força de braços ou a junta de bois ocasional. De forma a suprir as necessidades alimentícias, foi instalado nas encostas íngremes um grande sistema de socalcos, tão grande que hoje em dia ainda se podem observar em locais muito afastados das aldeias os muros de suporte que permitiam a instalação de uma pequena porção de terra, os chamados "tabuleirinhos". Nestes era cultivado milho, feijão ou centeio e, numa escala diferente, árvores de grande porte como o castanheiro. A capacidade construtiva destas populações era tal que muitos destes socalcos, os de maior dimensão, incluíam um sistema de canalização que permitia a passagem da água por debaixo da terra e consequente rega. A necessidade de reparações sazonais devido às intempéries fez com que chegasse aos nossos dias apenas uma parcela deste gigantesco sistema.

O solo era árido, a terra muito escassa, ambiente contrastante com as torrentes aquosas que escavam o fundo dos vales. Também aqui o homem aproveitou o meio natural em seu proveito, instalando numerosos moinhos, que um breve passeio por qualquer ribeiro de todo o vale mostra. Estes moinhos de água necessitavam de um pequeno açude, maioritariamente construído recorrendo apenas ao posicionamento das pedras do rio, também aqui o conhecimento do meio natural permitia poupar muito trabalho, pois ao colocar as pedras de maiores dimensões em locais estratégicos, a força da água iria preenchendo os espaços livres com pedras mais pequenas, criando assim uma obra de engenharia a duas mãos, a do homem e da natureza. Estas construções serviam para moer trigo ou centeio que posteriormente alimentaria os numerosos fornos de pão dos lugares.

Uma das hipóteses mais discutidas sobre a origem dos assentamentos nesta serra tem que ver com a pastorícia, alguns historiadores afirmam que as primeiras construções teram sido abrigos de pastores. Mas o que é certo é que foram necessárias construções para abrigar os animais (cabras todo o ano, ovelhas nos meses mais quentes) e assim surgem os currais, que podem facilmente ser confundidos com habitações a não ser pelas escassas aberturas para o exterior. Outra tipologia construtiva que se disseminava pelos lugares é o palheiro, lugar de armazenamento dos cereais que posteriormente seriam secos nas eiras.

Uma intervenção mais recente mas igualmente transformadora do vale foi a criação da Central hidro-elétrica da Ermida, que incluiu a construção de um canal/levada que transportava a água durante alguns quilómetros desde um dos ribeiros até à central. Este é um dos percursos de excepção pelo vale ainda hoje.



Fases de construção de uma habitação pelo método tradicional.

MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Xisto: Material extraído localmente, é utilizado em peças irregulares que constroem as paredes de alvenaria. Onde a qualidade da pedra o permitia pelo seu tamanho depois de extraído, este era utilizado como verga de uma porta ou janela. O aparelhamento destas peças de xisto irregulares diferia consoante o tipo de construção. As alvenarias secas eram utilizadas para muros de suporte ou muros de ribeira, sendo que nos últimos a disposição era vertical em vez de horizontal para facilitar a escorrência das águas e consequente estabilidade estrutural da edificação. As habitações ou moinhos eram argamassadas com uma mistura de terra e barro para aumentar a sua resistência.

Madeira: A paisagem da Serra da Lousã sempre apresentou um coberto vegetal riquíssimo, situação aproveitada pelos construtores pois a madeira que utilizavam era Castanho de excelente qualidade. Este era utilizado predominantemente como elemento estrutural no telhado, molduras das janelas e vergas das portas. Com a acção do tempo este material adquiria a cor da sua envolvente, os tons do xisto. O pinho era também utilizado para soalhos e ripas do telhado, contudo esta espécie tornou-se desaconselhável devido à sua susceptibilidade relativamente a novas doenças que a enfraqueciam rapidamente. A materialidade das construções que se encontram nesta parte da serra é representativa dos materiais existentes no lugar. Uma economia de meios, criadora de simbioses com a natureza.

Assim os materiais escolhidos são a pedra (xisto) e a madeira (castanho). Estes materiais permitiam colmatar as deficiências um do outro, a pedra que funciona muito bem à compressão é nos vãos ajudada pela madeira que apresenta maior resistência à tracção. E é através desta dicotomia pedra/madeira que se constroem as arquitecturas do vale.

Contrução:As construções características do Vale eram, regra geral, morosas, envolviam a comunidade num propósito comum, a da construção do seu espaço, quer fosse ele habitacional, ou produtivo.

“Todos os habitantes sabiam e estavam habilitados a construir uma casa, embora existessem os mestres de obras, pois todos eles já teriam participado na construção de várias ...” como revela o entrevistado Casimiro Simões.

A construção de uma habitação normalmente com uma equipa de 7-8 pessoas demoraria um ano.

Fragmentos de xisto recolhidos na aldeia de Silveira de Baixo.

0 10 40mm

Capítulo II
SILVEIRA DE BAIXO,
UMA ALDEIA ABANDONADA

SILVEIRA DE BAIXO, HISTÓRIA DE UM ASSENTAMENTO

Apesar das numerosas suposições não é evidente a data de ocupação destes povoados serranos. No entanto a primeira referência ao lugar "casais da Silveira", compreendendo os dois lugares (Silveira de Cima e de Baixo), data de 1581.

Este lugar, que na fase de maior ocupação da Serra foi um dos mais densamente povoados, deverá a sua existência como acontece nos outros lugares à pastorícia, recurso mais importante de subsistência desta serra. O seu casal ocupava uma grande área (aproximadamente 200 ha.), que continha o lugar de Baixo e o lugar de Cima. Vivia-se uma economia de subsistência e simbiose com o meio natural, na qual o aspecto comunitário assumiria grande importância em quase todas as tarefas da aldeia, não só na agricultura, mas também na construção, pastoreio e claro, nas festividades.

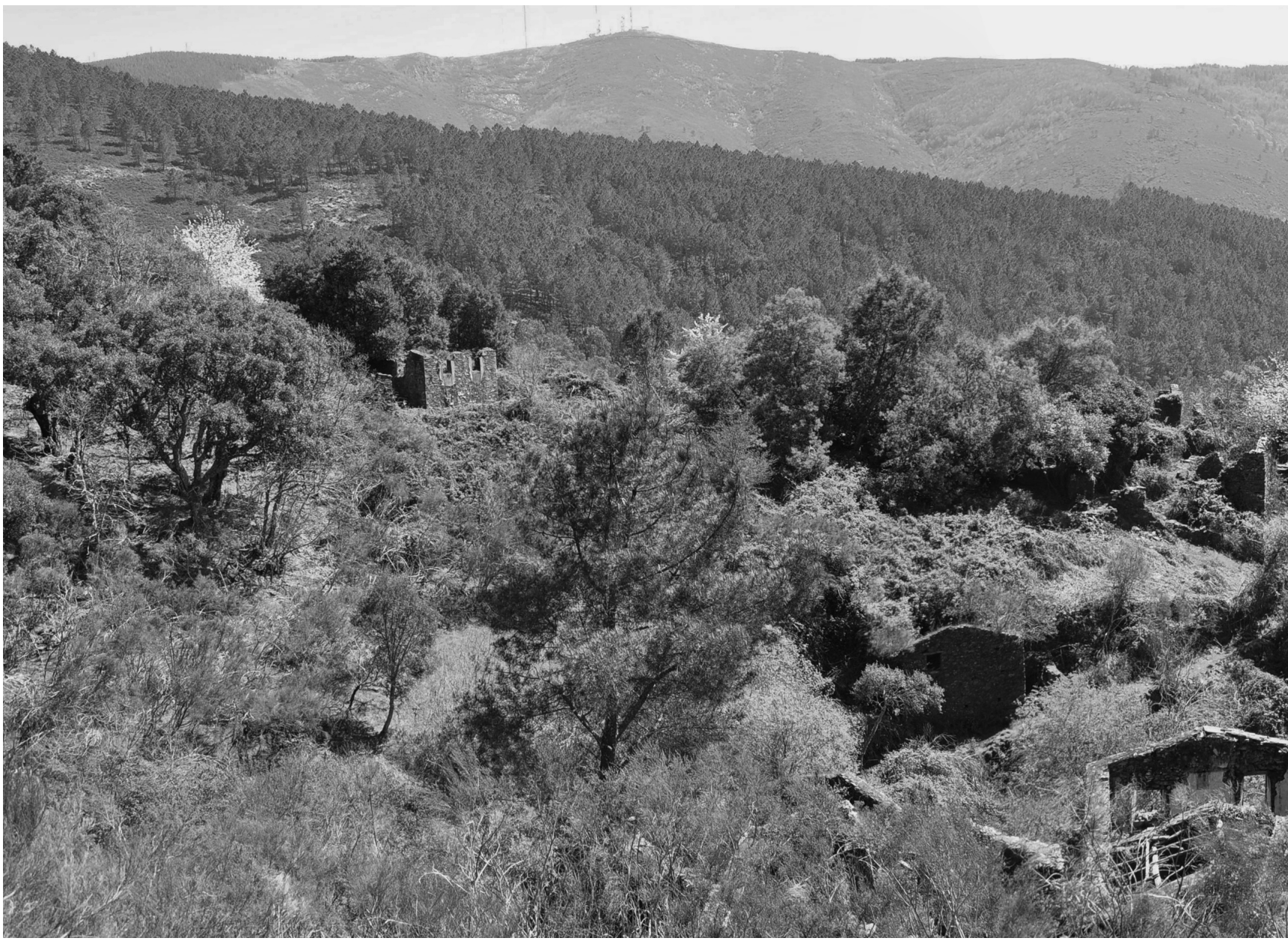
Uma delimitação clara dos termos do casal das Silveiras é descrita no "Tombo dos bens do concelho da Lousã" de 1828, executado pelo escrivão José António do Rego:

" Tem mais o dito Concelho outro Casal que possuem os moradores da Silveira, o qual está no alto, entre o Franco e a Silveira e parte do Nascente, com montes maninhos e carvalhal público do Concelho e desta banda parte pelo pé da Cabeça das Corças e daí há Fonte do Gestal direito à Fonte do Franco e daí direito à Cabeça do Franco e com o Casal da Silveira debaixo e chega por este lado aos Penedos dos Meios e chega a Chanzinha e daí à dita Cabeça das Corças. Tem do Nascente ao Poente duzentas varas e para a cabeça do Franco mete uma parte para o alto e, do Norte ao Sul, tem duzentas e trinta varas e pagam os ditos moradores ao Concelho, em cada um ano, dois alqueires de trigo por aforamento antigo e são obrigados a fazer cabeça entre si ou pagar qualquer deles a quem o Concelho quiser pedir." (Caldas, 1989)

Após o abandono que decorre durante um século e que se conclui com o último habitante nos anos 60, esta aldeia foi alvo de duas tentativas de reactivação. Uma dessas tentativas deu-se por parte de um descendente de ex-habitantes, irmão de Casimiro Simões, cuja entrevista foi fundamental para a reconstrução desta história.

Esta primeira intervenção era de carácter produtivo, com a construção de um barracão para armazenar um rebanho de gado caprino, este rebanho chegou a atingir números elevados, mas um surto de Febre de Malta acabou por dizimar todo o rebanho e com ele as esperanças numa reactivação. Mais tarde, nos anos 90, a ARCIL (Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã) pela mão do seu antigo director resolve investir neste lugar, adquirindo algumas ruínas dos lugares de Silveira de Baixo e de Cima, com o objectivo de aqui instalar uma unidade de turismo rural e produção de produtos endógenos. Este plano, cujo projecto chegou a ser desenhado e orçamentado caiu quando um desfalque no seio da associação provocou um recuo nessas intenções.

Contudo, estas gentes e os seus descendentes dão todos os anos uma prova de abnegação enorme, de não quererem deixar morrer certas tradições, como é o caso das festas do S. Lourenço, em Agosto. Onde antigamente se comia a chanfana e se vestia o "melhor fato" para dançar ao som das concertinas.



CAUSAS DO ABANDONO

O abandono progressivo da aldeia foi motivado pelas causas referidas no capítulo anterior e que foram comuns a todos estes lugares isolados. Em suma pela falta de serviços, o fraco rendimento agrícola e consequente falta de rendimentos da população, os sucessivos avanços da área de baldio, tirando terreno aos casais, mas sobretudo a procura por melhores condições de vida.

O risco de incêndio foi crescendo com o abandono, sendo perigoso permanecer na aldeia, dado o seu grande isolamento e consequentes poucas hipóteses de fuga. No final dos anos 60 não restava nenhum habitante para partilhar a memória deste lugar. Um violento incêndio que consumiu grande parte do coberto florestal da Serra da Lousã no ano de 1978, acelerou a destruição do edificado deste lugar e abriu espaço para a reflorestação espontânea através de espécies invasoras.

3 QUE ERAM 2

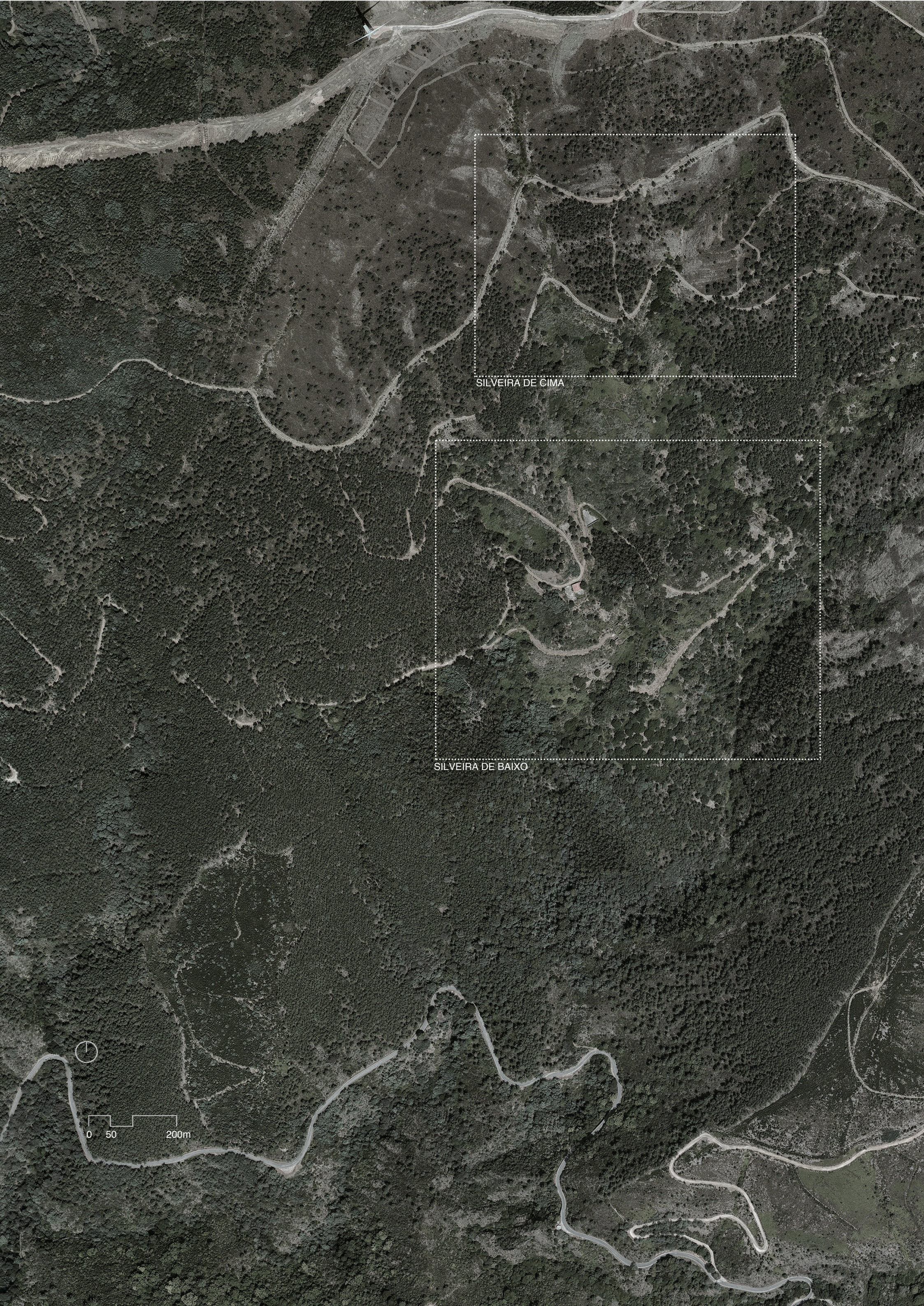
A Silveira insere-se num dos grupos de 3 aldeias anteriormente referidos, do qual fazem parte as duas Silveiras, a de Baixo e a de Cima, e a Cerdeira para Sudeste. Este grupo define-se por proximidade, mas na sua origem estava o culto de S. Lourenço, cuja capela se encontrava a meio caminho entre a Silveira de Baixo e a Cerdeira e que actualmente se encontra na Silveira, fruto de antigas desavenças: *"Os das Silveiras foram de noite buscar o S. Lourenço à capela que ficava entre os dois lugares, os da Cerdeira, quando repararam resolveram virar-se para o culto de N. Senhora de Fátima e edificaram a sua própria capela ..."* conta Casimiro Simões durante a entrevista.

Este facto provocou a ruína da capela original. Não se pode na realidade falar de 3 aldeias separadas, mas de 2, dado que as Silveiras e respectivo casal formariam uma unidade, apenas dividida agora pelo desuso em que caiu o seu casal devido ao avanço da floresta sobre o mesmo.

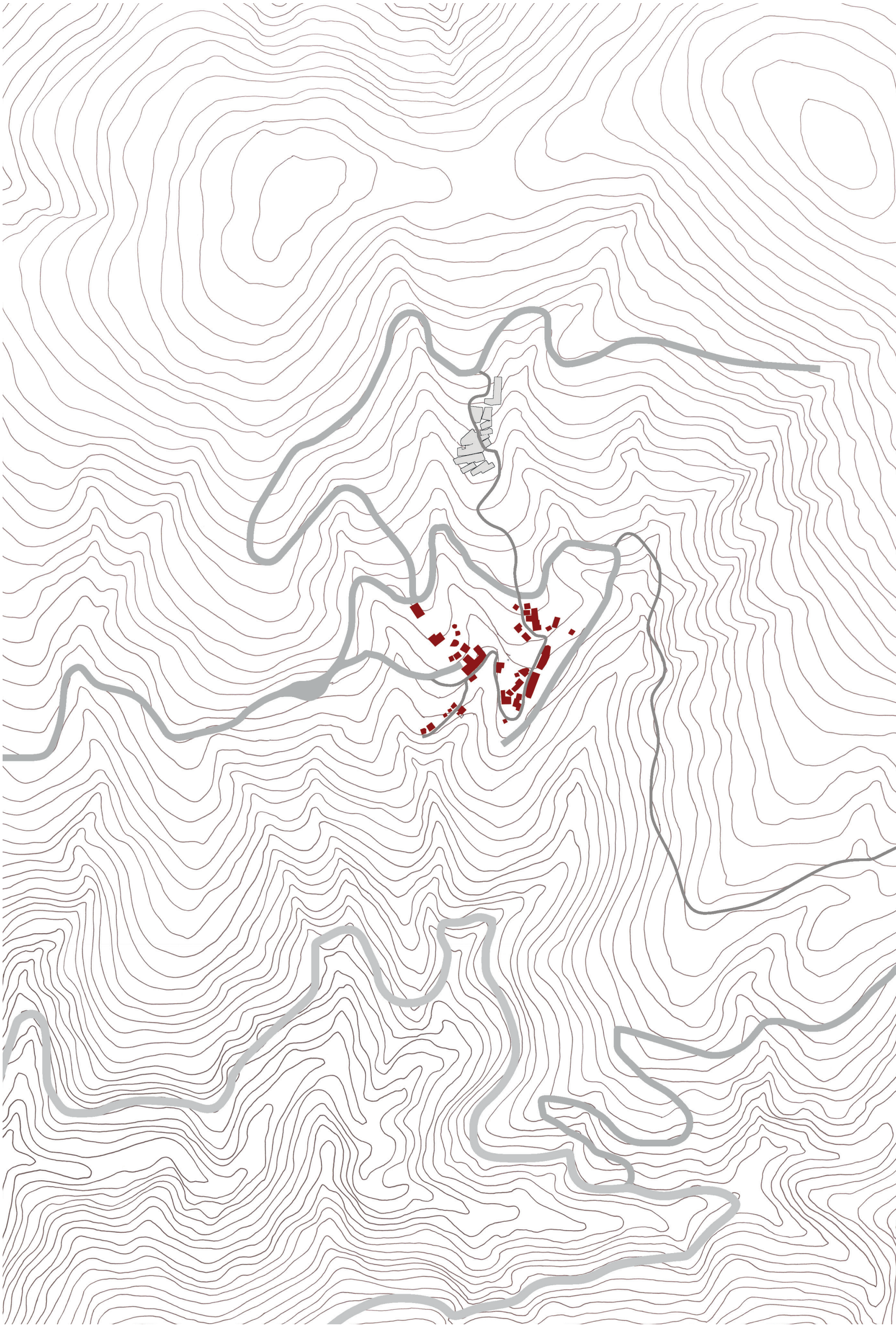
A Cerdeira é actualmente um dos melhores exemplos de reactivação das aldeias de Xisto. O seu modelo de desenvolvimento é protagonizado por antigos habitantes e pela chegada de Kirsten Thomas e seu marido, uma escultora alemã que aqui instalou o seu atelier e contribui para a dinamização deste lugar como pólo artístico, loja, residências artísticas e diversas exposições, o que ao longo dos tempos contribuiu para que grande parte da aldeia fosse reconstruída.

O abandono da Silveira de Cima ocorre sensivelmente na mesma altura que o do lugar em estudo, e hoje conta com dois habitantes, um casal jovem que adquiriu e reconstruiu uma casa, o " Salgueiro". Este casal produz artesanato e tem o projecto de aqui criar uma queijaria, no entanto o resto do lugar encontra-se em acelerado estado de ruína.

Vista panorâmica sobre a Silveira de Baixo para Este, pode-se observar o Altar do Trevim em segundo plano.

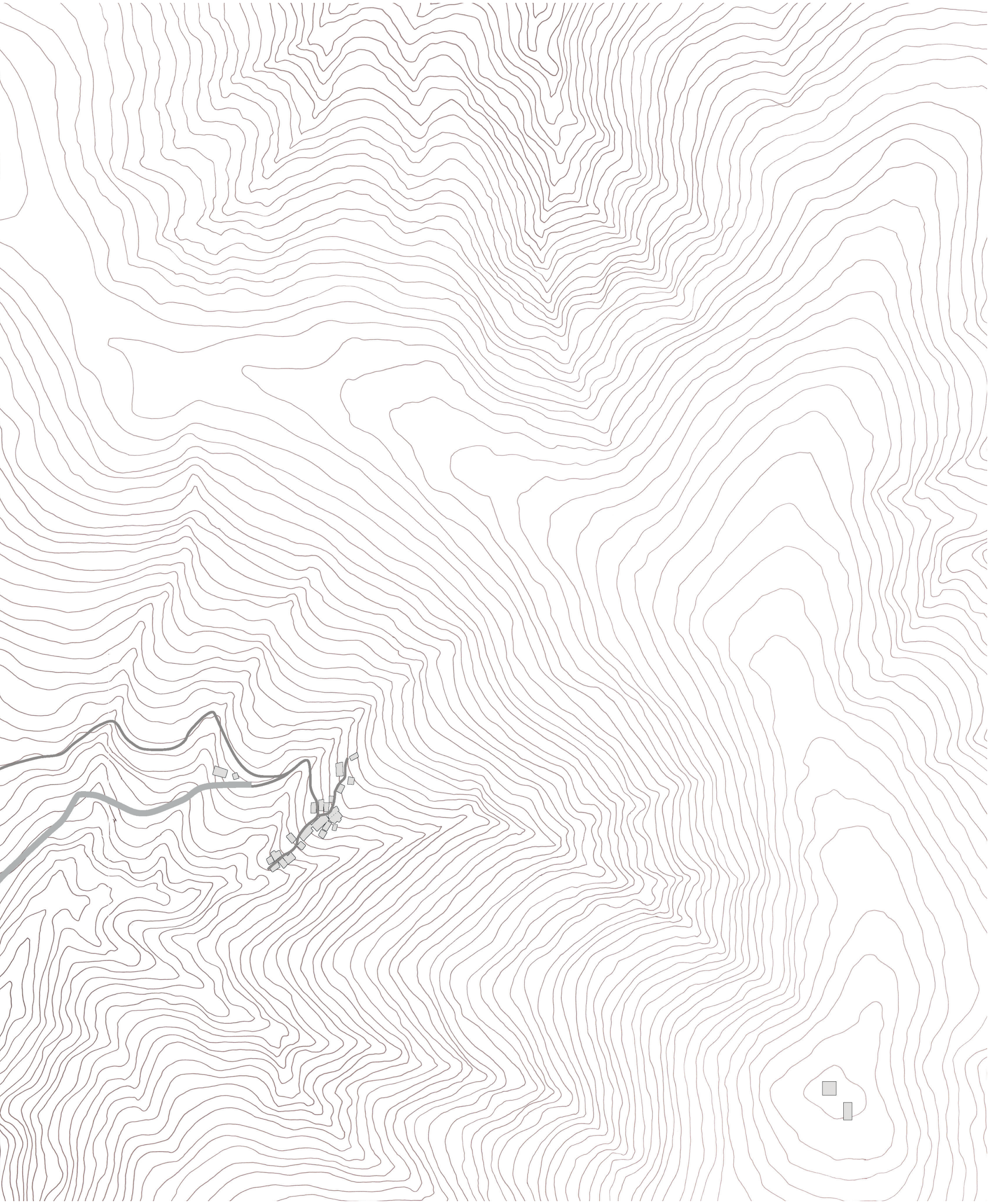

SILVEIRA DE CIMA
SILVEIRA DE BAIXO
0 50 200m

CERDEIRA



Na página anterior, ortofotomapa do grupo de 3 aldeias.
Nesta página, planta do grupo de 3 aldeias, Silveira de Baixo a preto, observam-se ainda as ligações à estrada nacional e caminhos florestais.

0 50 200m



IMPLANTAÇÃO

A Silveira de Baixo implanta-se num pequeno vale virado a Sul cortado por uma linha de água permanente que divide a aldeia ao meio. O lado Oeste implanta-se desde a linha de água até meio da encosta, o lado Este sobre uma linha de festo que delimita o vale.

O outro lugar, a Silveira de Cima, encontra-se a 300 metros de distância para Norte. Também a Norte mas ainda no perímetro do lugar existem duas intervenções recentes: um barracão de tijolo que terá servido para guardar gado e um grande tanque em betão armado na linha de água, a montante da aldeia, parte do sistema hídrico a instalar pela ARCIL no antigo plano. Ao explorar o vale para jusante, encontram-se numerosos socalcos e ruínas de construções de difícil identificação, prova do grande povoamento deste lugar.

Apesar das dificuldades de levantamento provocadas pelo avanço da vegetação são reconhecíveis algumas tipologias. Existem 7 habitações com forno, 38 habitações sem forno, metade delas com loja para gado e 11 currais, um barracão em tijolo e um tanque de retenção de águas de grandes dimensões. Existem ainda 2 eiras reconhecíveis.

As edificações orientam-se normalmente no sentido do vale, ou da rua/caminho que as serve.

Os currais e palheiros que só possuem essa função estão localizados nos extremos do lugar e, regra geral, os palheiros perto das eiras. O atravessamento do ribeiro terá sido feito através de uma pequena ponte, que actualmente não existe, o que faz com que o ribeiro corte o caminho principal. Algumas habitações possuem pequenos eidos (+pequenos pátios de entrada nas habitações que seriam utilizados para guardar alfaias ou secar alimentos).

O CARÁCTER DO LUGAR

A experiência da visita revela aos poucos o carácter deste lugar, e a constatação é surpreendente. É um lugar de transição, de mudança para outras latitudes (sensoriais). O lugar era um refúgio dentro da topografia agreste da serra. Ao chegar à capela de S. Lourenço um pouco desta passagem para “outro mundo” já se começa a perceber. Até aqui o caminho foi difícil, a serra com as suas encostas escarpadas lembra a força esmagadora desta paisagem, agora, um pequeno largo recatado, quase plano mostra a entrada num domínio diferente. À medida que se alcança a aldeia constata-se que este lugar poderia acontecer noutro contexto. Parece que estamos na presença de umas ruínas gregas à beira do mediterrâneo.

Este genius loci muito particular e até estranho advém do sentimento que o declive já não se faz sentir, que já não pesa, e quando olhada da encosta Oeste, parece que o outro lado da aldeia depois do ribeiro está quase ao alcance de uns passos.

Outro factor preponderante para este sentimento é a exposição solar da aldeia. O vale em que se implanta está virado a Sul e a construção na linha de festo quase em plano leva a imaginação a adivinhar uma praia no fim deste edificado.

E será esta a razão pela qual aqui foi edificada a aldeia? Ou é este construído que provoca tais sensações? Estas duas teses não são concorrentes entre si, a verdade é que a exposição e características do vale ordenaram a implantação, ao passo que a reacção da construção a esta implantação adensou e potencializou os factores anteriormente descritos.

Caminhar pelas antigas ruas é descobrir um mundo de transições entre um espaço apertado e mais

Ruína de habitação na rua principal da Silveira de Baixo.

escuro e um desafogado e luminoso que raramente nos mostra a vertigem das encostas da serra. É uma aldeia acolhedora no verdadeiro sentido da palavra.

Ora, esta sensação de acolhimento e "quase planura", característica de outras paragens, repete-se no lugar de Cima, a Norte, mas perde-se para Sul. Este terá sido o sítio de implantação dos moinhos de água. Apesar da difícil exploração muitos vestígios são visíveis mas aqui todos eles separados por grandes desníveis, controlados por socalcos que enquadram grandes quedas de água.

O CONSTRUÍDO

A Silveira de Baixo apresenta as mesmas tipologias construtivas presentes nas aldeias vizinhas, casas com curral, eiras, eidos, moinhos, socalcos.

Apresenta também aquela que talvez seja a característica mais interessante e distintiva destas arquitecturas, a sua adaptação a esta topografia difícil. Contudo o avanço da natureza é impiedoso, e em apenas 40-50 anos existem construções cuja finalidade original é já muito difícil de discernir. Os numerosos socalcos estão agora, na sua maioria, escondidos por debaixo do mato denso. Não sobra uma única cobertura e escasseiam as casas com os paramentos intactos.

Durante as visitas ao sítio foi observado um assentamento recente numa das ruínas mais afastadas do núcleo da aldeia, escondido numa das vertentes fora do vale principal, habitado regularmente.

TENTATIVAS DE REACTIVAÇÃO: ARCIL SERRA, O PLANO DE 1993

No início dos anos 90 a ARCIL (Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã) apresenta o projecto ARCIL-SERRA, abrangendo uma área de 200 ha que incluía duas aldeias abandonadas (Silveira de Baixo e Silveira de Cima) e respectivos casais. Pretendia-se potenciar actividades produtivas endógenas deste lugar como a pastorícia, a silvicultura ou o turismo de montanha para *"(...) a criação e o aumento de postos de trabalho para pessoas com deficiência, em áreas como a construção civil, a agricultura, a pastorícia e a prestação de serviços (limpeza, lavandaria, restauração)"* (Paiva, 2015) Este plano pretendia ocupar trinta utentes da instituição e o investimento total rondaria os 1.200.000 euros. O objectivo principal para rentabilizar este investimento seria desenvolver um conjunto de estruturas de apoio às actividades de lazer, inseridas num espaço com potencialidades turísticas, proporcionando ao visitante a prática de campismo ou turismo de habitação através de um parque de campismo ou da utilização de um conjunto habitacional que manteria as características originais das casas desta área geográfica. No âmbito do ordenamento da floresta envolvente o plano previa três linhas orientadoras principais: *"1. Valorizar o povoamento existente de pinheiro bravo através de intervenção cultural adequada. Manter e conduzir adequadamente as manchas existentes de outras espécies, designadamente sobreiro, castanheiro e carvalho de forma a alargar tendencialmente a sua representatividade no local e introduzir outras espécies nobres. Para isso seria necessário desmatar os terrenos envolventes das aldeias, antigos terrenos de uso agrícola, preservando as estruturas existentes, como muros de suporte de patamares, muros divisórios de propriedade e socalcos. Maneio de matos com vista ao exercício do pastoreio, projectou-se a instalação de uma exploração de gado caprino (com 100 cabeças no início, aumentando depois até às cinco centenas de animais), de modo a retomar partido desses recursos, direccionada para a produção de carne e leite."* (Paiva, 2015) No âmbito do espaço construído e acessos eram propostas a construção de 5000 metros de caminhos florestais, uma linha de protecção de incêndios de 2000 metros por 50 metros de largura, a construção de cinco tanques de abastecimento de águas, instalações para animais e a recuperação de 30 fogos.

OPORTUNIDADES DE INTERVENÇÃO

O lugar encerra em si muitas oportunidades que justificam uma intervenção.

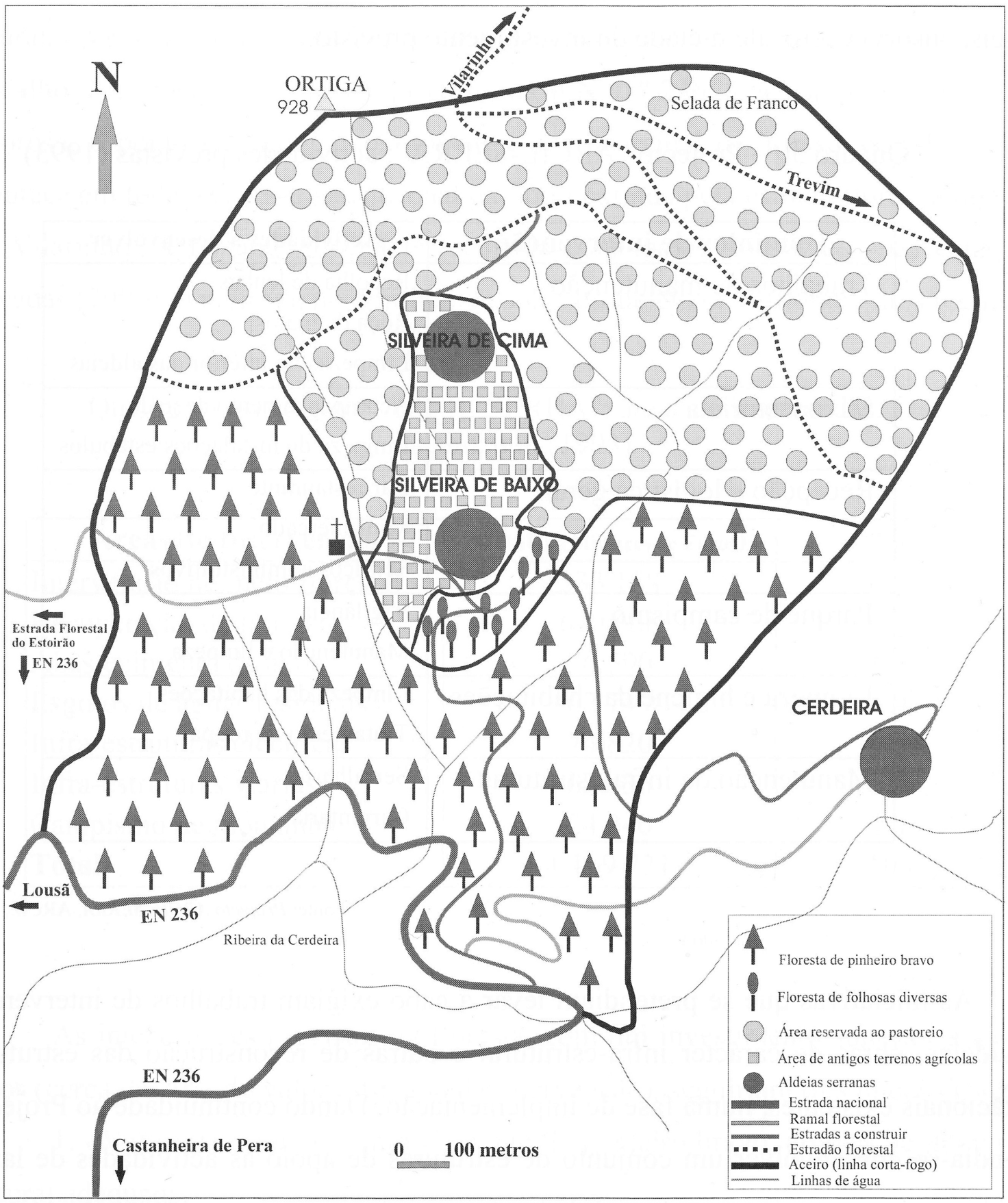
Primeiramente trata-se de património construído que importa conservar, sendo um lugar de extrema beleza e onde a relação simbiótica entre homem e meio natural só foi interrompida pelo abandono. Este património só poderá ser mantido e trabalhado se for novamente habitado. Sobre outro ponto de vista, existe algum interesse de descendentes dos habitantes originais em voltarem a ocupar as antigas casas, facto revelado pelas entrevistas realizadas.

As características do lugar permitem direccionar a intervenção para muitos caminhos diferentes:

O ambiental: a transformação da paisagem através da plantação de espécies de maior valor ecológico e até económico recupera os habitats há muito perdidos onde fauna e flora coexistem.

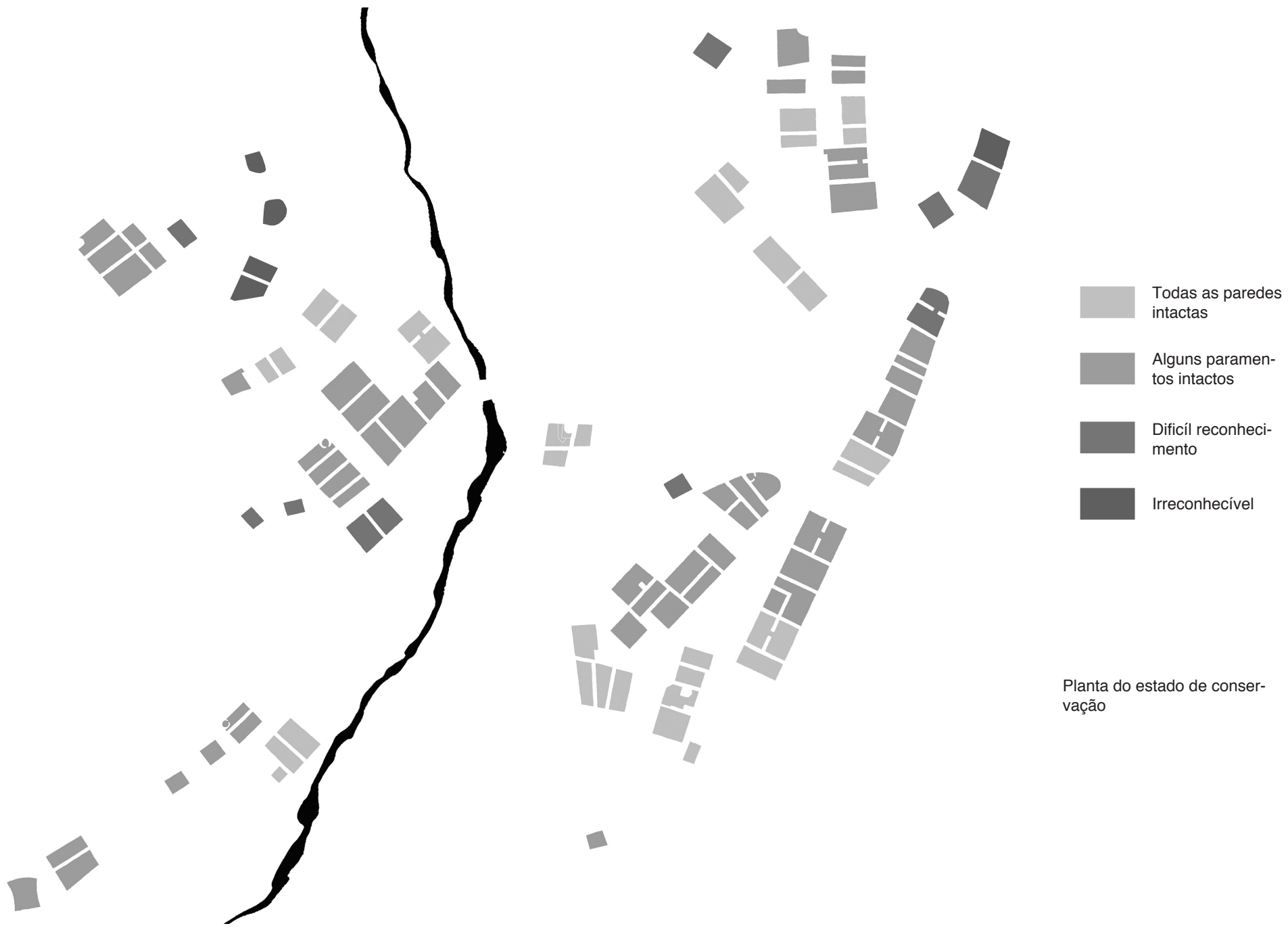
O produtivo: este território apresenta muitos produtos endógenos de grande valor comercial, a exploração de gado caprino, das madeiras, do mel ou das plantas aromáticas são apenas alguns dos exemplos de actividades produtivas que podem aqui existir.

O habitacional e turístico: Com o advento de programas como o "Lousã destino de turismo acessível" é possível criar uma oferta de turismo acessível de montanha, ao mesmo tempo este espaço de extraordinária beleza é sempre apetecível par aa fixação de novos habitantes.

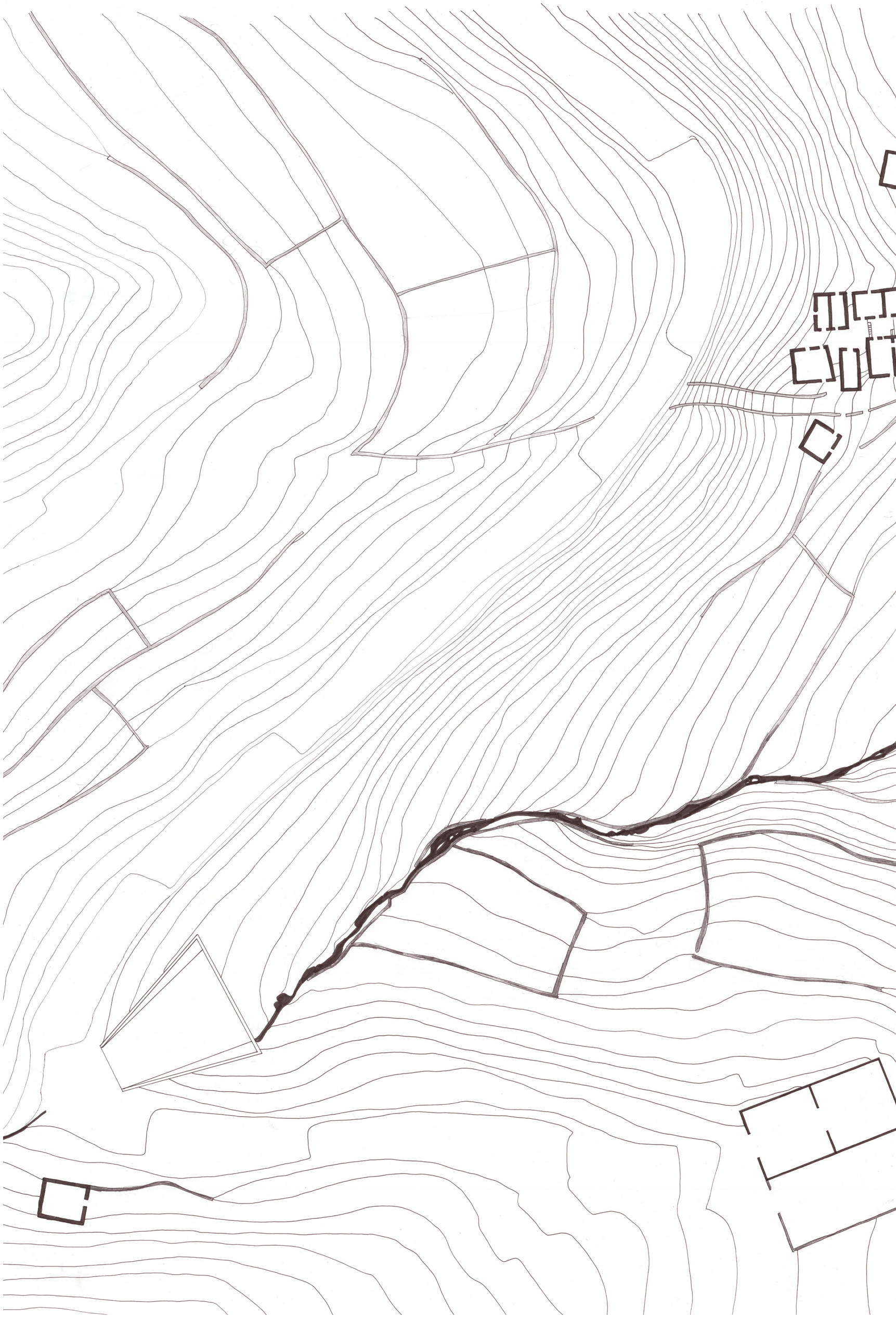


Mapa do plano de intervenção da ARCIL para as Silveiras em 1993.

planta de tipologias

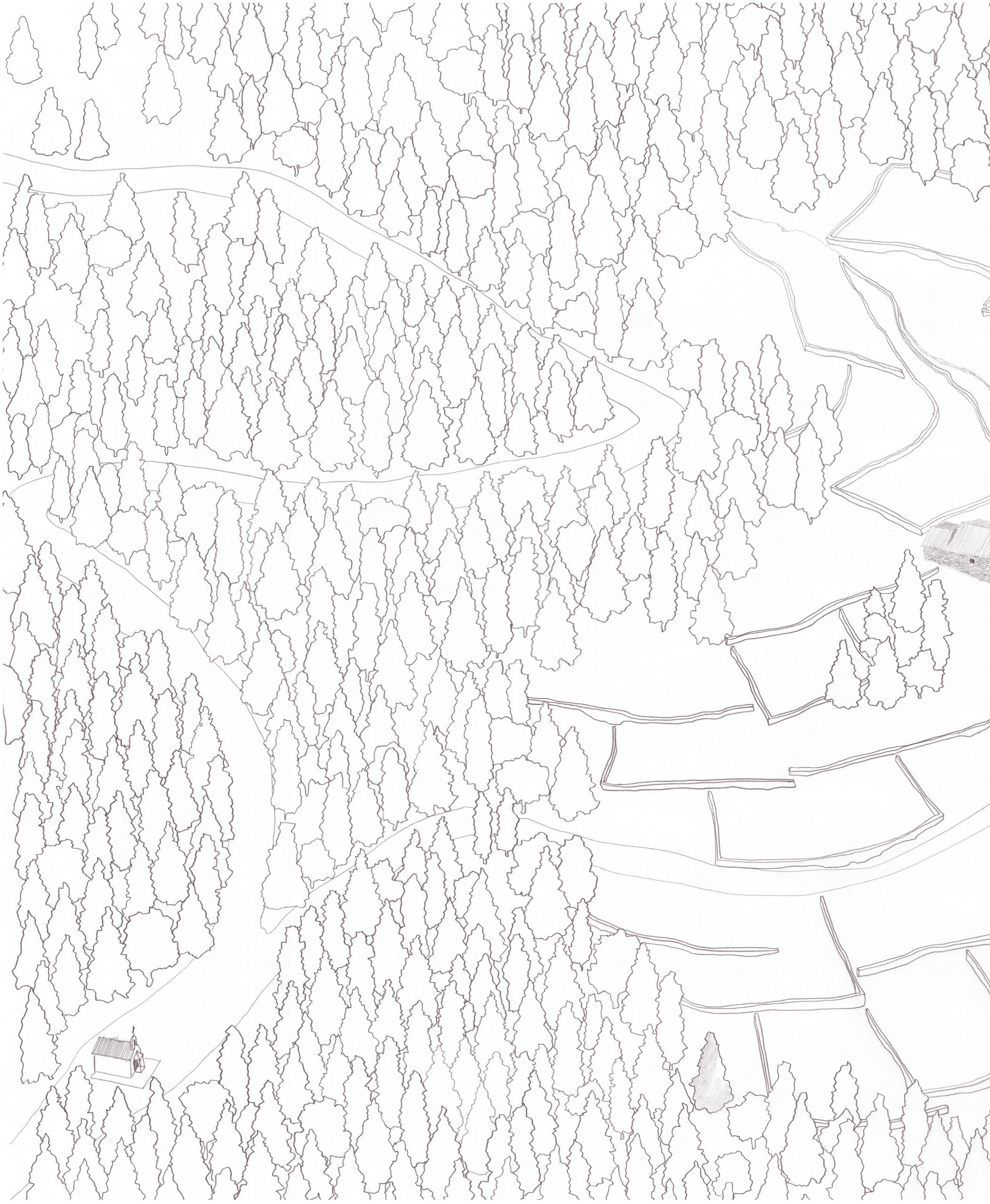


Planta do estado de conservação



Planta da Silveira de Baixo

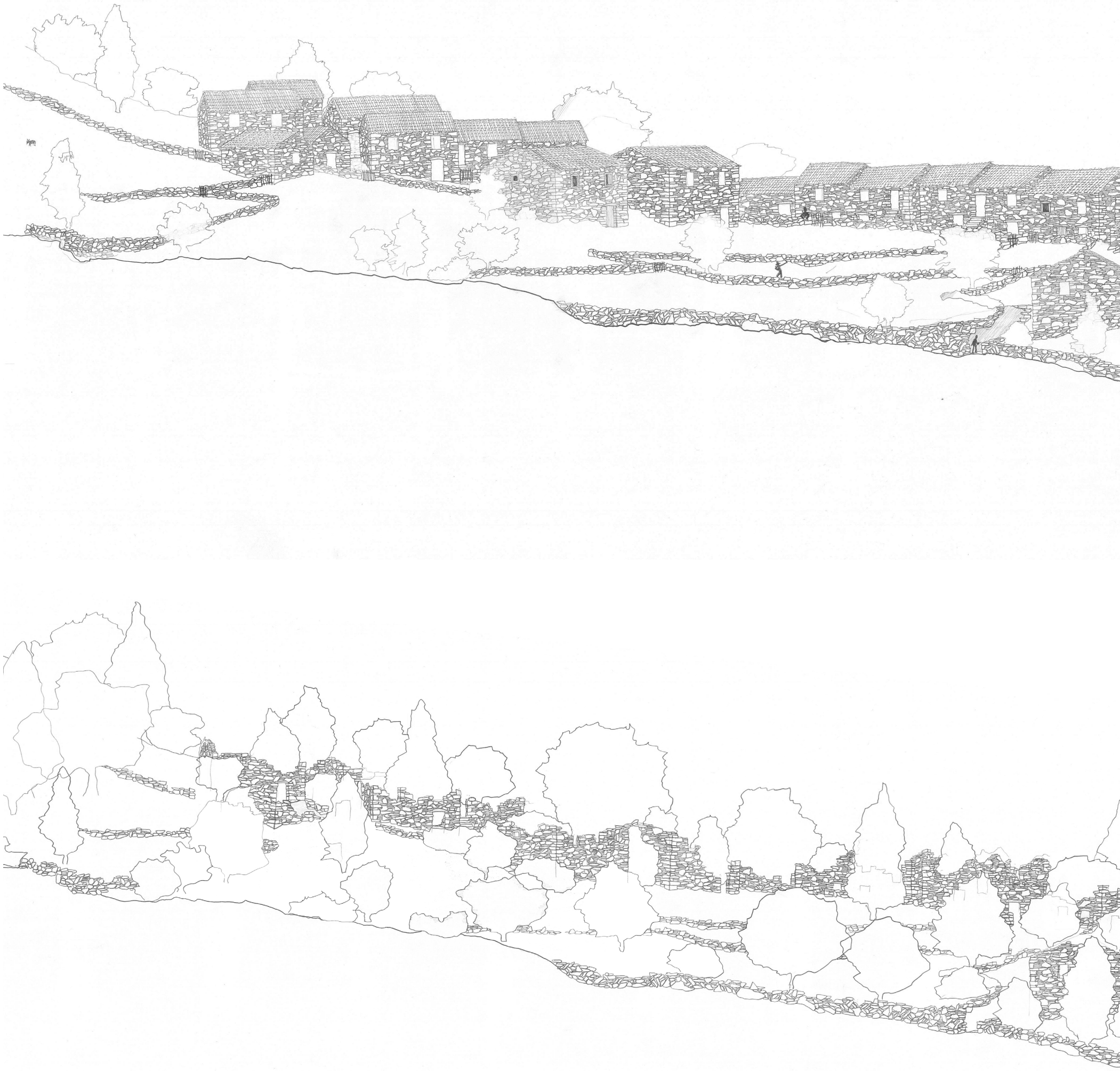
0 5 20m



Exercício de recriação da aldeia e respectivo casalno início do século XX.

0 4 16 m

Estado actual da aldeia.



Em cima, reconstituição de alçado Este no início do século XX. Em baixo, o mesmo alçado mas na actualidade

0 2 m

Em cima, reconstituição do alçado Oeste no início do séc. XX. Em baixo, o mesmo alçado na actualidade.

0 2 8m

Planta da massa arbórea da aldeia.

CAPÍTULO III

DESENHO INCLUSIVO, EXPERIÊNCIA MULTI-SENSORIAL

DESENHO INCLUSIVO, ORIGENS E CONCEITO

As origens dos cuidados a pessoas portadoras de deficiência remonta à época medieval. Segundo relatos de vários viajantes, no ano de 872 Ahmad ibn Tulun manda edificar um Bamiristain (antigo hospital) no Cairo, para tratar os deficientes mentais cujas terapias incluíam a música. Estes lugares serviam o duplo objectivo de proporcionar conforto e tratamento, mas também de servirem como locais de estudo e ensino de médicos.
Em 1330 é fundado em Inglaterra o Bethlem Royal Hospital, a primeira e mais antiga instituição de cuidados psiquiátricos do mundo, que ainda hoje se encontra em funcionamento. As suas características espaciais e de tratamento pouco abonatórias terão servido de inspiração para numerosos filmes de terror.

O tratamento ostracizante continuou durante muitos séculos, até que no século XIX William A. F. Browne introduz a escrita, a música e a arte como terapias, dando um carácter mais humano a estes lugares de tratamento. Ao mesmo tempo, Louis Braille inventa o alfabeto com o seu nome, que permite a leitura por parte dos invisuais.

No rescaldo da I Guerra Mundial, surge a necessidade de reintegrar os muitos soldados que contraíram deficiência durante os combates, surge assim o lugar de Enham na Inglaterra, pensado como espaço de recuperação e reintegração no mercado de trabalho, que existe actualmente.

A evolução do cuidado de pessoas portadoras de deficiência tem acontecido no sentido de as autonomizar e proporcionar um sentimento de igualdade através de diversas terapias que estimulem os seus sentidos, sociabilidade e inclusão. Toda esta evolução começa a ser experimentada no desenho do espaço e da ergonomia dos objectos. Nos anos 60 um conjunto de regras orientadoras do desenho é sistematizado para permitir o acesso e inclusão a pessoas portadoras de deficiência. Nasce assim o conceito de desenho inclusivo ou universal.

O desenho inclusivo é todo aquele que procura servir ao maior número de pessoas possível independentemente das suas capacidade físicas ou mentais.

"A popularização da arquitectura como "high-art", ou design puro, é uma forma de suporte para uma prática impessoal, vendável (por vezes), dando a ideia de que o que importa é a forma, a estética, e não aspectos ligados ao utilizador e ao real funcionamento do utilizador ..." (Imrie, 1996)

Esta forma de desenho que abrange o desenho espacial, o design de produto e o design do espaço digital rege-se por 7 princípios básicos:

1. Uso equitativo
 - O design é útil e vendável a pessoas com diversas capacidades.

2. Flexibilidade no uso
 - O design acomoda um vasto leque de preferências e capacidades individuais.

3. Uso simples e intuitivo
 - O uso do design é fácil de compreender, independentemente da experiência, do conhecimento, das capacidades linguísticas ou do actual nível de concentração do utilizador.

4. Informação perceptível
 - O design comunica eficazmente ao utilizador a informação necessária, independentemente das suas capacidades sensoriais ou das condições ambientais.

5. Tolerância ao erro
 - O design minimiza riscos e consequências adversas de acções acidentais ou não intencionais.

6. Baixo esforço físico
 - O design pode ser usado eficiente e confortavelmente e com um mínimo de fadiga.

7. Tamanho e espaço para aproximação e uso
 - São providenciados um tamanho e um espaço apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do utilizador.

Cego transporta um paralí-
tico, fotografia da região do
Levante 1889. Esta fotografia
pode ser considerada metá-
fora do desenho inclusivo, a
falta de um sentido apoia-se
nos outros, tal como o cego
necessita do paralítico para
se orientar, e o paralítico do
cego para se locomover.

SOBRE A NECESSIDADE DE UM DESENHO INCLUSIVO

No mundo, algumas vezes egocêntrico da arquitectura, existe uma quase negação da necessidade de desenhar para todos. Esta necessidade é, regra geral, vista como complicada e destruidora de uma imagem. Num mundo (o da arquitectura também) demasiado apoiado no sentido da visão, os outros sentidos foram remetidos para um segundo plano, ou melhor, os outros sentidos continuam a experienciar o espaço, mas raramente são considerados durante a fase de projecto e o potencial que podem oferecer ao mesmo perde-se.

Uma arquitectura inclusiva obriga a trabalhar as experiências dos outros sentidos no espaço, enriquecendo do ponto de vista sensorial o projecto. É necessário olhar para a inclusividade não como um fardo mas como uma oportunidade para desenvolver o desenho do espaço, para experimentar as interacções do corpo humano com o lugar numa dimensão multi-sensorial e não apenas visual.

Ao longo da história, os arquitectos foram refinando um desenho para o homem de proporções ideais, como acreditava Vitrúvio e demonstrou Leonardo da Vinci no "Homem de Vitrúvio". Esta tendência continuou até aos nossos dias. Le Corbusier deriva todo o seu desenho espacial da pequena figura "estilizada" a que chamou Modulor, esta mais não era que um homem de proporções perfeitas segundo o seu entendimento. Todas estas aproximações a uma figura ideal estão apoiadas na noção de essencialismo criada por Platão[1].

Qualquer ferramenta desenhada como o Modulor está bastante limitada e desfasada da grande diversidade humana. Mas será que é possível desenhar para todos? A resposta a esta pergunta é bastante óbvia, apenas uma edificação "viva" e que se altere em tempo real, cujos elementos sejam totalmente móveis e mutáveis se poderá adaptar fisicamente a qualquer pessoa. A arquitectura com o seu carácter estático não consegue resolver este problema por si só. A solução é permitir o uso de ferramentas (objectos) e da adaptabilidade humana. Quando o objectivo de uma edificação é servir a todos da mesma maneira o resultado final será catastrófico e tenderá para a destruição da diversidade.

"na realidade, o entendimento generalizado sobre a igualdade humana, assemelha-se mais a uma paisagem ondulante do que a um espaço com condições iguais para todos. Infelizmente, os arquitectos, susceptíveis ao essencialismo interpretam mal a nossa igualdade inata, num esforço para providenciarem para cada diferença, em cada espaço, a todo o momento, desenham literalmente um espaço de condições iguais para todos. Esta tentativa normalmente reduz a diversidade ambiental que por sua vez ameaça a acessibilidade e as experiências enriquecedoras tanto para aqueles com deficiência como para com os sem deficiência." (Henry, 2015) i.e. a percepção do espaço e o seu percorrer não poderão ser iguais para pessoas diferentes, sendo impossível juntar todas as pessoas a viverem a mesma sensação da mesma maneira, sob pena de esta se perder.

NÚMEROS DA DEFICIÊNCIA EM PORTUGAL

Através de uma consulta estatística relativa ao território Português, observa-se uma realidade escondida que impressiona. Aproximadamente 10 por cento da população portuguesa sofre de alguma deficiência. Estes dados contrastam com a realidade observável nas ruas onde os portadores de deficiência pouco se mostram e esta é a face "visível" da falta de desenho inclusivo nas nossas cidades e edifícios.

Mas esta realidade escondida não tem que ver apenas com o desenho do espaço. A população portuguesa está pouco habituada ao contacto com pessoas deficientes, o que não contribui para a sua integração.

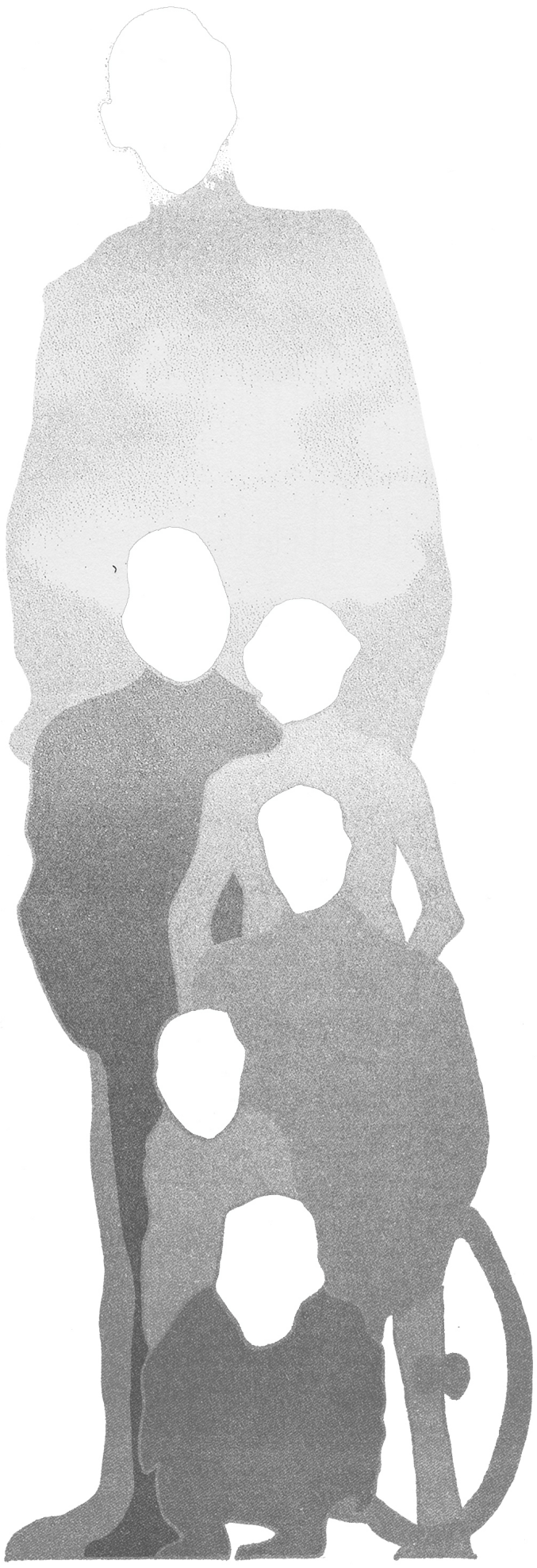
De acordo com os censos de 2001 existiam cerca de 636.059 pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. O estudo divide esta população em 6 grupos:

- Auditiva - 13,2%, 84.172 indivíduos.
- Visual - 25,7%, 163.569 indivíduos.
- Motora - 24,6 %, 156.246 indivíduos.
- Mental - 11,2 %, 70.994 indivíduos.
- Paralisia cerebral - 2,4%, 15.009 indivíduos.
- Outras deficiências - 23,0%, 146.069 indivíduos.

Em conclusão, pode-se afirmar que os números da deficiência em Portugal são bastante expressivos, o que deveria "obrigar" os designers a terem a acessibilidade como um dos parâmetros de desenho fundamentais. Esta "obrigação" deve ser encarada como uma oportunidade, pois ao ser necessário dar mais ênfase aos aspectos sensoriais do espaço e dos objectos, são as disciplinas do design e da arquitectura que ganham, através de um enriquecimento sensorial das obras.

Também os órgãos estatais devem ter uma palavra a dizer neste aspecto. O recente Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto, é um bom avanço no que concerne às acessibilidades para as pessoas portadoras de deficiência, mas o seu carácter prescritivo arrasta o tempo de implementação.

3. O conceito de essencialismo proposto por Platão apoia-se na existência em cada ser de uma essência idealizada, esta não é mutável, tal como a essência humana.



Diversidade humana, desde os
56 cm de altura até aos 272 cm.

ARCIL, UMA EXPERIÊNCIA COM MAIS DE 30 ANOS

Como parceiro nesta reconstrução e fornecedor do tema para a mesma encontra-se a ARCIL. Esta associação de apoio a pessoas portadoras de deficiência tem-se destacado ao longo das últimas décadas num trabalho social importantíssimo junto dos cidadãos portadores de deficiência na região da Lousã.

O seu trabalho passa por criar condições de empregabilidade nestas populações através da criação de empresas e serviços para a sua ocupação. Ao mesmo tempo oferece serviços médicos e terapêuticos. Toda esta dinâmica contribui para uma mudança saudável na vila: *"A Lousã é o melhor sítio para pessoas com deficiência viverem, aqui não somos tratados de maneira diferente em relação às outras pessoas"* como afirma Rafael Ramos, utente da ARCIL e funcionário da Biblioteca Municipal da Lousã

Por causa desta associação e do seu plano de 1993 para a aldeia de Silveira, surge esta oportunidade de pensar um assentamento acessível na Serra, único do seu tipo, mas lógico sob diferentes perspectivas: financeira, terapêutica, de conservação do património e do ambiente, mas principalmente de inclusão. Esta reactivação decorre num momento em que o turismo acessível e em concreto o projecto "Lousã, destino de turismo acessível" conhecem a sua maior expansão, com numerosas experiências em curso na Serra da Lousã.

A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO PELOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

DEFICIÊNCIA COGNITIVA, PERCEPÇÕES DIFERENTES

Que exigências espaciais terão as pessoas com problemas cognitivos, de que maneira experienciam elas o espaço?

Num artigo que compara dezenas de estudos sobre experiências com pessoas portadoras de deficiência cognitiva relativamente à habitação, os resultados apresentados podem ser surpreendentes. As condições espaciais preferidas pelas pessoas com deficiência cognitiva não são diferentes das pessoas que não possuem essa deficiência. No estudo observaram-se as dificuldades descritas para cada um dos casos analisados. Anotaram-se as situações que causavam mais problemas aos utentes e que exigiam maior medicação. Aqui pode-se constatar a preferência pelos edifícios de 1 ou 2 pisos em vez dos de maior número e edifícios que propiciem o contacto social e a vivência ao ar livre.

Pode-se assim sistematizar os efeitos que o ambiente construído tem sobre o portador de deficiência cognitiva. Já foi referido o tipo de habitação, o número de pisos, o contacto com o exterior e o sentimento de privacidade e controlo sobre o seu espaço. Gary Evans em "The built environment and mental health" estuda a influência que a qualidade do ar, do som e da luz possui sobre os pacientes. É referido neste estudo com clareza que a qualidade do ar é um factor importante para o bem-estar físico da pessoa. Contudo não é seguro afirmar que o som tenha qualquer influência sobre o avanço das desordens cognitivas. Relativamente à luz, é importante referir que não existe uma correlação directa observável entre a cor e a saúde mental, o seu efeito (positivo ou negativo) não está provado. No entanto, a iluminação natural adequada tem impacto no bem estar humano.

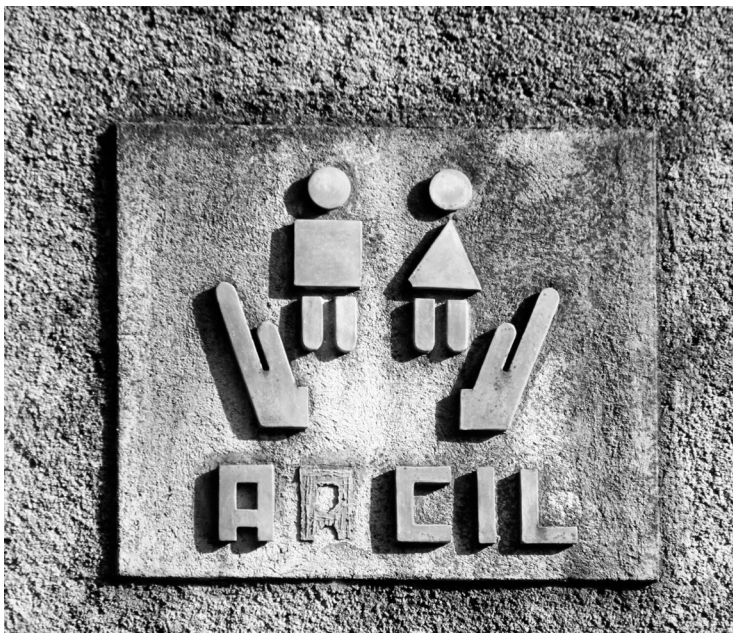
"Os níveis de iluminação, particularmente a quantidade de exposição à luz natural, têm impacto no bem-estar psicológico" (Evans, 2003)

DEFICIÊNCIA AUDITIVA, O ESPAÇO MUDO

Imagine-se um mundo sem som, um exercício impossível na realidade, pois nem numa câmara anecóica o silêncio existe. Neste espaço sem reverberação e com o máximo isolamento, novos sons são revelados, o bater do coração ou a respiração por exemplo. O músico John Cage é autor da peça seminal "4:33", título que revela sua duração e em que não é tocada uma única nota passando o enfoque para os sons e ruídos próprios de uma sala de espectáculos. O autor parte do pressuposto que o silêncio não existe. Parte da obra teórica deste compositor foi dedicada à exploração do tema do silêncio.

"Não existe um espaço vazio, ou um tempo vazio. Existe sempre algo para ver, algo para ouvir. De facto, podemos tentar produzir um silêncio, mas não seremos capazes." (Cage, 1961)

Por outro lado, os surdos conseguem "escutar o silêncio", e mesmo quando questionados sobre se existe alguma voz na sua mente, alguns explicam que a voz é visual, como se aparecessem símbolos de linguagem gestual. Tal facto é indicador da importância dos outros sentidos como forma de interacção/navegação de um



Símbolo da ARCIL por cima da entrada no barracão das Silveiras.

espaço e um exemplo da grande adaptabilidade humana. A visão, o tacto e o olfacto desempenham um papel crucial na percepção espacial num mundo que não produz som.

DEFICIÊNCIA VISUAL, O ESPAÇO INVISÍVEL

Tal como na deficiência auditiva, os invisuais apoiam-se nos outros sentidos para conseguirem compreender o mundo em seu redor. Este facto faz com que os outros sentidos se encontrem mais desenvolvidos do que em pessoas que possuam todos eles. Numa época de domínio e prevalência da imagem e da visão sobre os outros sentidos, sinal do rumo cultural particularmente no ocidente, a percepção do espaço de um invisual pode ser uma enorme mais valia no sentido de devolver ao espaço arquitectónico o interesse multi-sensorial. Chris Downing um arquitecto que perdeu a visão relata as diferenças sensoriais que a condição lhe proporcionou:
"... comecei a perceber que a minha experiência da cegueira era muito mais multissensorial do que foi a minha experiência com visão. (...) não apenas a cidade é boa para os cegos, mas ela precisa de nós. E tenho tanta certeza disso que quero propor aqui hoje que os cegos sejam usados como os protótipos dos moradores da cidade, quando imaginarmos novas e maravilhosas cidades, e não pessoas sobre as quais se pensa depois do molde já estar feito ..." (Downing, 2013)

O arquitecto Carlos Mourão Pereira, que na idade adulta se tornou invisual, sempre revelou um grande interesse na arquitectura sensorial. Este interesse está patente na piscina à beira-mar que desenhou, com intuito de permitir às pessoas de mobilidade reduzida e aos invisuais uma grande autonomia durante os banhos de mar, e uma interacção com a botânica marinha. Esta experiência apesar de não ter sido construída constituiria um passo importante para a autonomização dos portadores de deficiência, permitindo uma interacção com o oceano, algo que em muitas partes lhes está vedado.

Os invisuais percepcionam o ambiente construído de uma maneira muito mais multi-sensorial do que as pessoas com visão, apoiando-se no tacto, olfacto, e audição, criando assim um mundo em que todos estes elementos se intersectam e comunicam.
Ao caminharem, tacteiam o chão com a bengala, ao mesmo tempo esta provoca um ruído. O som e o cheiro são os novos medidores de distância, o tacto a forma de ler a informação.

DEFICIÊNCIA MOTORA, O ESPAÇO DIFÍCIL DE PERCORRER

Uma das faces mais visíveis da população portadora de deficiência são os deficientes motores, que devido às características do ambiente construído, acabam por não usufruir do mesmo. Múltiplas campanhas de consciencialização e propostas legislativas destacam o problema mas este está longe de ser resolvido. A larga maioria dos espaços construídos está inacessível a pessoas com deficiência motora. Este facto deve-se à data de implementação destas leis, que têm um carácter prescritivo e não correctivo e, como tal, a mudança afigura-se lenta.

Rampas, elevadores, pisos fáceis de percorrer, barreiras arquitectónicas inexistentes, mobiliário e sanitários adaptados, são algo que ainda não está instituído em Portugal. Apesar da constatação óbvia de que o que serve para os deficientes motores, serve para todas as outras pessoas.

ESTRATÉGIAS DE ORIENTAÇÃO ESPACIAL, O WAYFINDING

O wayfinding é um sistema de comunicação, que permite obter informação acerca do espaço percorrido. Este sistema utiliza o sentido do tacto. da visão, da audição e do olfacto para permitir a orientação sobre e em determinado espaço.

Pode ser dividido em quatro elementos primários, o arquitectónico, o gráfico, o áudio, e o táctil, o olfacto serve ainda como extra em certos lugares para ajudar na orientação, se estivermos na presença de restaurantes, flores, cafés, em suma lugares olfactivamente estimulantes.

Os sistemas de Wayfinding incluem a organização espacial de um lugar, os pontos de interesse exteriores e interiores, as vistas para o exterior, sinalização, numeração de piso e sala, direcções faladas, mapas, directórios, progressão lógica de espaços, códigos de cores.

Deste modo, um sistema de wayfinding correcto deve ser capaz de transmitir ao utilizador que:

-este se encontra no sítio de início ou fim de um determinado percurso;

-identificar a sua localização dentro de um edifício ou espaço exterior;

-reforçar que se está a deslocar na direcção certa, dentro e fora de edifícios;

-avisar para a localização de potenciais perigos;

-identificar o destino de chegada;

-escapar em segurança em caso de emergência.

Os princípios básicos de desenho de wayfinding são:

-Analisar o lugar relativamente aos pontos de acesso tendo em conta as características físicas e estéticas do sítio

-Dividir a grande escala em zonas menores de fácil identificação, mantendo ao mesmo tempo a sua conectividade.

-Organizar as partes menores sob um princípio organizador simples, tal como o uso.

-Desenhar a distribuição de maneira lógica e racional.

-Oferecer dicas frequentes sobre o espaço e a orientação em ambos os sentidos.

-O desenho em sítios de decisão deve ser lógico e racional para pessoas com visão, garantindo que se relaciona directamente com o edifício ou a paisagem.

-Criar sequências e desambiguidade na sinalética.

-Escolher nomes e símbolos facilmente memorizáveis por pessoas de culturas diferentes.

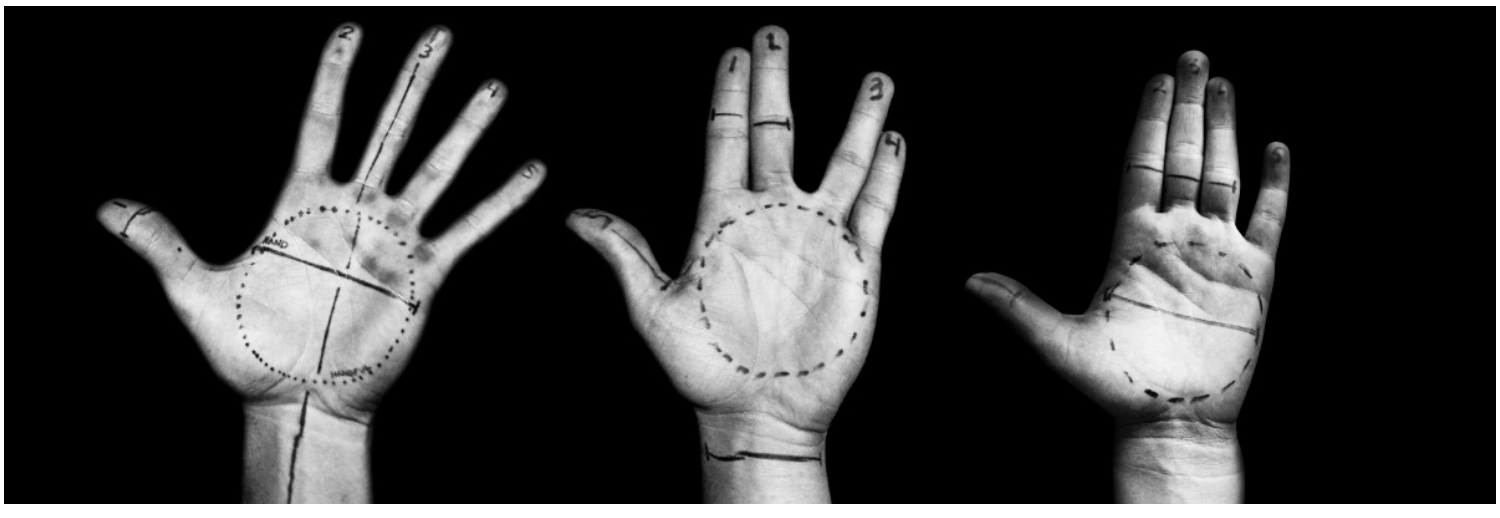
OS SENTIDOS E O ESPAÇO

"Cada experiência comovente da arquitectura é multi-sensorial: as qualidades do espaço. da matéria e da escala são medidas em partes iguais pelo olho, o ouvido, o nariz, a pele, a língua, o esqueleto e o músculo. A arquitectura fortalece a experiência existencial, o sentido de cada um de existir no mundo" (Pallasmaa, 2012)

Já foi atrás referida a oportunidade que o desenho inclusivo constitui para a criação de uma arquitectura pensada para todos os sentidos. O caminho para um desenho que sirva a todos e que seja estimulante para todos os que dele usufruem, pode ser feito a partir de uma reflexão sobre a forma como os sentidos são afectados pelo espaço. A falta de um dos sentidos obriga a que a experiência do espaço se guie pelos outros, daí a importância da multi-sensorialidade do espaço construído. Reveste-se assim de especial importância um conhecimento aprofundado de cada um e da maneira como interagem entre si para que a experiência do espaço saia enriquecida.

"em vez de uma experiência plástica e espacial fundamentada existencialmente, a arquitectura adoptou a estratégia psicológica da publicidade e persuasão instantânea; os edifícios tornaram-se produtos de imagem, afastados da profundidade e sinceridade existenciais." (Pallasmaa, 2012)

Como refere o arquitecto finlandês, a produção arquitectónica está virada para um imediatismo mercantil cujos efeitos para a qualidade do espaço edificado são nocivos. As qualidades espaciais revelam-se aquando da visita, do percorrer ou do habitar. Uma arquitectura que não tenha sido pensada para todos os sentidos perde a profundidade que deveria possuir, tornando-se em algo sintético e pouco convidativo.



John Miura, Hands that measure

O OLFACTO

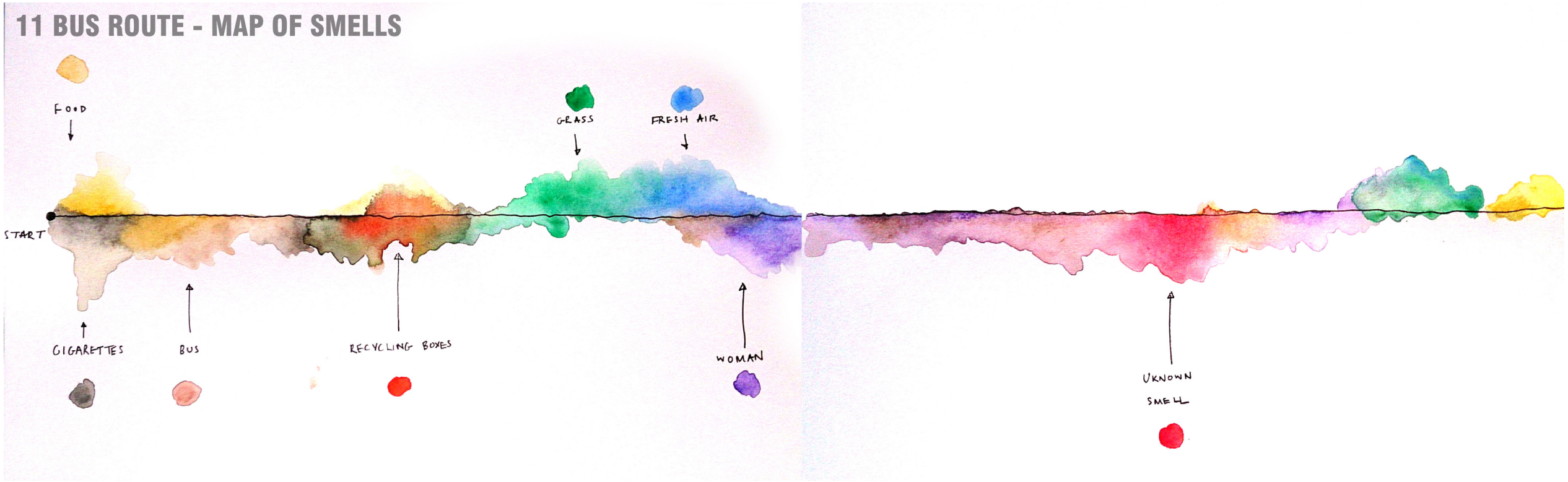
Apesar de ser preponderante para a qualidade espacial, pela sua forte ligação à memória (o ser humano consegue distinguir cheiros conhecidos entre centenas de cheiros praticamente idênticos), existe uma forte tendência na arquitectura contemporânea para relegar o sentido do olfacto para um plano inferior ao da visão, através de tentativas de tornar o espaço projectado num espaço livre de cheiros, tornando-o mais hermético possível. Esta tendência poderá vir de uma associação antiga entre a falta de salubridade e o cheiro nauseabundo das antigas cidades que contribuiu para uma progressiva eliminação dos odores nos países desenvolvidos. Ela também se revela culturalmente no odor corporal, sendo fácil distinguir um povo de cultura ocidental, (que opta predominantemente pelo uso de estratégias inibidoras de cheiros, perfumes, desodorizante, distância entre pessoas) de uma pessoa do médio Oriente por exemplo, muito mais à vontade com o seu odor corporal e com o dos que o rodeiam, logo mais receptivo à proximidade entre pessoas, como descreve Edward T. Hall no seu livro a Dimensão oculta.

"A categorização do cheiro como um instinto animal menor, associado aos pobres e iletrados remonta ao Iluminismo. Historicamente, as cidades têm sido retratadas como sítios sujos, mal-cheirosos e insalubres, onde animais, humanos, lixo e poluição industrial se juntam formando o smog nocivo experienciado pelas gerações anteriores no Ocidente e actualmente nas megacidades do Sul. Como resultado, o olfacto é olhado como tendo pouco de positivo a contribuir para a cidade ou a arquitectura.(...) os odores desempenham um papel fundamental na nossa conexão com o mundo que nos rodeia. Qualquer pessoa que tenha perdido o olfacto relatará os diferentes cheiros que lhe provocam saudade, com a consequente desconexão com o mundo em volta e a perda de qualidade de vida." (Henshaw, 2014)

O olfacto constituía uma parte importante da experiência do espaço em várias culturas antigas. Durante a Idade Média, a Camomila era espalhada pelo chão das casas devido ao cheiro doce que libertava quando era pisada, enquanto que em algumas igrejas a lavanda e a ulmeira eram penduradas pois o seu odor lembrava o do mel e da baunilha. Num contexto diferente, em sítios onde se encontravam doentes, era queimado rosmaninho para purificar o ar. Mas a importância na arquitectura dos cheiros pode ser entendida através de uma descrição de um ocidental em visita ao Oriente. T. E. Lawrence:

"Tendo cavalgado para lá das planícies do Norte da Síria chegámos a uma ruína do período Romano, que os árabes acreditavam ter sido construída por um príncipe da fronteira como um palácio do deserto para a sua rainha. Dizia-se que o barro deste edifício foi amassado, para uma maior riqueza, não com água, mas com os preciosos óleos essenciais de flores. Os meus guias, cheirando o ar como cães, conduziram-me de sala arruinada em sala, dizendo: isto é Jasmim, isto Violeta, isto Rosa." (Crunelle, 2002).

A importância atribuída ao olfacto na arquitectura observa-se claramente no Multi-faith Centre for Toronto University. Este lugar, relativamente modesto na sua ornamentação existe para uso de diferentes religiões, com diferentes rituais. A equipa de desenho, o gabinete Moriyama & Teshima reparou que o que distinguia estes rituais eram os cheiros de diferentes materiais queimados. A opção recaiu num sistema de ventilação que mantivesse o cheiro durante a cerimónia, e que o eliminasse rapidamente após a mesma.



Mapa de cheiros relativo a um passeio de autocarro por Nova Iorque.

O TACTO

"enquanto que o espaço táctil separa o observador dos objectos, o espaço visual separa os objectos entre si (...) o mundo perceptivo é guiado pelo toque, sendo mais imediato e acolhedor do que o mundo guiado pela visão." (Zumthor, 2005)

O tacto é fundamental na maneira como o ser humano percebe o mundo, ver e tocar são acções que recolhem informação a distâncias diferentes, a visão ocupa-se do longe, ao passo que o tacto toca no perto. Através do toque pode-se perceber a temperatura, e consequentemente a luminosidade, a textura, o peso ou a densidade.

O desenho arquitectónico, tal como acontece com o olfacto, nem sempre tem em conta este sentido, que pode transformar um espaço visualmente apelativo num espaço desconfortável. Para demonstrar a importância deste sentido recorre-se a uma investigação sobre esta problemática por Cristopher N. Henry, que através de alguns estudos demonstra como diferentes estímulos de toque (neste caso em objectos) alteram a percepção ou o estado de espírito:

"Um estudo descobriu que os indivíduos a quem era pedido que segurassem objectos aquecidos, como uma bebida, eram mais susceptíveis de acharem mais amigáveis, de confiança e mais generosos a si mesmos e aos outros do que aqueles que seguravam em objectos frios. Um outro estudo descobriu que os indivíduos apreciavam mais o sabor da água se esta viesse numa garrafa rígida em vez de numa deformável. Por fim, um estudo apresentou objectos rígidos ou suaves, currículos em pranchetas pesadas ou leves, e um puzzle com peças macias ou rugosas a uma série de indivíduos. Entre outros efeitos, os objectos pesados faziam os candidatos e emprego parecerem mais importantes, os objectos rugosos faziam com que a interacção social parecesse mais difícil, e os objectos rígidos aumentavam a austeridade nas negociações" (Henry, 2011)

O autor, em jeito de provocação questiona alguns edifícios contemporâneos acerca da sua capacidade de interacção táctil: *"será que arquitectos como Zaha Hadid ou Daniel Libeskind alcançam o efeito desejado nos seus edifícios visualmente provocantes? Em muitos dos seus edifícios, são utilizados quase exclusivamente materiais que são frios e duros ao toque, na sua maioria suaves e pesados. Quais são os efeitos psicológicos e sociais destes ambientes? Talvez não tenha importância, mas é melhor estudar que ignorar."* (Henry, 2011)

Pallasmaa, talvez o autor que tenha dedicado mais tempo a estas investigações, considera a pele como o órgão perceptivo mais íntimo, capaz de medir muitos factores e de promover um contacto fortalecido com a atmosfera do lugar, considerando ainda todos os sentidos como extensões do sentido do tacto, ou seja especializações do orgão pele.

fotografia macro de impressão digital.

A AUDIÇÃO

"Quando os arquitectos falam sobre acústica, normalmente o assunto passa por janelas à prova de som, isolamento para o som das passadas e ressoadores perfurados feitos de placa de reboco. Como soa uma sala, que sons são provocados pelas pessoas que a usam e que tipo de atmosfera sonora esta sala possui são questões frequentemente deixadas ao acaso." (Pallasmaa, 2012)

A audição é, tal como a olfacto um sentido incorporador, pois é multi-direccional, ao contrário da visão que é um sentido focalizador. Esta propriedade de incorporação, torna-o fundamental para criar a aura ou o carácter do espaço. Uma vez mais, a tendência actual é de limitação da acção do som sobre a pessoa. O som que é produzido pelos passos ao percorrer uma sala, ou a reverberação da voz num determinado espaço, por exemplo, ajudam à compreensão do mesmo, mostram a presença e interacção humana com o lugar e são, por isso muito importantes. Estes elementos sonoros são essenciais na criação da atmosfera de qualquer espaço como refere o arquitecto Pallasmaa: *"Não estamos conscientes do significado que a audição tem na experiência espacial, apesar do som providenciar o contínuo temporal em que se inserem as impressões visuais."* (Pallasmaa, 2012)

Como exemplo da capacidade do som na criação de atmosfera pretendida podemos analisar algumas salas do Museu Judaico de Daniel Libeskind. Estas funcionam como vazios situados ao longo do percurso museológico. Num destes vazios o chão em placas de cobre provoca, pela acção dos passos, um som desconfortável que ecoa através das paredes da sala, numa demonstração dramática do sofrimento infligido às vítimas do holocausto.

"Eu acho que os edifícios emitem som, podem soar não emotivos também" (Zumthor, 2006)

"Nós sentimos prazer e protecção quando o nosso corpo descobre a sua ressonância no espaço." (Pallasmaa, 2012)

André Pinto a gravar o som do corrimão

Carolyn Butterworth a lamber as paredes do pavilháo de Mies van der Rohe para a exposição de Barcelona.

O PALADAR

A relação do paladar com o espaço arquitectónico é o fenómeno sensorial mais difícil de explicar de entre todos os sentidos. Num primeiro pensamento pode ser feita uma associação à casa comestível do conto Hansel e Gretel dos irmãos Grimm, mas raramente, salvo algumas excepções, se prova o sabor de uma parede ou de uma porta. Contudo esta experiência foi feita pela performer Carolyn Butterworth, que lambeu as paredes da réplica do pavilhão de Mies van der Rohe para a exposição de Barcelona. Esta performance foi uma crítica à interacção (ou falta dela) entre a pessoa e a obra de arquitectura como explica Thibaut de Ruyter no artigo Licking Architecture: *"a fotografia conta-nos algo sobre o nosso uso da arquitectura. Mostra-nos a pobreza da nossa relação física com o mundo construído. O que está o nosso corpo a fazer dentro de um edifício? Movemo-nos com os pés, os olhos olham para cima e para baixo e, como a maioria dos arquitectos, tocamos as superfícies de pedra, aço e pele para sentir a sua qualidade, para entender e percepcionar o que as imagens e os desenhos reproduzidos em livros não conseguem comunicar".* (Ruyter, 2007)

A percepção do paladar na arquitectura funciona através de outros dois sentidos, o olfacto e a visão. O olfacto amplifica o sentido do paladar, ao passo que através da visão, a arquitectura provoca o paladar como refere Juhani Pallasmaa: *"Certas cores e detalhes delicados evocam a sensação oral. Uma superfície em pedra delicadamente colorida é subliminarmente saboreada pela língua." (Pallasmaa, 2012)*

Hansel e Gretel, conto dos irmãos Grimm em que duas crianças encontram uma casa comestível no bosque

A VISÃO

"O homem durante as suas viagens no espaço necessita das mensagens corporais para assegurar a estabilidade do seu mundo visual. Não tendo esta informação corporal, o ser humano perde a sua conexão com o mundo. A visão separa-nos do mundo, enquanto o resto dos sentidos junta-o." (Pallasmaa, 2012)

O sentido da visão é aquele em que o ser humano mais se apoia na sua percepção do espaço. Este facto resulta de uma mudança cultural que ocorre à largos séculos, a visão foi cimentando a sua posição como sentido dominante em detrimento de todos os outros. No que concerne ao espaço, e como refere Pallasmaa, todos os sentidos se apoiam mutuamente para a percepção do lugar e criação mental da sua atmosfera.

Na maior parte das obras de arquitectura contemporâneas é diferente, a velocidade de consumo de informação actual pode apenas ser acompanhada pelo sentido da visão. O ser humano está tão habituado a consumir imagens que esse se tornou o meio predilecto de recriação espacial. A qualidade arquitectónica ressente-se desta necessidade, sendo muitos dos actuais edifícios desenhados apenas para agradar ao olho, sem considerar a riqueza que as interacções com os outros sentidos podem criar. Esta necessidade mercantilista afecta a qualidade dos espaços e afasta-os do ser humano, pois não apela ao seu carácter sensorial na totalidade. Para uma melhor compreensão da importância dos outros sentidos na fruição do espaço arquitectónico recorre-se a uma transcrição feita por Nora Scheifler de uma descrição do interior e exterior de um edifício por parte de uma pessoa invisual da American Foundation for the Blind:

"O exterior pode ser sentido através da audição e da descrição. Conseguimos ouvir o vento a soprar sobre o edifício e sentir a sua dimensão dessa maneira. Eu tenho tendência a não gostar do vidro e aço lisos, pois soa muito vazio e frio. Consigo ouvi-lo a ranger e a gemer.

Os espaços abertos são uma faca de dois gumes para nós. Por um lado transmitem uma sensação de liberdade mas por outro podem ser demasiado barulhentos para nós. O som é uma fonte primária do nosso mundo. Paredes interiores de pedra abafam o som o que não nos ajuda. O tijolo parece-me melhor. Tectos altos fazem a sala parecer enorme. Painéis de madeira não deixam entrar os som na sala. Se eu estiver na lavandaria, que tem uma parede de maneira em volta é-me difícil ouvir o que é dito de outra sala. E isto é difícil para mim porque as pessoas que eu gosto dizem que eu consigo ouvir a erva a crescer.

As minhas preferências recaem sobre salas que não são muito pequenas porque sinto-me restringido e enclausurado.

Gosto de paredes com alguma textura porque assim posso senti-las e ter uma ideia de como são através do toque.

A iluminação é muito importante para os invisuais. Depende da pessoa, demasiada luz pode incomodar e pouca luz pode tornar tudo muito escuro. As luzes fluorescentes são ofuscantes e irritantes. Num mundo utópico, cada edifício teria uma placa descritiva do mesmo." (Scheiffer, 2004)

.

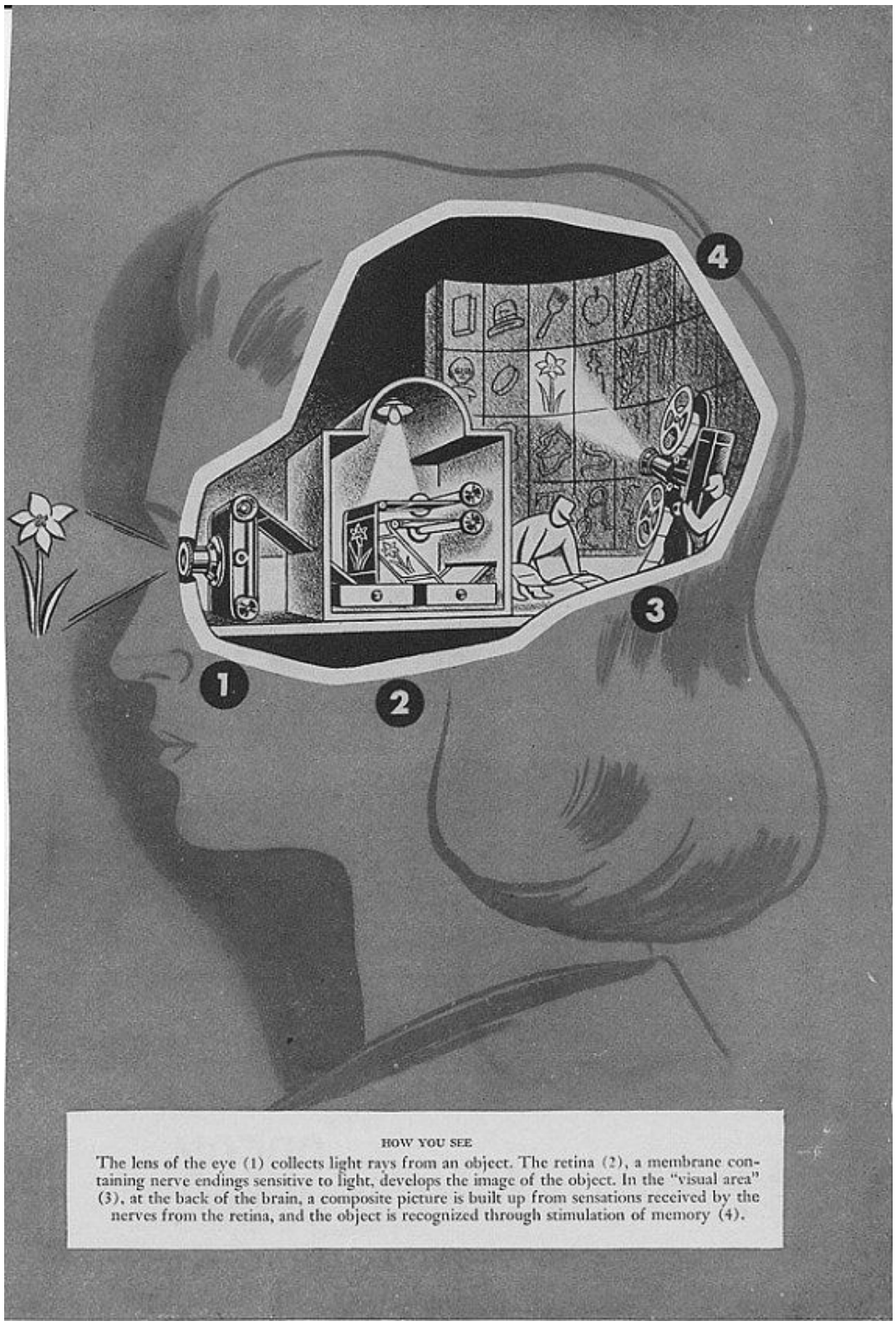


Ilustração sobre a relação visão--cérebro.

CAPÍTULO IV

ALDEIA INCLUSIVA, MONTANHA ACESSÍVEL

O INÍCIO DE UMA NOVA COMUNIDADE

" A arquitectura, o desenho da cidade e a tipologia nunca podem ser tidas como imposições ideológicas ou normativas, criadoras por si próprias de formas de existência. Se uma comunidade não vive ainda no fluxo dos eventos, não há claustro ou falanstério ou patamar que a possam evocar ou materializar. Mas se a comunidade já existe, já procura nas fendas e nos vazios dos percursos funcionais das metrópoles o seu espaço concreto para viver. Então a investigação tipológica é evocação, denominação, representação e valorização do que já vive pacatamente como hóspede em carapaças estranhas e hostis." (Deganello, 1983)

Como projectar o início de um assentamento, de algo que não existe, para que o risco de falhar seja reduzido?

Ao longo da história numerosos exemplos de megalomania projectual demonstraram que é necessário entender a massa crítica que alimenta e preenche estes espaços antes de avançar para qualquer desenho. A tentação de desenhar uma versão idealizada da vida dos futuros habitantes é apelativa, mas será porventura a pior estratégia para o futuro do construído. É necessário deixar as dinâmicas próprias das pessoas decidirem o caminho do projecto, para que este corresponda aos desejos e expectativas de quem o habita, obedecendo a uma lógica de evolução sustentada.

A aldeia de Silveira de Baixo encontra-se abandonada e as suas dinâmicas limitam-se à presença sazonal de um apicultor, de madeireiros, de observadores da brama dos veados e à romaria anual à capela de S. Lourenço. Conclui-se que não existe massa humana para uma reactivação por si só. O caso desta aldeia é bastante peculiar, existindo uma oportunidade que consiste na transferência de pessoas ligadas à ARCIL para o lugar, constituindo um investimento na sua empregabilidade e na reactivação deste território. Elementos ligados à ARCIL serão os primeiros habitantes, mas o objectivo é criar interesse na instalação de pessoas exteriores à associação, de modo a combater a exclusividade da aldeia, que é um risco a ter em conta neste projecto.

Pretende-se que o investimento da ARCIL no lugar seja a semente para a reactivação do mesmo e crie condições para a a ocurrência de assentamentos espontâneos.

GOTAS DE TINTA DA CHINA SOBRE PAPEL HÚMIDO

ESTRATÉGIA

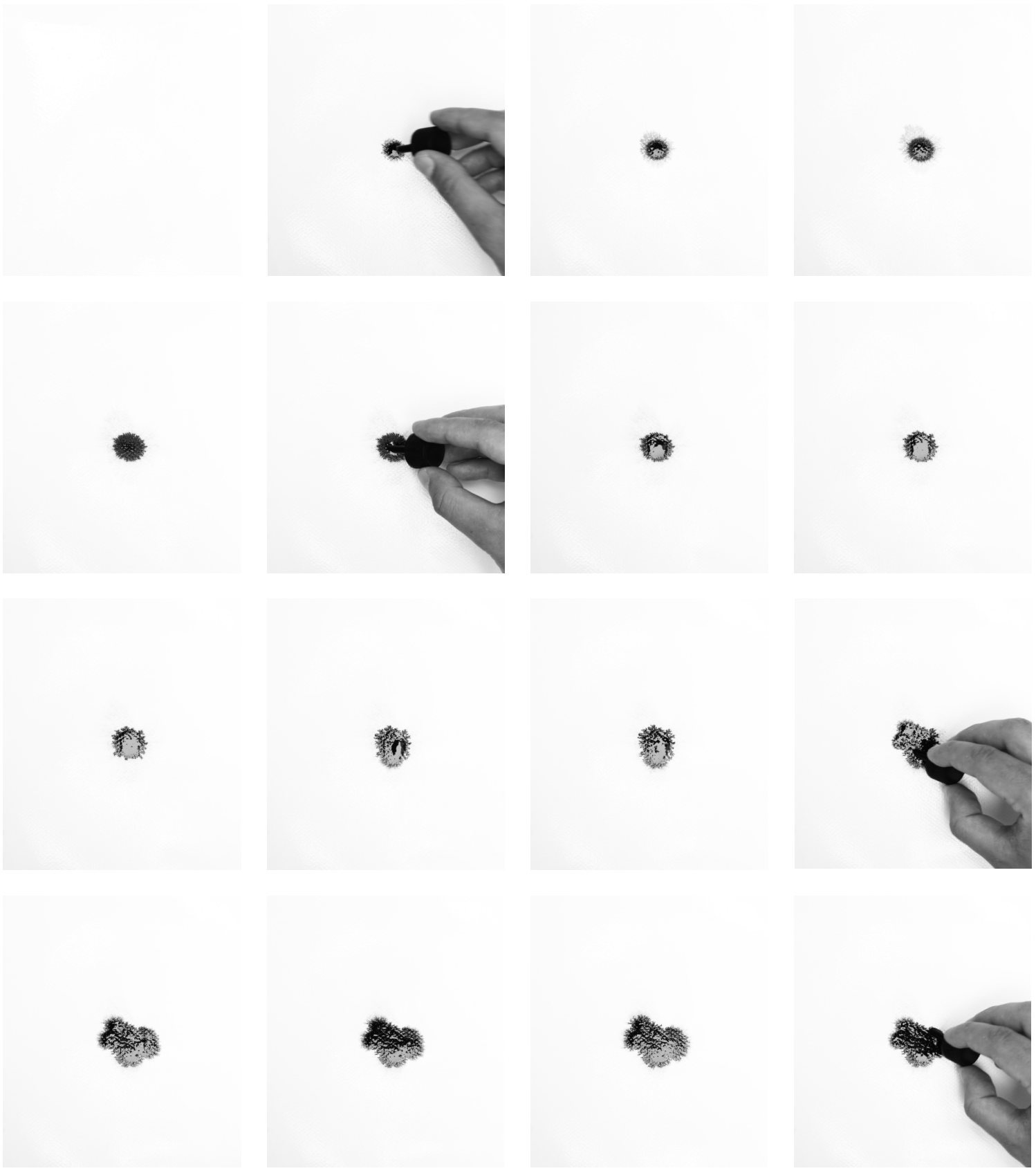
Numa intervenção deste género, onde se busca a reactivação e conservação de um património construído, uma de duas estratégias contrárias pode ser adoptada.

A concentração: Intervenção inicia-se a partir de um núcleo e lentamente alastra pela sua periferia.

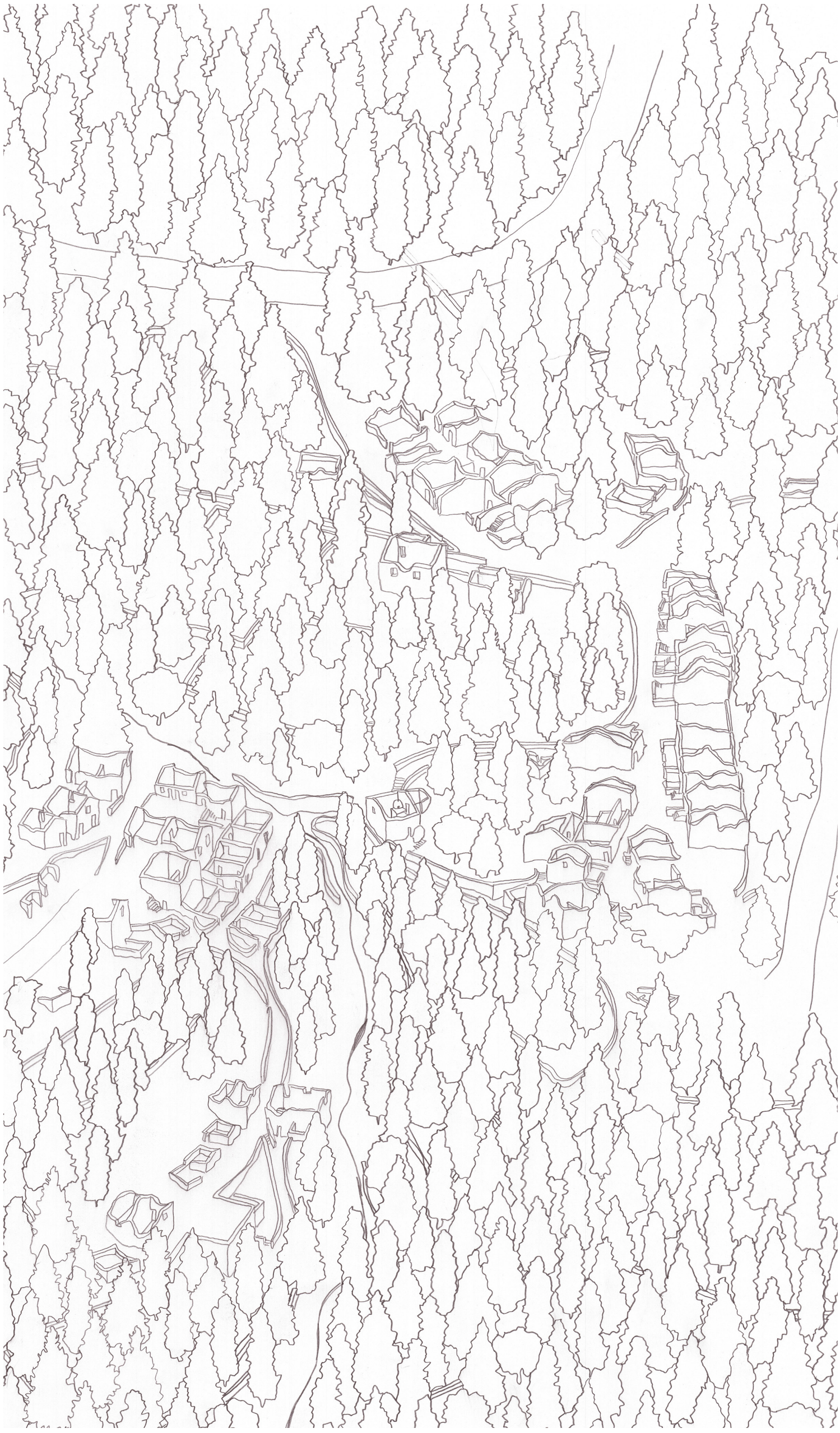
A dispersão: vários pontos iniciais implantados em zonas chave que potenciem cada uma o crescimento na sua periferia.

A estratégia urbana para a reactivação deste lugar abandonado pode ter como metáfora o alastrar de várias gotas de tinta da china ao cair sobre papel húmido, ou seja a estratégia da dispersão. Ao contrário da estratégia concentrada, que voltaria os esforços de requalificação apenas para um ponto na aldeia, contribuindo para a ruína do resto. Outra das desvantagens da concentração tem que a ver com o carácter dos primeiros assentamentos, como seriam da responsabilidade da ARCIL, este núcleo tornar-se-ia um pouco exclusivo, não sendo assim tão apelativo para os posteriores assentamentos espontâneos.

A dispersão é utilizada pelo arquitecto espanhol Baldeweg na requalificação do bairro da porta de Toledo em Madrid. O programa parte-se em pequenas intervenções que se espalharam pelo bairro, melhorando assim o acesso a serviços e cultura duma maneira homogênea, o que ajuda ao desenvolvimento e melhoramentos dos espaços intersticiais às intervenções. Uma ideia semelhante rege este plano, ao intervir em vários espaços separados entre si tendo sempre como elemento definidor a qualidade do espaço público e construído (são escolhidos espaços de excepção, eiras, pequenos largos, etc.) permitindo assim a requalificação do espaço público e a instalação e usufruto por parte de futuros habitantes.



Gota de tinta da china sobre papel húmido, Sepúlveda Rodrigues.



a aldeia actualmente

primeiros assentamentos da ARCIL.

Primeiros assentamentos espontâneos

Os pequenos aglomerados continuam a expandir até ocuparem toda a aldeia.

ESTRATÉGIA PROGRAMÁTICA

A Cerdeira, bastante activa e dinâmica é a vizinhança mais próxima deste lugar. Sendo este o "polo das artes" da Serra da Lousã, e tendo inclusive já feito experiências relativamente aos espaços expositivos para pessoas com deficiência, parece óbvio a reactivação de uma ligação ancestral fragmentada pelo episódio do roubo da imagem do santo. Este percurso é de extrema importância se o objectivo é reactivar este sistema em rede que a todos beneficia. A ligação com a aldeia irmã, a Silveira de Cima, também é muito importante pois o seu interesse arquitectónico é bastante grande. Nesta encontra-se uma das poucas "praças urbanas" de todas as aldeias da serra, um lugar de extrema beleza, que poderia com facilidade pertencer a uma cidade medieval noutra latitude. A dinâmica neste lugar apesar de menor, existe através do casal recém instalado e dos seus planos produtivos que envolvem uma queijaria. Também aqui simbioses podem ser criadas, pois a produção caprina projectada para a aldeia em estudo pode alimentar esta queijaria, e a queijaria por seu turno alimentar o restaurante e a loja de produtos endógenos. Estes dois lugares periféricos necessitam de ligações acessíveis, para que os factores de interesse de todos cresçam e beneficiem uns aos outros.

A Silveira de Baixo possui muitas valências passíveis de exploração e este projecto não pretende planear ou desenhar todas. Para que a aldeia seja um exemplo de inclusão deve permitir alterações ao projecto que permitam a chegada de novos habitantes. Estes, que não pertencem à ARCIL, também devem ter voz no desenvolvimento. É então necessário deixar uma boa parte em aberto, tornar a aldeia atractiva e auto-sustentável, reinventando o equilíbrio com o meio natural para que no futuro seja um lugar de diversidade. Outra das preocupações chave deste plano é executá-lo de forma faseada, incutindo uma boa dose de realidade. Frequentemente quando projectos em grande escala e que envolvem muitas pessoas e actividades diferentes são desenhados e executados de uma só vez, perde-se o espaço/tempo para aprender e estes acabam por falhar. Assim, este projecto será faseado e aberto à mudança pois as experiências de reactivação envolvem demasiados factores e em cada uma das fases novas lições são aprendidas para a próxima. Toda a intervenção é feita no sentido de valorizar o existente, de trazer à luz processos ancestrais e experimentar novos diálogos entre o antigo e o novo.

ELABORAÇÃO PROGRAMÁTICA

Como referido anteriormente, o parceiro desta reactivação será numa primeira instância a ARCIL e os ex-habitantes ou seus descendentes que nela manifestem interesse. Através do contacto com estes dois agentes e da investigação sobre a temática do desenvolvimento em áreas de montanha elaborou-se um programa de reactivação.

Este tem como princípios orientadores, a conservação dos diferentes patrimónios presentes neste território, arquitectónico, cultural, ambiental, produtivo, a acessibilidade a estes territórios de montanha por parte de pessoas portadoras de deficiência, a oportunidade de auto-sustentabilidade financeira, e as propriedades terapêuticas em meio natural. A partir destas premissas um programa com quatro vertentes principais foi elaborado: Habitacional, Produtiva, Terapêutica, Turística.

ESCOLHA DOS LUGARES DE INTERVENÇÃO

A escolha de onde colocar cada elemento do programa atrás referido teve em conta não só a adequação de programas a lugares específicos mas também a possibilidade de estas novas valências agirem como âncoras para futuros assentamentos. Esta estratégia de deixar espaço para a intervenção assenta na lógica da inclusividade, para não tornar esta aldeia um fenómeno de exclusão para os portadores de deficiência, permitindo e desejando que qualquer pessoa nela se instale e contribua para as suas dinâmicas.

FASES DE EXECUÇÃO

De forma a garantir a exequibilidade deste plano, o mesmo está dividido em várias fases, que são permeáveis a mudanças, consoante o desfecho e experiência adquirida durante a fase anterior.

A intervenção na aldeia de Silveira de Baixo tem como principais objectivos, respeitar, valorizar e colocar em evidência a riqueza das suas pré-existências. Devolver o domínio sobre o casal e sobre o território à aldeia, garantindo assim a simbiose necessária para um desenvolvimento sustentável. Tornar este espaço produtivo, financeiramente sustentável, apostando na conservação do saber fazer e na integração destas actividades com um carácter terapêutico. Outro dos objectivos é permitir o percorrer do espaço por pessoas portadoras de deficiência, para que também estas pessoas possam interagir, sentir, caminhar a montanha. Finalmente, um dos grandes objectivos passa pela experimentação de intervenções em ruínas.

Uma dose de realidade deve revestir este plano, ele não pode ser fechado sobre si mesmo, permitindo alterações consoante diversos factores, entre os quais económicos, tecnológicos, produtivos, etc. Por isso a implementação dos vários programas segue uma lógica faseada e espaçada no tempo, para permitir que este mesmo ateste a validade do programa e mostre novas oportunidades para o desenvolvimento sustentado da Silveira de Baixo. O projecto foi assim dividido em quatro fases principais:

1ª fase, primeiras habitações: edifício administrativo, espaço de produção agrícola ao ar-livre estufa e espaço de snoezelen, Começo dos percursos acessíveis, criação da cozinha comunitária, sanitários públicos, oficina de madeira e pedra.

2ª fase: habitações de índole turística e segunda fase de habitação temporária para utentes, alargamento da rede de percursos e ligação às aldeias vizinhas através de percursos acessíveis.

3ª fase: transformação do tanque em piscina acessível, alargamento da cozinha comunitária a restaurante e casa da comunidade.

4ª fase :habitações, queijaria, currais para gado caprino, armazém de desportos de natureza e loja.

Oficina madeiras/pedra
habitação
estufa
habitação
Intervenções fases anteriores
Intervenções não programadas
Intervenções fase actual
Ruinas

Fase I: O programa desta primeira intervenção é constituído por duas habitações, uma estufa e uma oficina. Os espaços produtivos foram escolhidos pela influência alargada que podem ter não só na capacidade produtiva mas também no território. A estufa servirá para iniciar uma reflorestação cuidada do casal da aldeia e, ao mesmo tempo para produção vegetal. A oficina insere-se também na transformação do território. Pretende-se promover a experimentação e o acumular de conhecimento construtivo, para envolver os habitantes nesta actividade. Cria-se assim uma dinâmica de reconstrução que pode não ser exclusiva deste lugar.

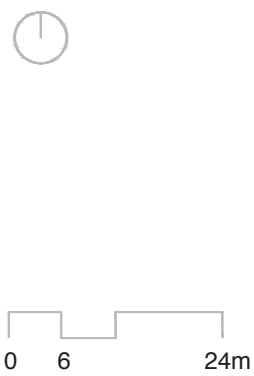
Fase 2: Uma cozinha comunitária/restaurante, um edificío administrativo e um armazém de produtos alimentares

0 6 24m

Intervenções fases anteriores
Intervenções não programadas
Intervenções fase actual
Ruinas

Fase 3: Criação de uma loja, uma habitação para turismo e a zona de currais de cabras.

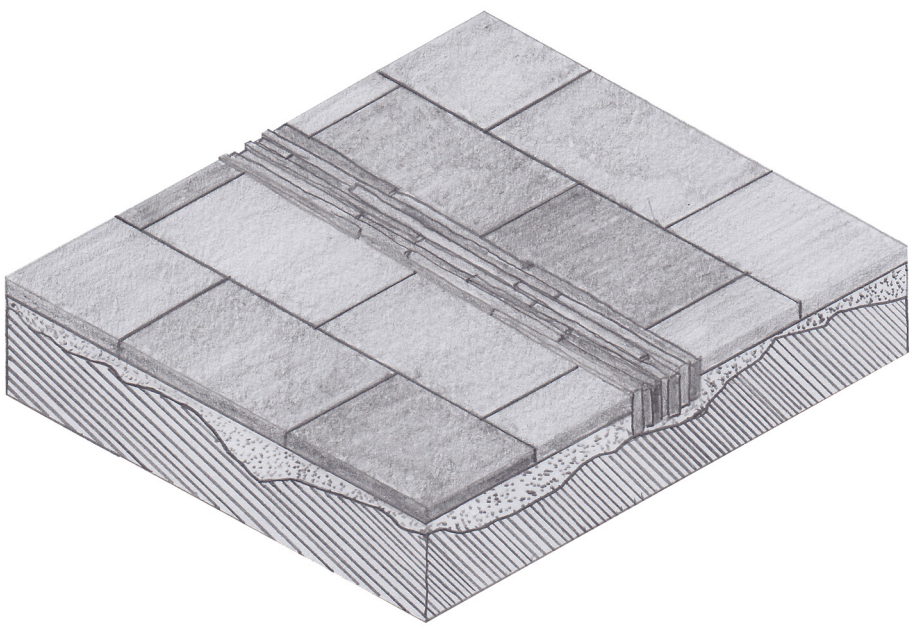
Fase 4: Nova habitação, um pequeno hostel, e a piscina acessível.

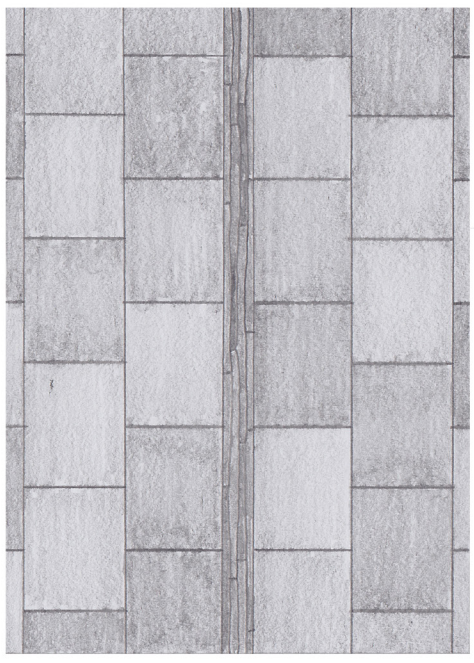


Caminho acessível

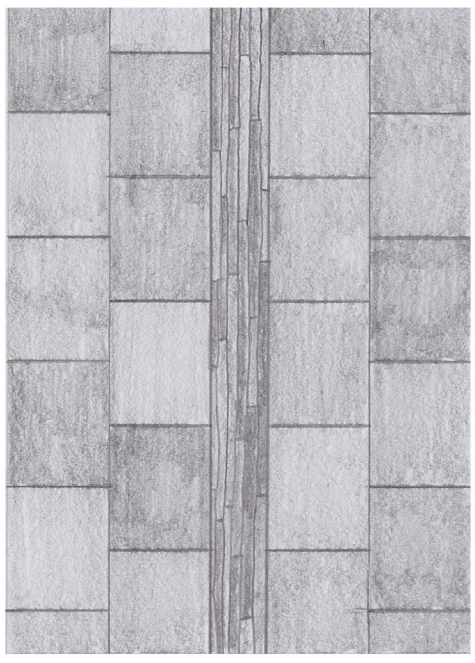
Caminho pré-existente

Esquema de caminhos da aldeia, os que existem e os novos, acessíveis.

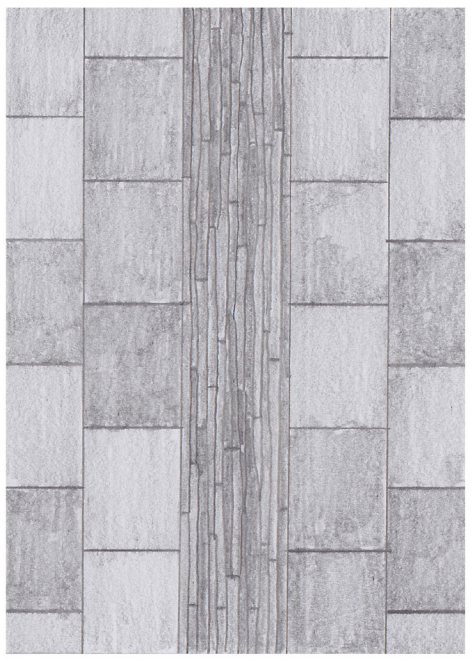




Linha guia que conduz aos edifícios privados

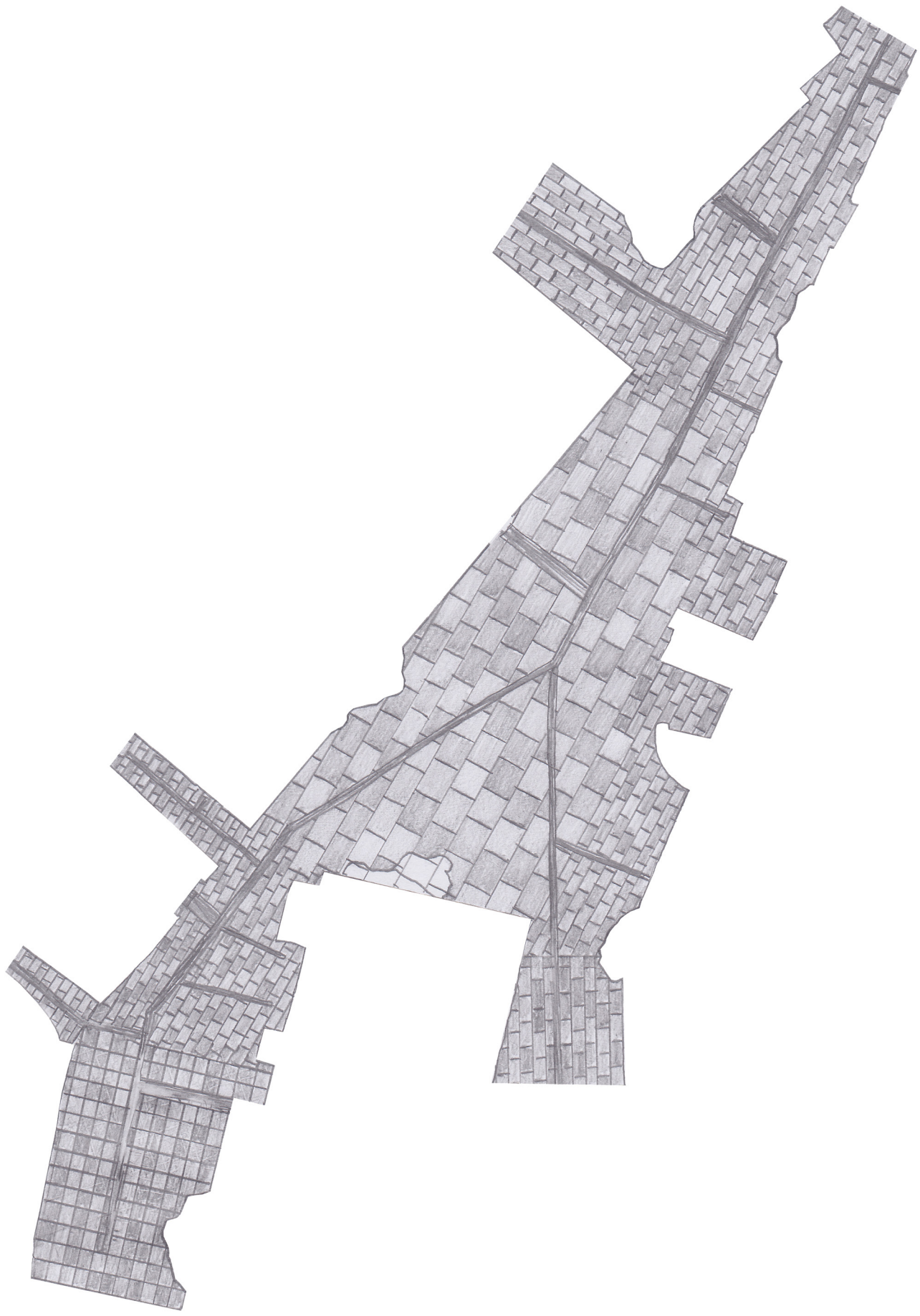


Linha guia que conduz pelo caminho principal da aldeia



Linha guia que conduz aos edifícios públicos

Em cima, axonometria construtiva do pavimento táctil.
Em baixo, hierarquia das linhas guia do pavimento.



Excerto da planta de pavimentos da aldeia. Nos lugares onde existe alargamento ou vistas, o pavimento muda para que os invisuais criem memória do lugar.

A TÁCTICA: EXPLORAÇÃO CONCEPTUAL

Num projecto desta natureza, os temas tratados na fase projectual são vários, em primeiro lugar o confronto antigo/novo que uma intervenção em ruínas apresenta, depois o tema da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a lugares de difícil acesso.

RUÍNA, UMA DEFINIÇÃO

Tratada a parte estratégica/urbanística o próximo passo para esta experiência de reactivação é a definição da táctica (como operar esta estratégia). Para tal foi fundamental um estudo aprofundado do significado da ruína e das intervenções já executadas neste domínio.

"A ruína é o bem material fruto da intervenção humana no passado que é legado à sociedade do presente, da mesma forma edifícios do tempo atual num futuro podem-se encontrar também em estado de ruína, é a ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais" (Choay, 2001).

A ruína, apesar de não ser programada ou desenhada para tal, possui um valor intrínseco em que não é puramente matéria, nem estritamente arquitectura. Habitando este limbo entre natural e artificial, mostra as marcas de um passado, tanto nas suas formas, materiais, implantação e tipologias, como na maneira em que se arruinou.

"Uma ruína é assim a combinação de vários factores, da arte, ciência e tecnologia que produziram a estrutura em primeiro lugar; da natureza, incluindo terra, chuva, neve, vento, sapos e lagartos; e do tempo, que transforma um edificío em ruína" (Hetzer, 2009).

Na ruína estão presentes os saberes, os hábitos, as crenças, as tecnologias, em suma uma cultura datável de um povo, que por diferentes motivos deixou de ser utilizada e assumiu a decadência. Esta decadência pode ser causada por muitos factores diferentes, guerra, catástrofes naturais, abandono por razões económicas ou de falta de recursos, não adequação das tipologias, entre outros, mas sobretudo pelo tempo, que tudo transforma. Ora este abandono/destruição cria a ruína, um campo fértil/difícil de experimentação arquitectónica. Fértil porque está incompleto, está aberto, pede a intervenção, difícil porque possui marcas fortes do passado cuja força dificulta o construir com o pré-existente, que não raras vezes é apagado.

A SEDUÇÃO PELA RUÍNA

Ao longo da história pode-se assistir a uma valorização diferenciada da ruína, que nem sempre possuiu o valor que hoje em dia apresenta.

O início do interesse pela ruína pode ser datado com alguma precisão através de diversas investigações, entre as quais as de Françoise Choay e Tadeas Riha. Estes apontam o pré-renascimento como início da sedução pela ruína motivado por um interesse histórico, olhando para as ruínas, como *"peças de um puzzle à espera para ser resolvido,"* (Choay, 2001) com o advento dos primeiros colecionadores e o interesse pela arte e arquitectura clássicas numa primeira instância. Este facto relaciona-se com o início dos "grand tours" aos lugares berço das civilizações clássicas empreendidas por arquitectos, pintores, escultores e colecionadores. No século XVIII surge o interesse estético pela ruína o que de acordo com Anthony Vydler, citado por Tadeas Riha representa o gosto pelo pitoresco, por um passado que já não poderá existir. *"Como em Frankenstein, as partes da ruína não poderão ser remontadas pois só produzirão um monstro"* (Riha, 2008).

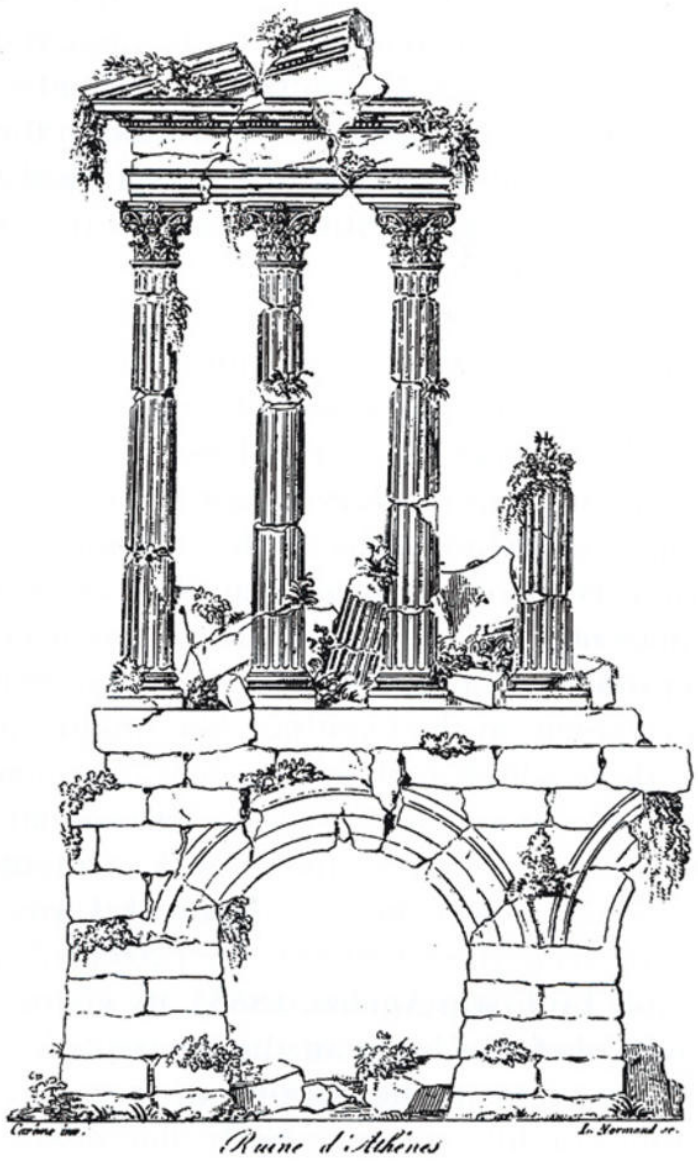
Uma prova do reconhecimento da ruína como estando fortemente ligada à criação, como nos conta Riha, são os desenhos de Piranesi sobre a Roma antiga. *"Os seus desenhos eram tão mais dramáticos do que a realidade que Goethe se sentiu desiludido ao visitar Roma"* (Riha,2008). Também Sir John Soane, autor das 3 ilustrações a óleo do edifício do banco de Inglaterra, uma mostrando o edifício novo, outra as marcas do tempo no edifício, e um terceiro com o banco em ruínas, passados 1000 anos, mostra o seu interesse pela ruína. Este arquitecto inglês e mais tarde o arquitecto do III Reich Albert Speer foram percursores do conceito de ruin value, i. e. a ideia de que um edifício seja construído com materiais nobres e mais resistentes com o intuito de deixarem uma marca para a posteridade, sendo projectado com essa finalidade.

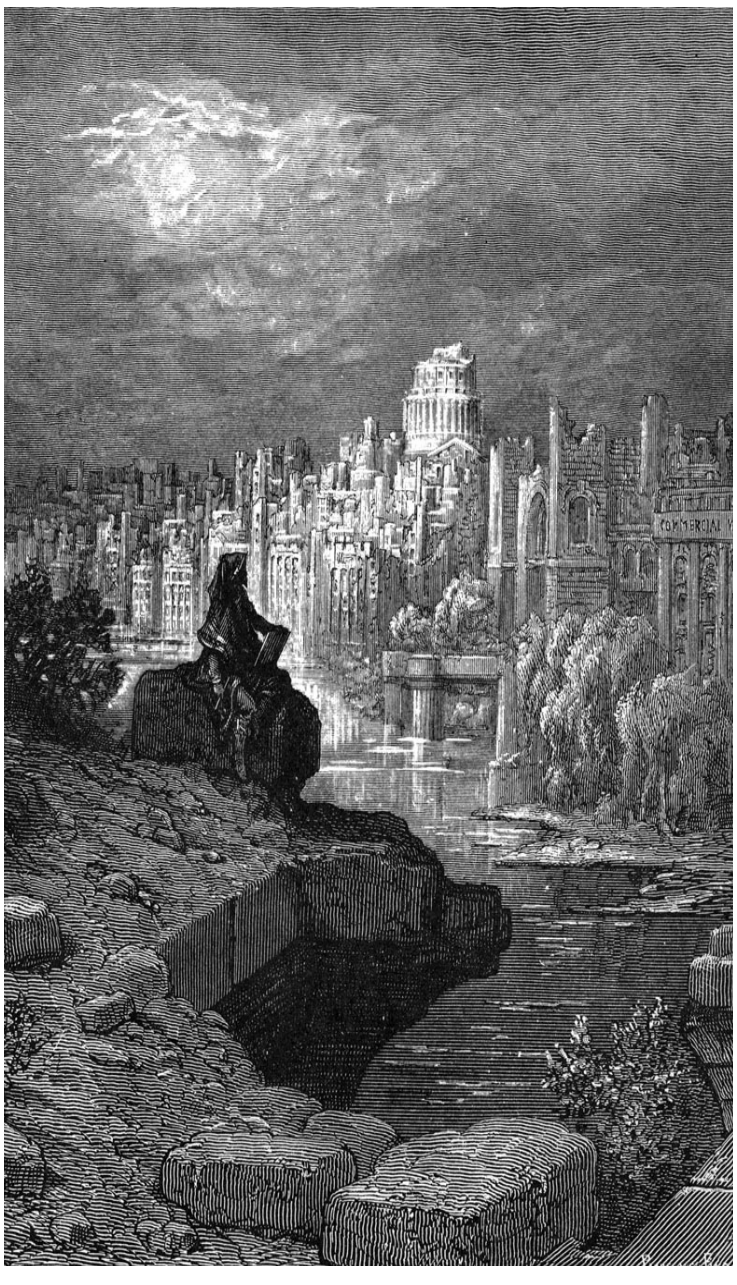
A busca pelo pitoresco através da ruína atinge o seu auge com as falsificações inglesas. Estas construções de ruínas fabricadas inseriam-se em jardins desenhados para forjar uma naturalidade pitoresca. A colocação de ruínas, a plantação de árvores de maneira desordenada, montes e ribeiros, criando uma topografia a imitar a natureza preconizavam este gosto pelo pitoresco. Mais evidências sobre este poder da ruína no imaginário do homem podem ser encontradas fora da arquitectura, como é exemplo o famoso quadro de Gustave Doré, The New Zealander, retratando uma Londres futura em ruínas, os bolos com formas de ruínas do pasteleiro francês Antoine Câreme de 1785, ou mais recente, os covil do vilão de James Bond: The Skyfal.

Existe ainda algo na ruína que nos seduz, a possibilidade de testemunhar as vivências privadas dos seus ex-ocupantes, cuja nova forma adquire um carácter cénico.

Robert Ginsberg, na sua obra seminal "A estética da ruína" faz uma investigação aprofundada sobre os efeitos que esta produz no ser humano. Este autor revela vários níveis de apelo da ruína. Segundo o autor a ruína liberta a matéria da subserviência da forma para esta se apresentar em todo o seu esplendor, ao passo que esta mesma matéria não volta a pertencer à natureza. Na ruína também a forma se liberta da função, "o céu e o espaço livre são o novo contexto para a forma que se liberta do edificío" (Ginsberg, 2004) como se observa no carácter cenográfico da fachada remanescente da igreja de S. Paulo em Macau. O autor avança ainda que a ruína liberta a função do seu propósito. Através da ruína experimentamos a sofisticação da construção, pois o que sobra resistiu à acção do tempo.

Em cima, à esquerda alçado de bolo em forma de ruína. Em baixo, gravuras ruína, de Gustave Doré





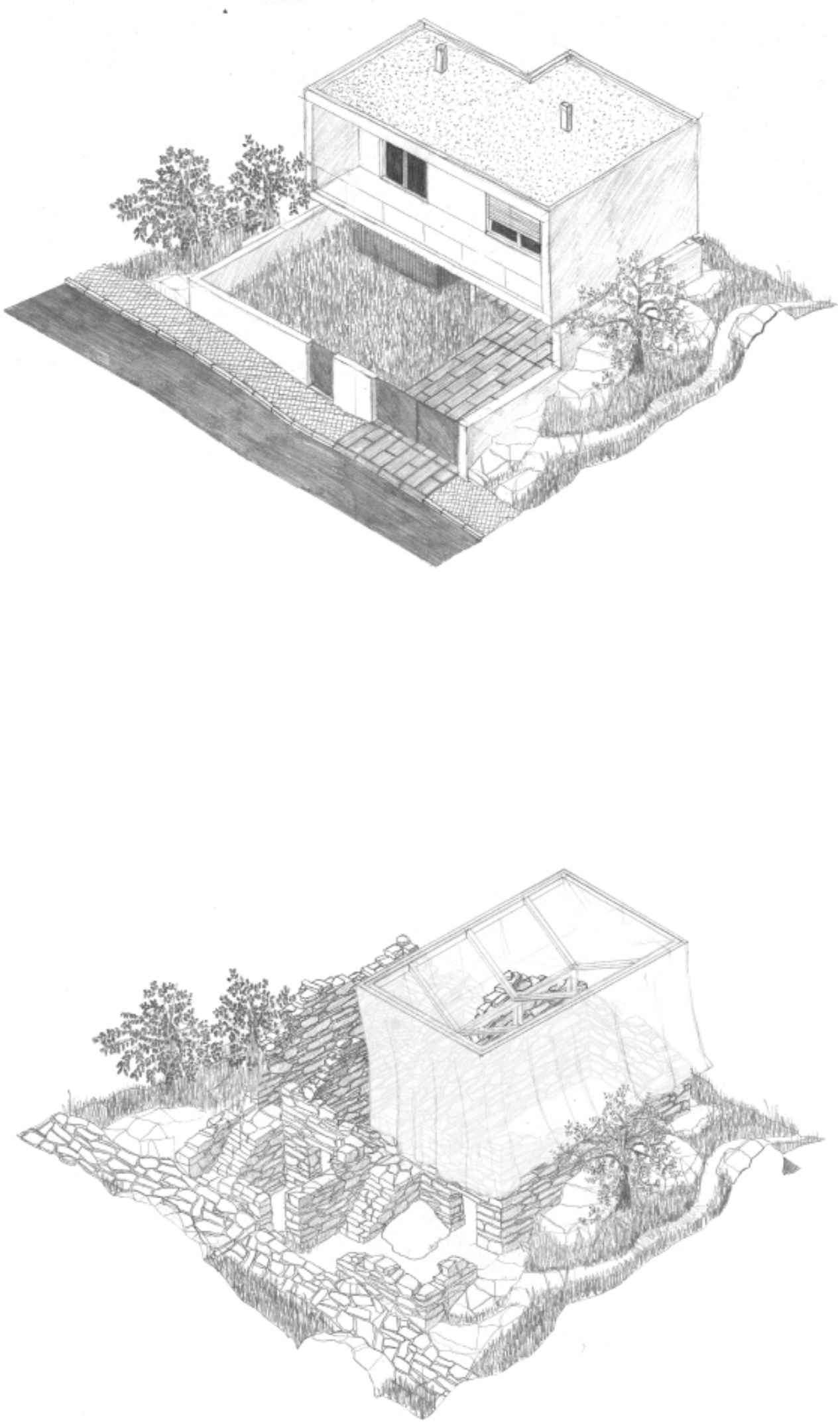
À direita: em cima, família real portuguesa visita as ruínas do antigo egipto, ao centro, buraco através de várias paredes. Em baixo, Gravura de Piranesi retratando as ruínas de Roma.

ATITUDES PERANTE A RUÍNA

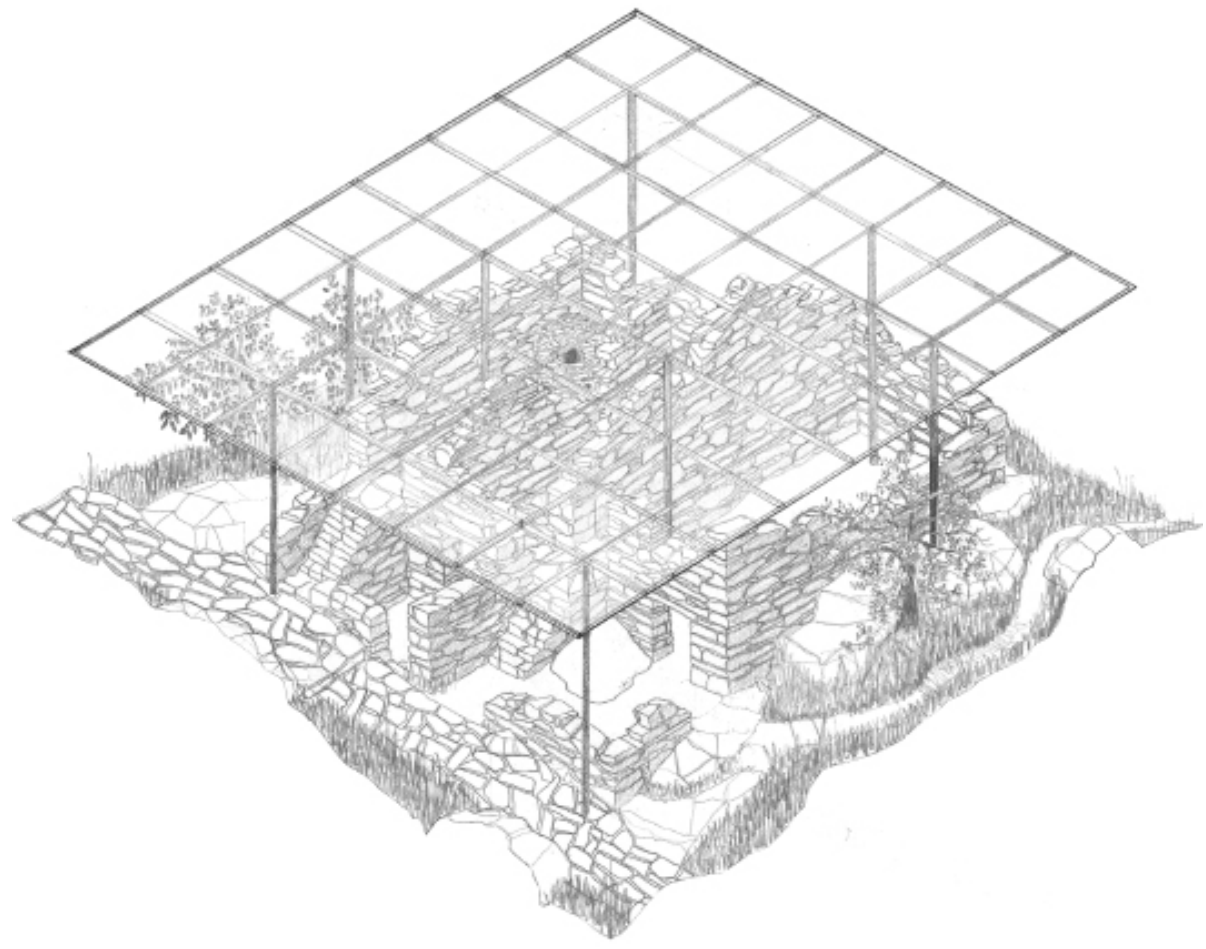
Numa investigação sobre a ruína não podem ser descuradas as figuras de John Ruskin e Violet-le Duc como sendo dos primeiros "intervencionistas", um teórico e o outro prático, nas ruínas existentes. Ruskin é bastante claro na sua teoria de intervenção conservativa no edifício em ruínas, aceitando a ruína como uma marca do passado que deve sofrer a acção do tempo, para que se mantenha um registo o mais fiel possível da sua época: *"Mas diz-se que pode existir uma necessidade de restauro! Restaure-se. Encara a necessidade e entende-a nos seus termos. É uma necessidade de destruição (...) Encare-se essa necessidade antes dela existir e assim poderá preveni-la. (...) O seu dia mau terá que chegar finalmente; mas que venha declarada e abertamente, e não se deixe nenhuma desonra e falso substituto privá-la do seu funeral"* (Ruskin, 1909)

Violet-le-Duc por seu lado instaurou em diversos edifícios franceses em ruína o que seria chamado de restauro estilístico, uma variante do restauro, que não dispondo da informação técnica completa acerca do original, difere do restauro arqueológico. Esta atitude consistia em "inventar" as partes de edifícios que faltavam, fazendo-os corresponder a um ideal estilístico da época, mas que se revestia duma óbvia falsidade. Um dos exemplos da concretização desta teoria é o castelo de Ponferrand.

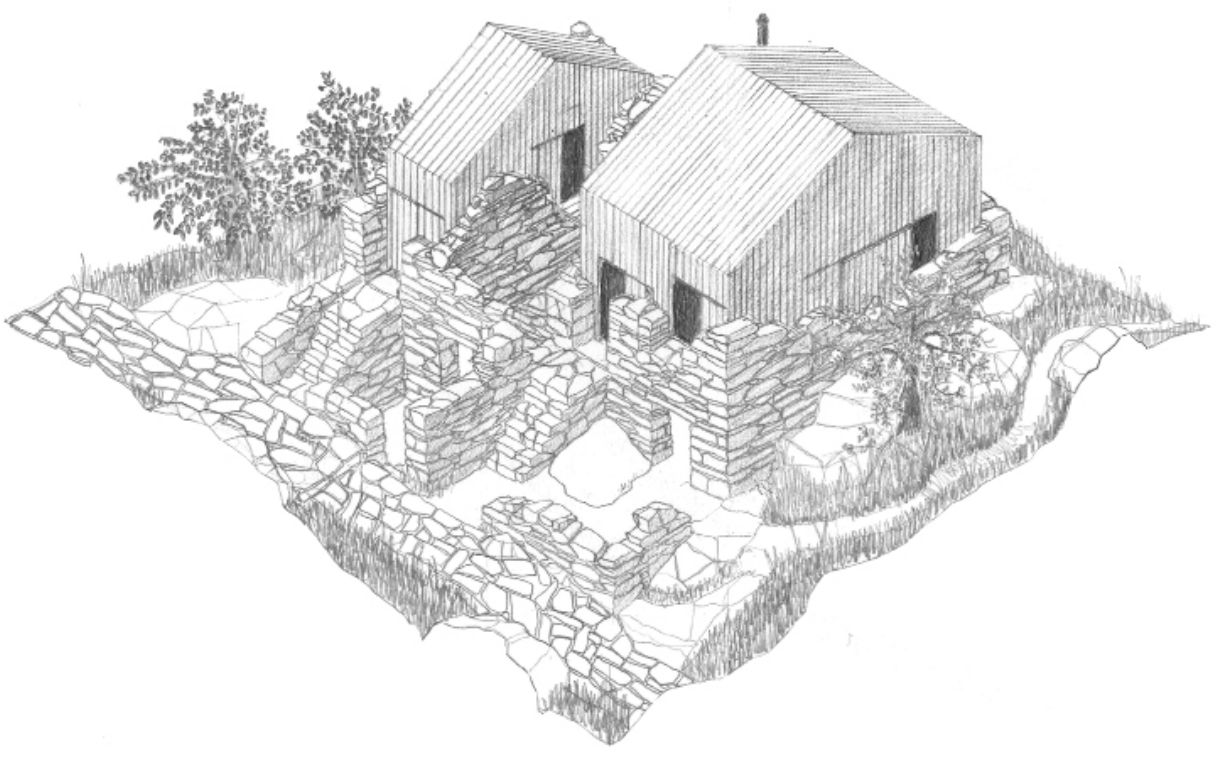
Nos dias que correm muitas atitudes perante um edifício em ruínas são visíveis. Apresentar-se-ão de seguida ilustrações que explicam estas atitudes, algumas contemporâneas, outras mais antigas, alguns regionalismos e utopias ajudam a compreender que caminhos têm sido percorridos na experimentação com edifícios em ruína.



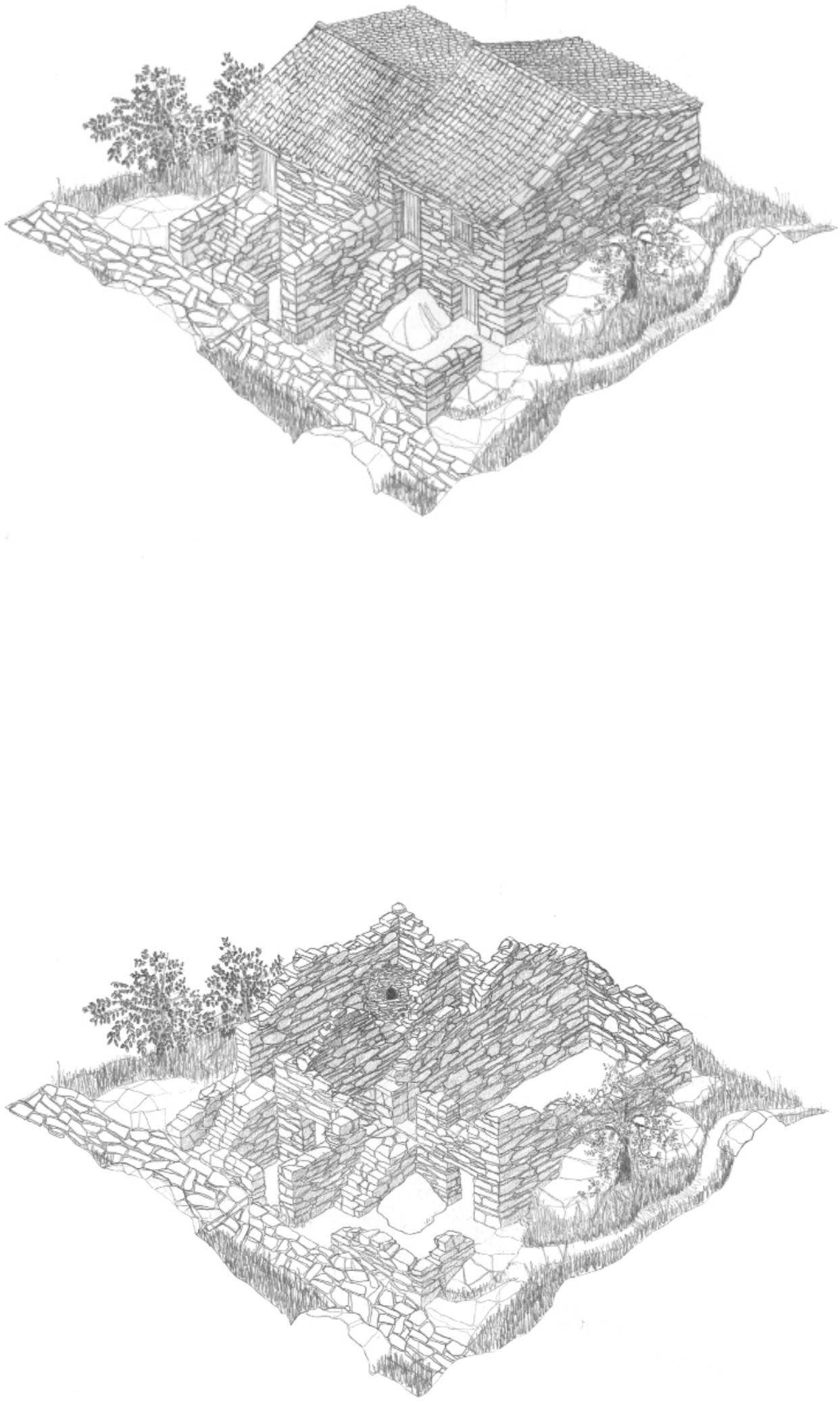
Em cima,opção mais comum, derrube da edificação e construção de uma casa genérica. Em baixo, uma instalação artística sobre a ruína.



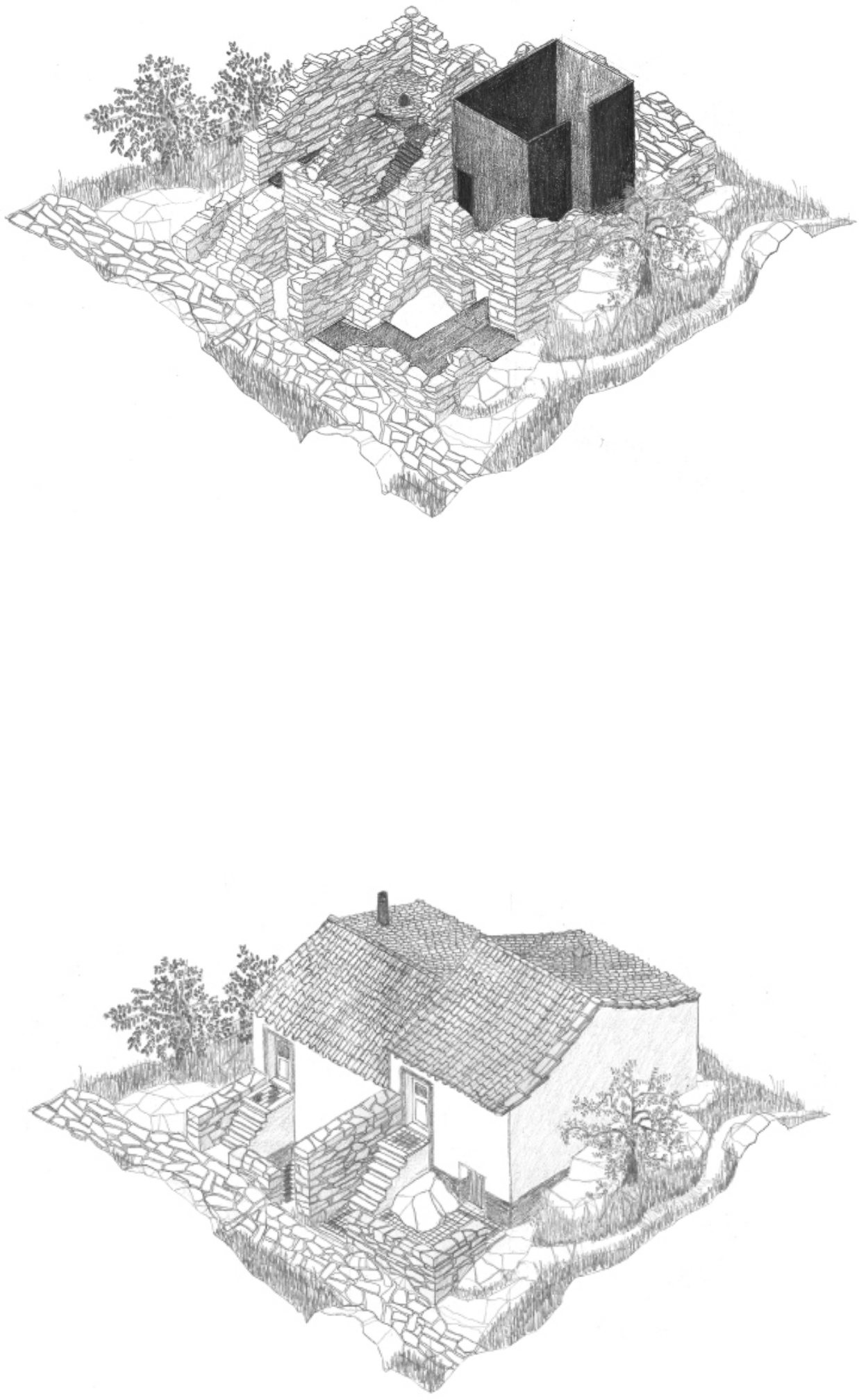
Em cima, montagem de uma estação arqueológica permanente. Em baixo, intervenção contemporânea.



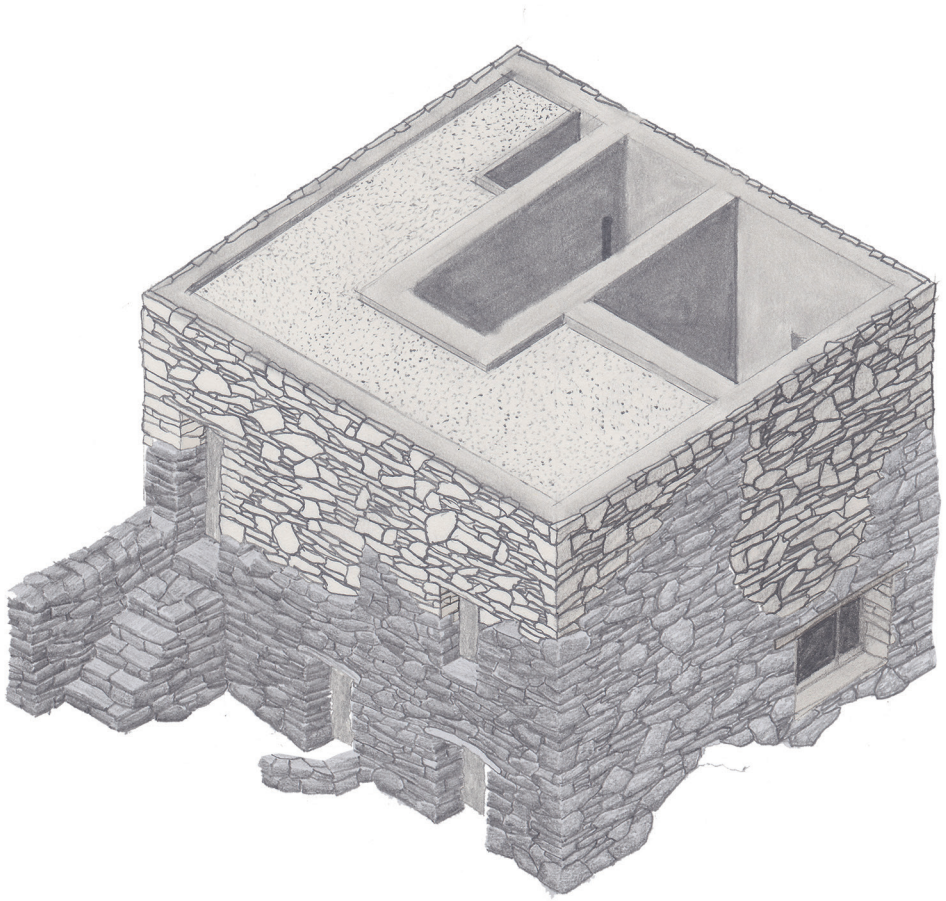
Em cima, uma invenção sobre um passado que não é fidedigno. Em baixo, a ruína é engolida pela vegetação.



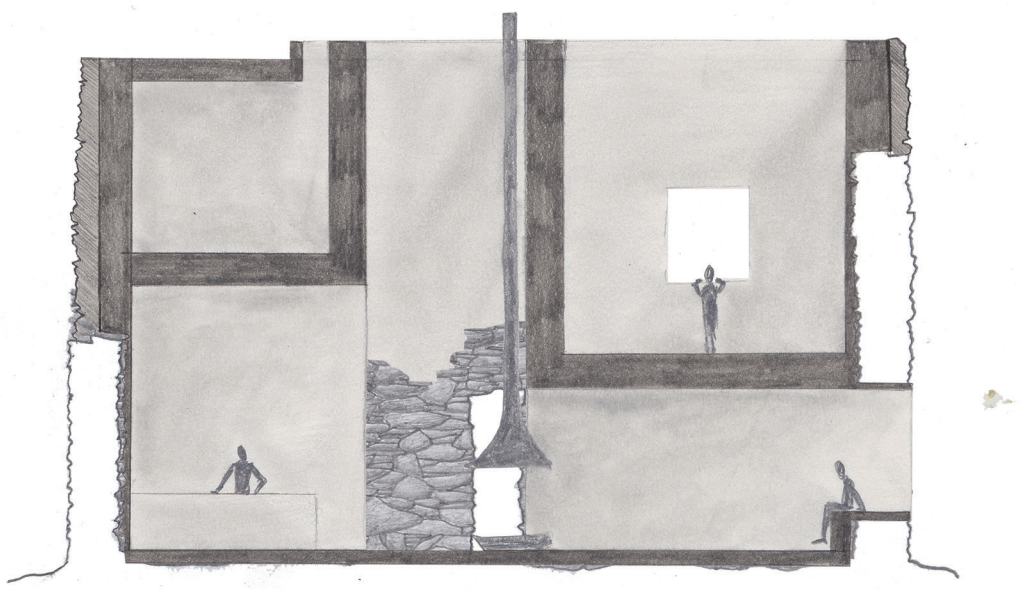
Em cima, reconstrução fiel da ruína original. Em baixo, a ruína no seu estado normal.

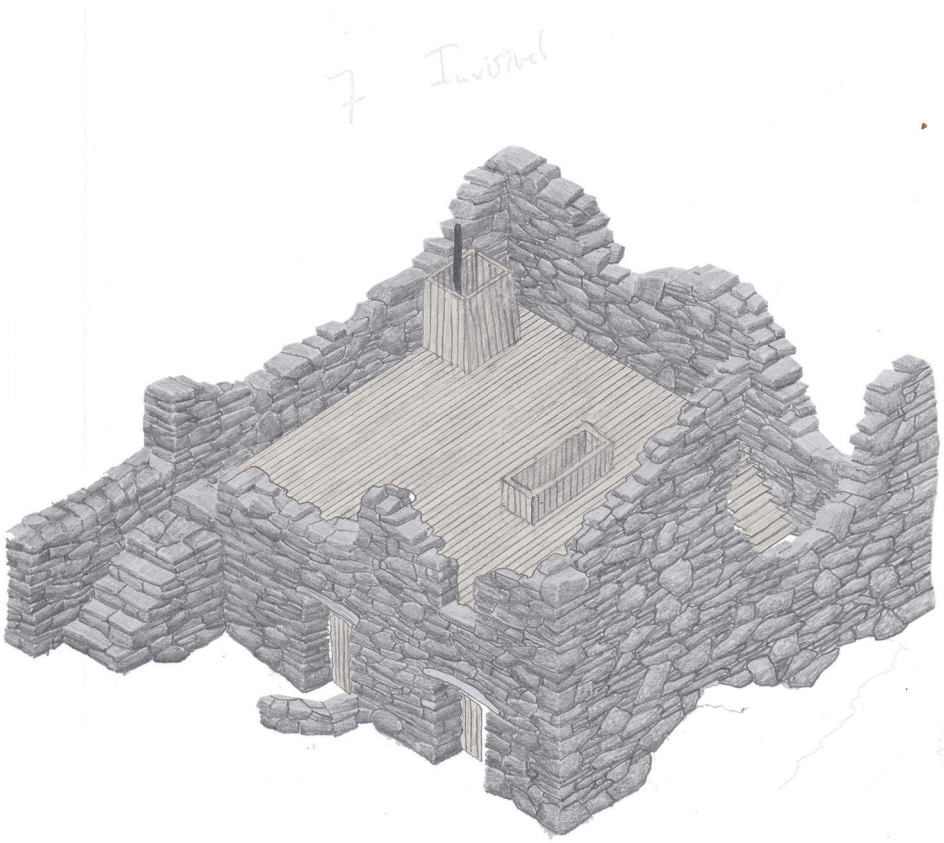


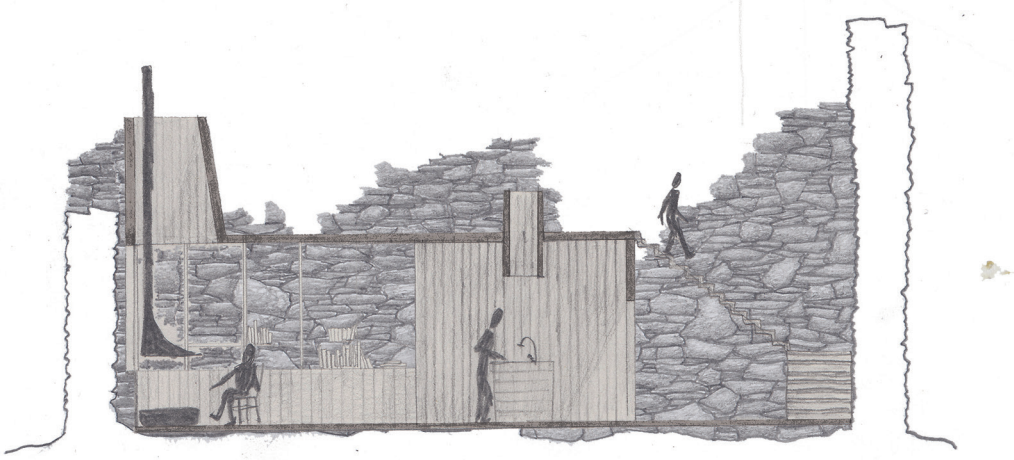
Em cima, a ruína transformada em museu. Em baixo, o estrangeiro nativo, a aplicação de modelos estéticos e formais de outras regiões.

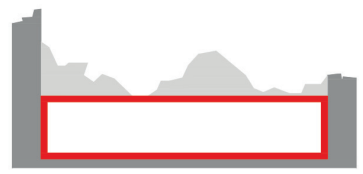


Continuação da fachada antiga mas construção totalmente nova no interior, com nova materialidade.

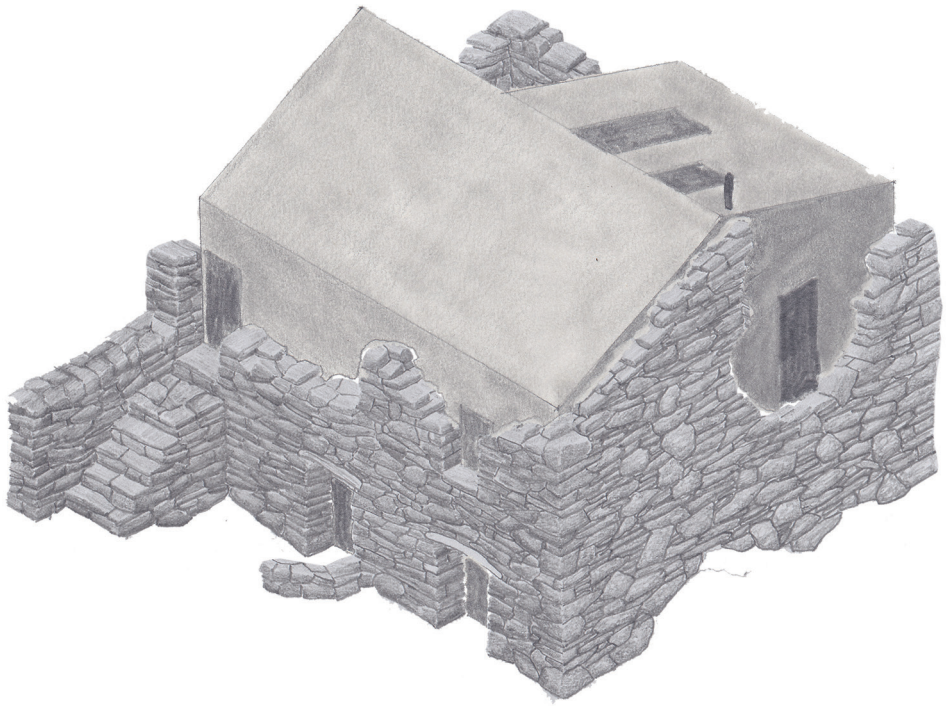




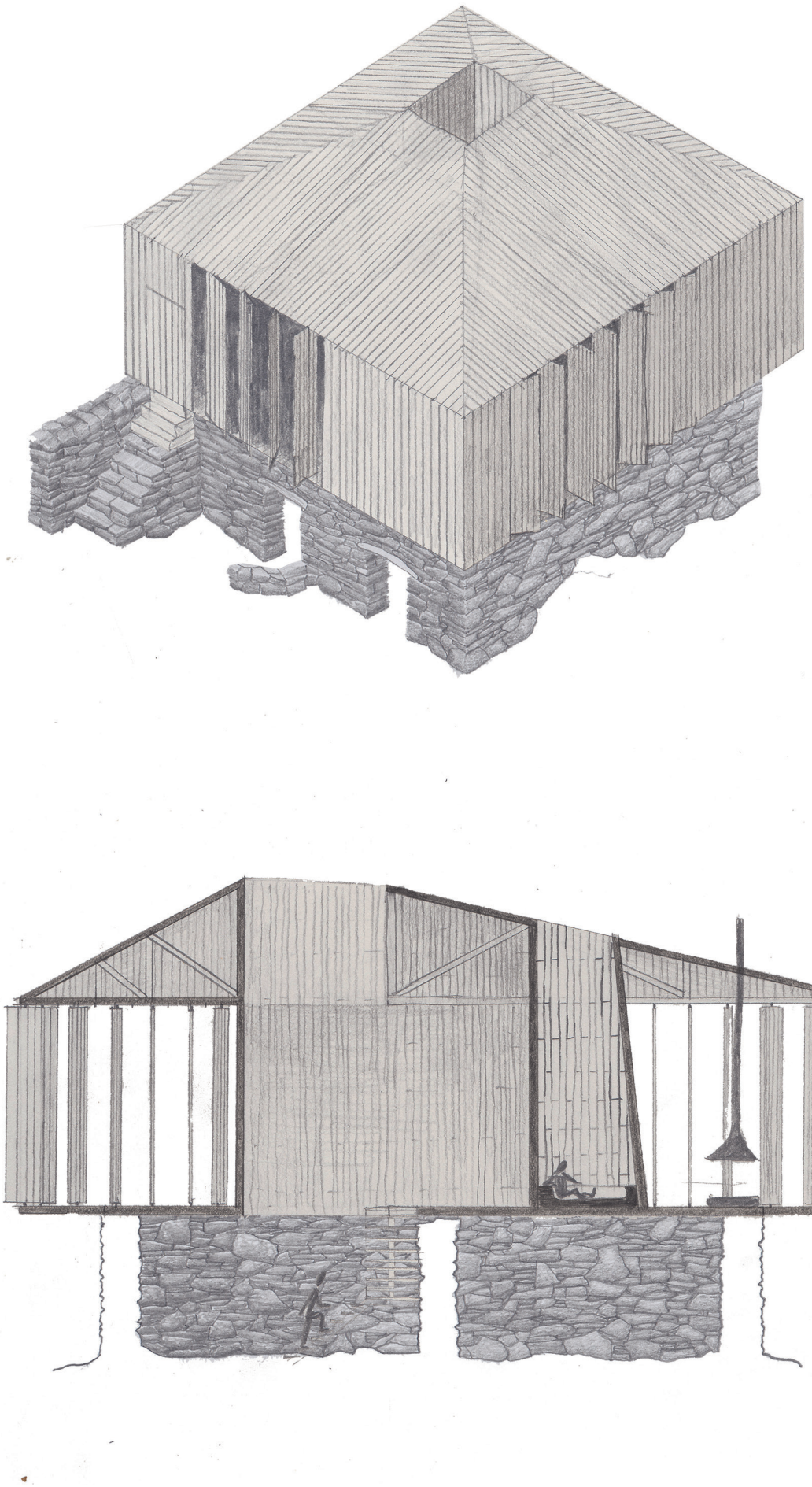




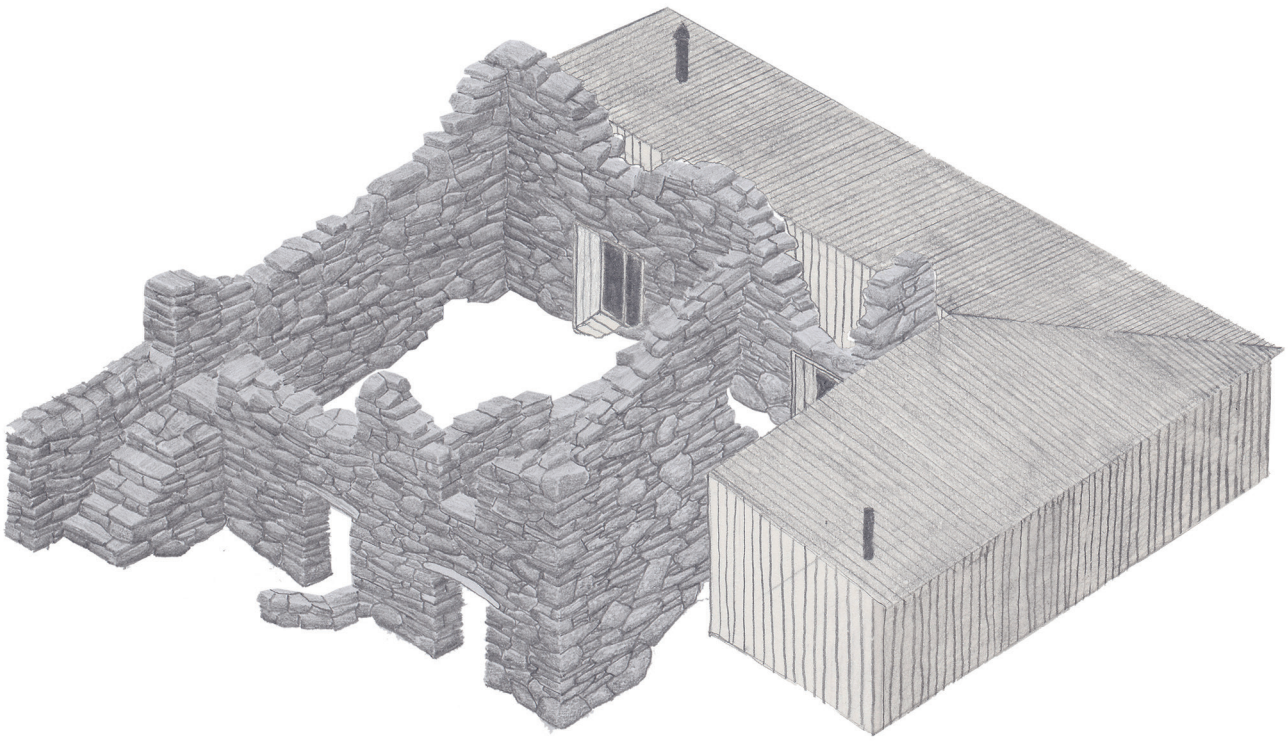
Construção envolvida e escondida pela ruína.



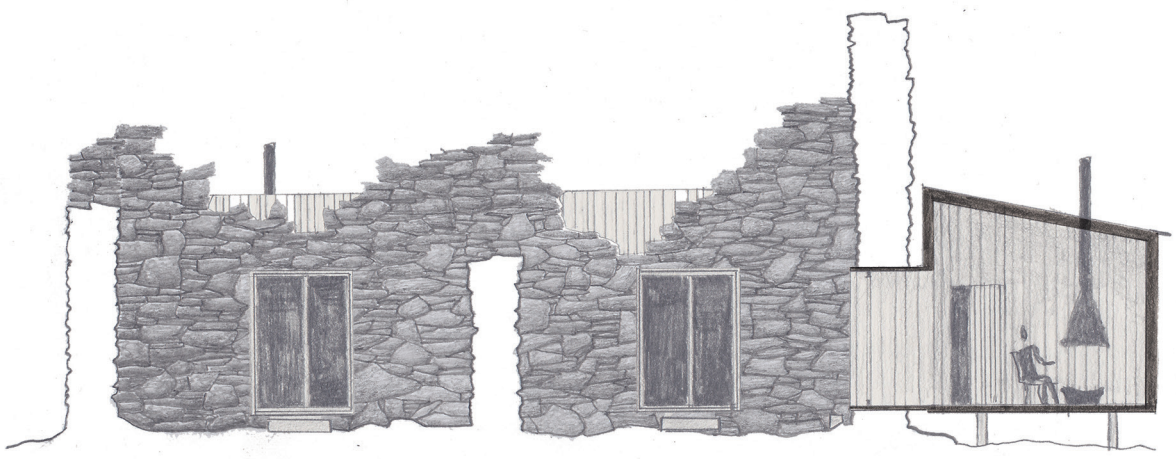
Construir apenas o negativo da pré-existência.

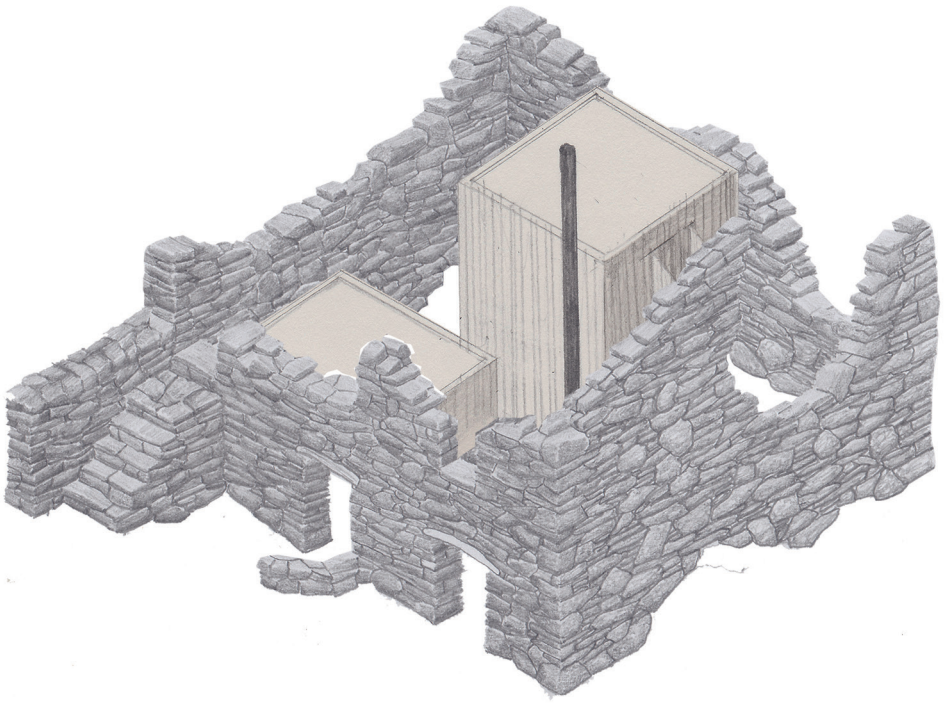


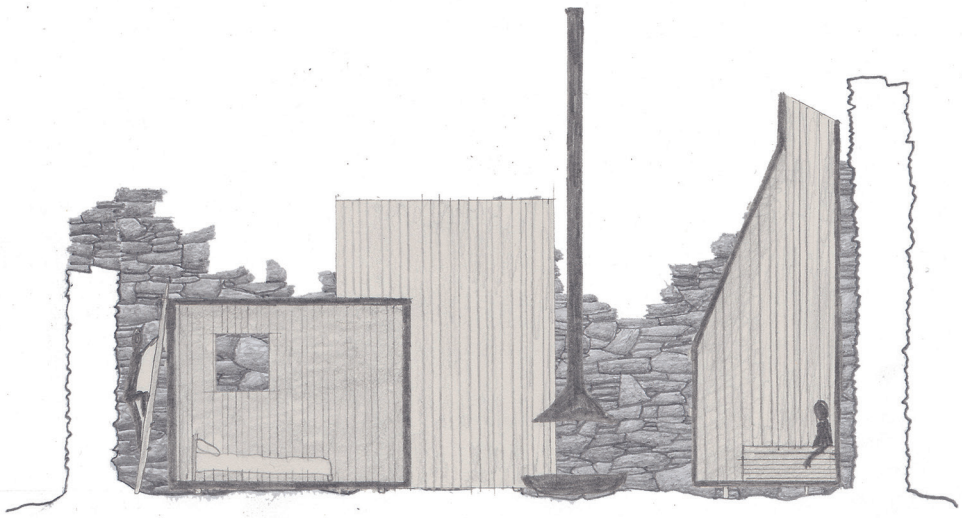
A ruína como base para uma adição.

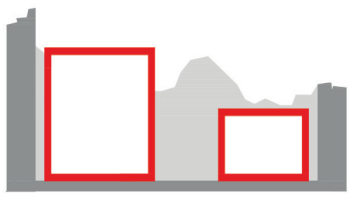


A ruína como pátio da casa que apenas se edifica no seu exterior.

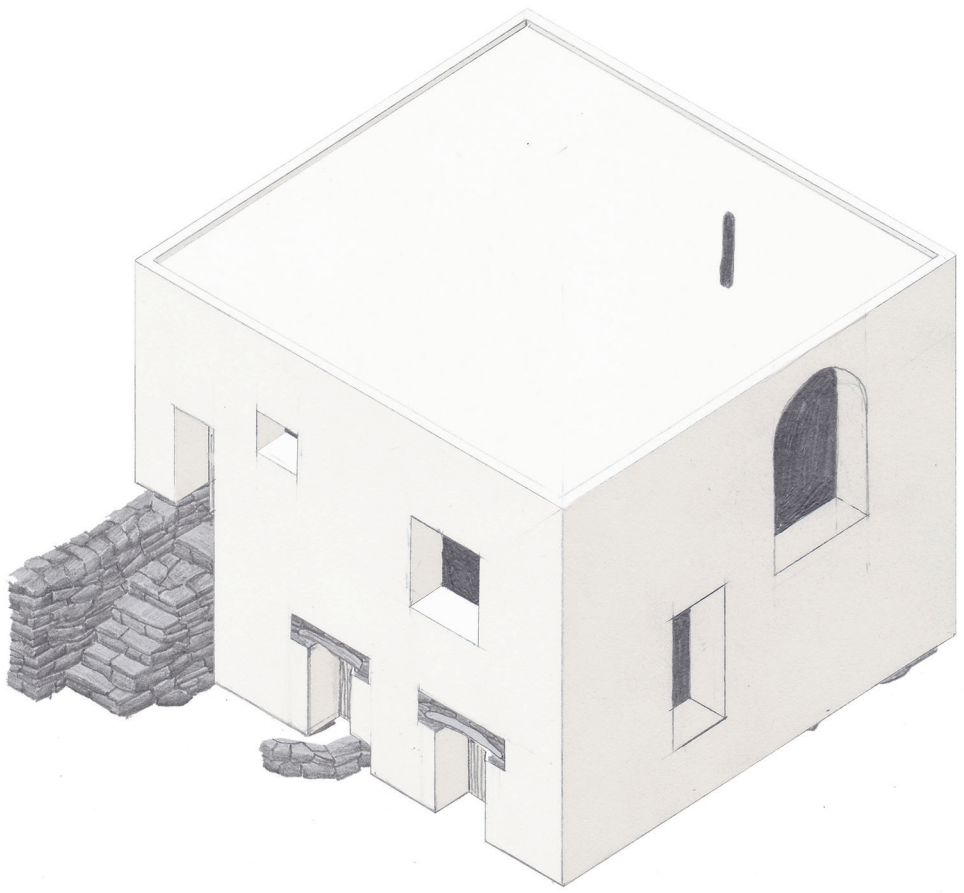




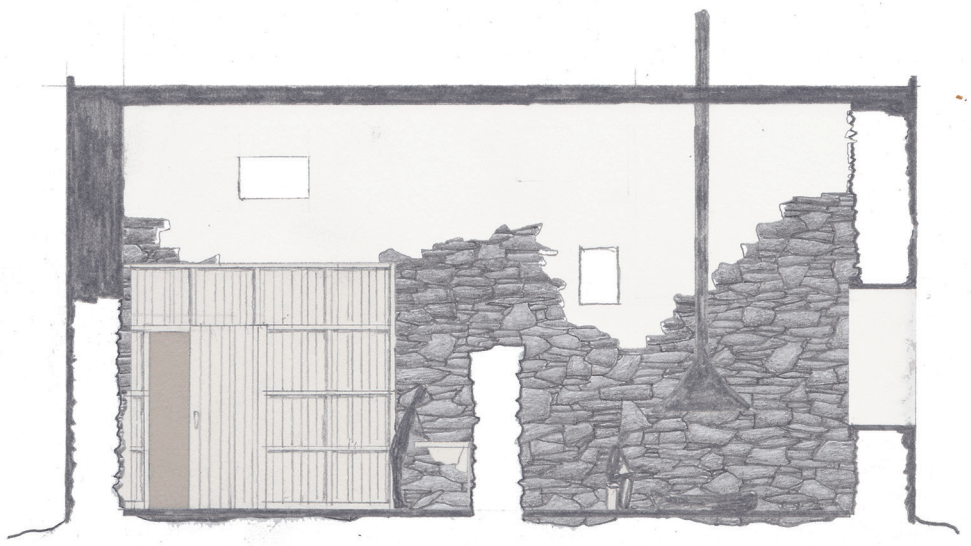


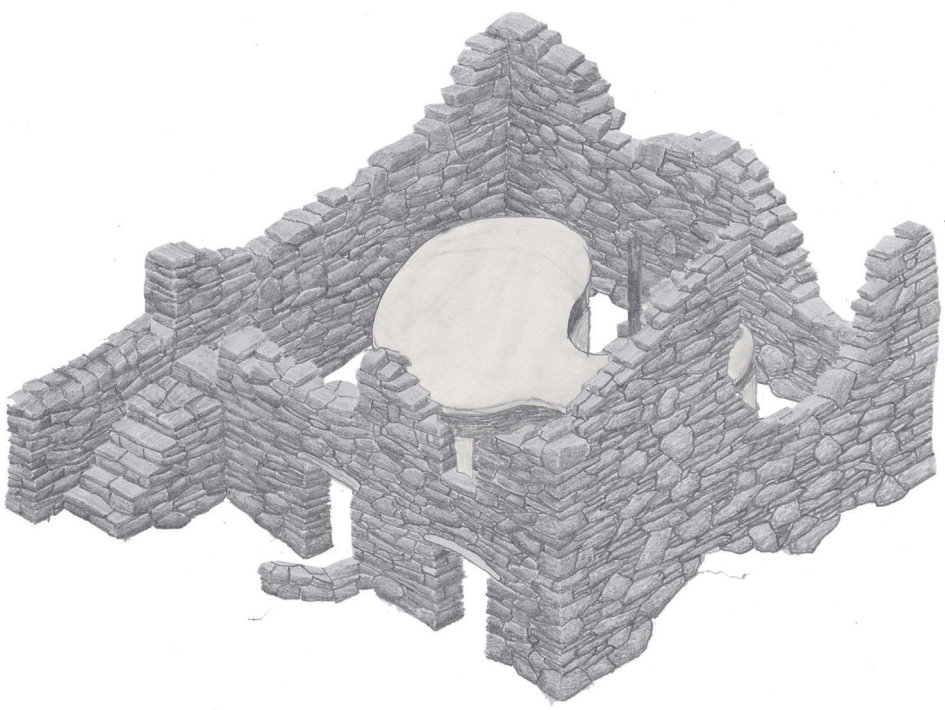


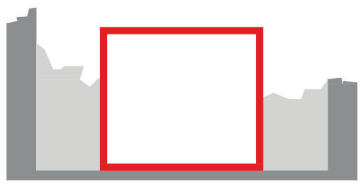
Volumes soltos desenham conjuntamente com o interior da ruína os espaços de ligação.



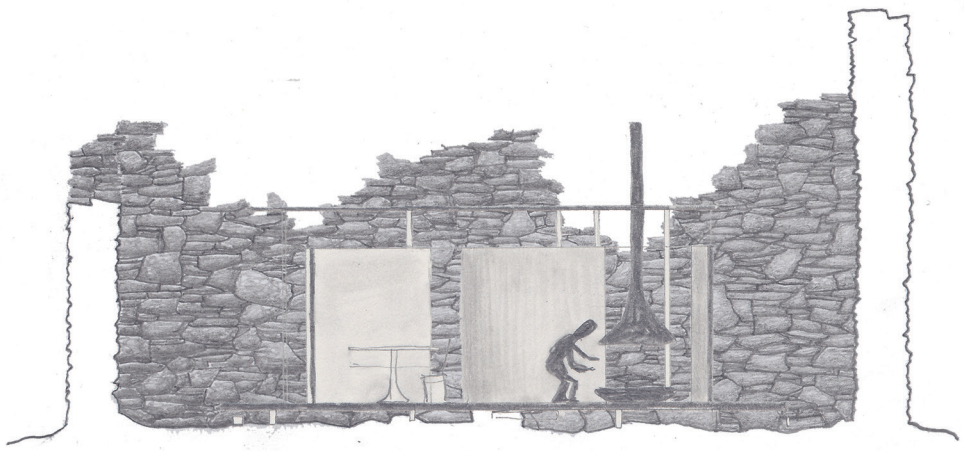
A ruína esconde-se a partir do exterior, apenas se revelando por dentro da habitação.

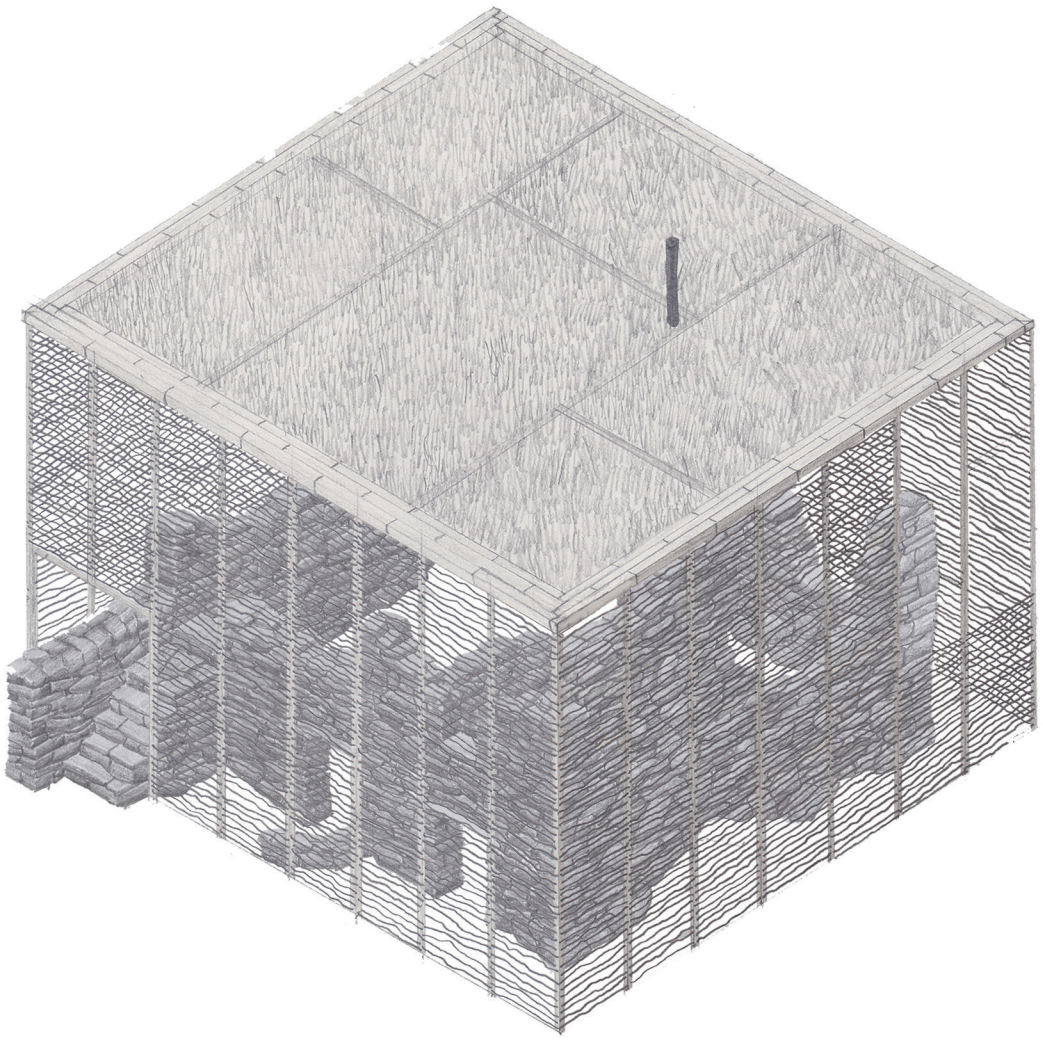




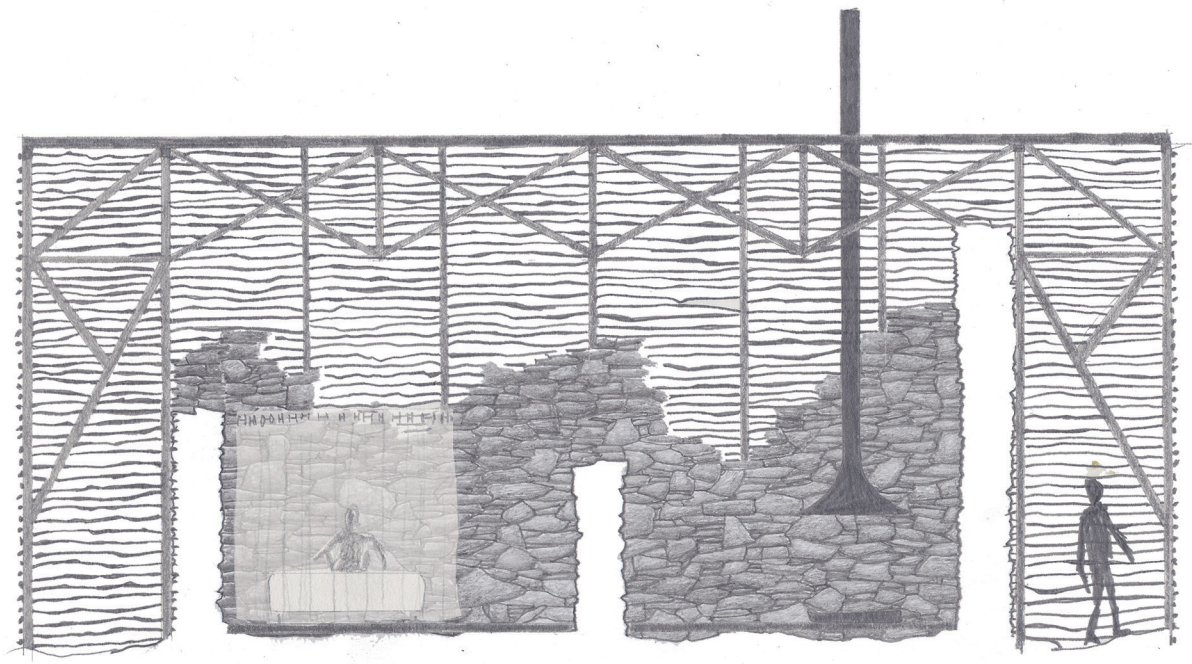


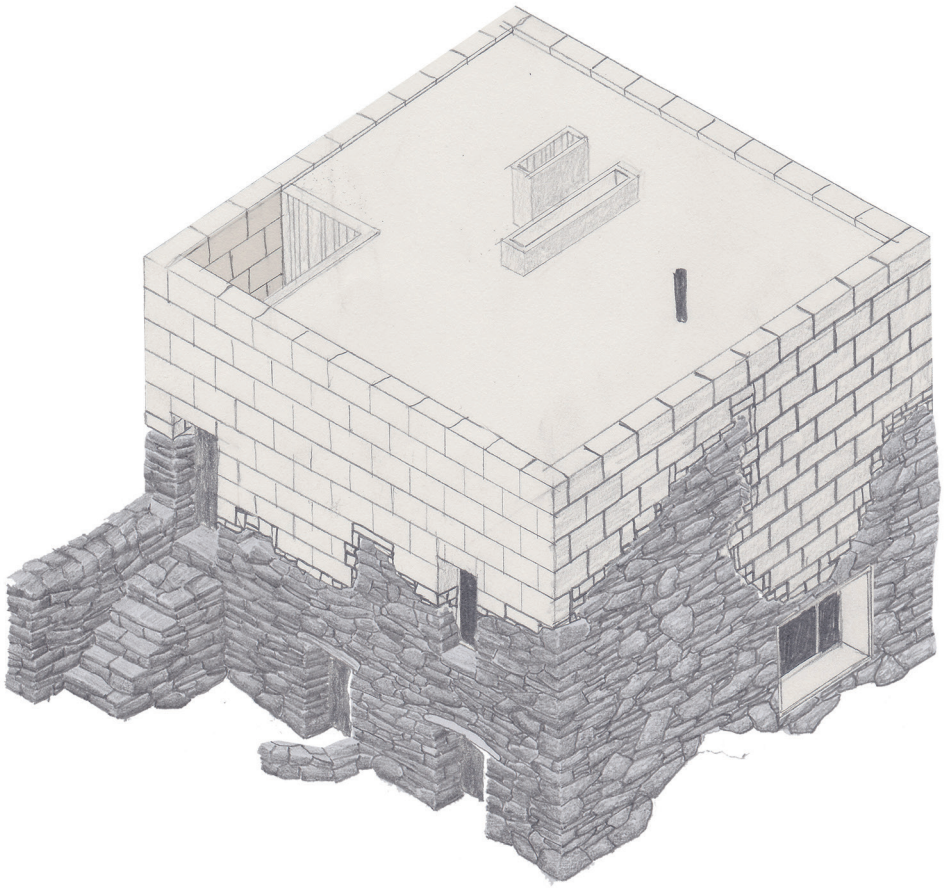
Uma casa dentro de uma ex-
-casa.

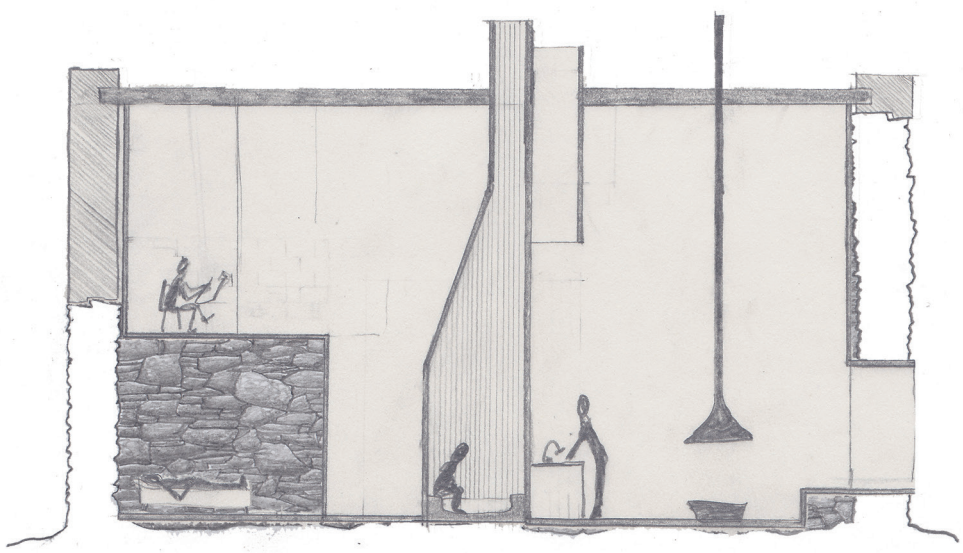




Uma pele respirável envolve a ruína, criando espaços dentro e em redor desta.







Um vazio dentro de um cheio, o interior da habitação assume uma nova materialidade, o contacto com a ruína apenas se faz em alguns espaços privados.

A DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

"A habilidade mais importante do arquitecto é transformar a essência multi-dimensional do trabalho projectual em sensações e imagens corpóreas e vividas; finalmente toda a personalidade e corpo do projectista se converte no lugar do trabalho arquitectónico, que é vivido em vez de entendido. As ideias arquitectónicas surgem de "um modo biológico" a partir do conhecimento existencial não conceptualizado e racional, ao invés da mera análise e do intelecto. Os problemas arquitectónicos são demasiado complexos e profundamente existenciais para serem tratados de um modo exclusivamente conceptualizado e racional" (Pallasmaa, 2014)

Devido às características deste trabalho, que obrigam a uma grande experimentação de desenho,e maquete, optou-se pela descrição e demonstração de todo o processo de projecto. Esta opção revela-se particularmente importante para a formulação de hipóteses, que apesar de não serem as seleccionadas, ao estarem registadas podem permitir a resolução de vários problemas nesta ruína específica ou noutras. É assim um trabalho de avanços e recuos, muito apoiado no desenho, procurando sempre colocar em evidência através deste os problemas e as dificuldades para lhes conseguir encontrar uma solução.

A experimentação começou pela formulação de um conceito orientador. Após as numerosas visitas, levantamentos e investigação, a conclusão sobre as necessidades apresentou-se bastante simples. No fundo estas arquitecturas para se adaptarem ao tempo actual necessitam apenas de um maior conforto e de uma relação maior (hoje facilitada pela inovação construtiva) com a sua envolvente.

Surgiu assim a ideia de criar um refúgio e desenhar um espaço vazio dentro de um cheio que são estas grossas paredes de 60 cm de espessura. Mas que atitude ter perante a ruína? Ora a ruína estará sempre visível, uma clara distinção entre o novo e o antigo é posta em evidência, sempre com o objectivo de as ligar de forma coerente. A proposta é a de continuar a construir estas paredes em ruína .

Esta operação consegue-se utilizando o mesmo sistema de aparelhamento em pedra, com o mesmo material, mas utilizando blocos regulares em vez dos irregulares característicos da pré-existência.

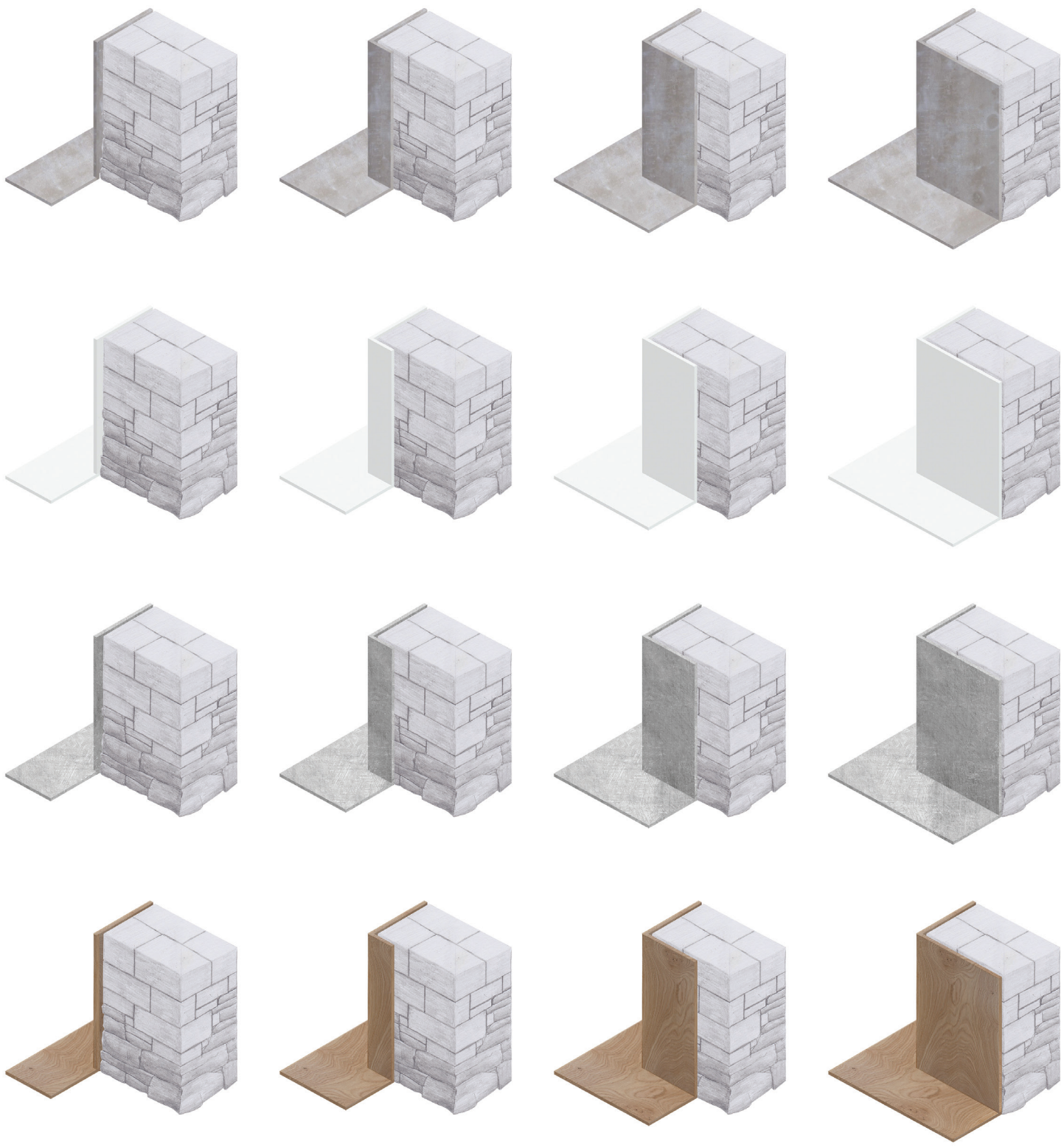
Para se potenciar esta diferença interior/exterior e dar o conforto que antigamente não existia nestas casas, o interior é revestido com pladur e madeira.

Pretende-se criar relações espaciais com a memória do habitante, cada sala tem um cheiro ou deixa-se invadir pelo cheiro da actividade que nela se pratica. A sala cheira levemente ao pavimento em castanho, e o som e cheiro da lareira e dos cozinhados humanizam o espaço e acolhem quem o visita. Esta sala abre-se para a paisagem, e cria relação com o carvalho centenário que lhe é fronteiro. Pelo corrimão/rodapé é-se guiado através da textura da madeira, que se altera na aproximação às diferentes divisões. A casa de banho assemelha-se a uma chaminé e é revestida a eucalipto de um lado e do outro a pedra fria. Este espaço apresente um cheiro mentolado coerente com o sentimento de limpeza corporal. Os vapores do banho sobem e evidenciam os raios de luz que atravessam a parede de pedra através de pequenos orificíos. O sítio do banho abre-se para a montanha mas mantém a privacidade necessária.

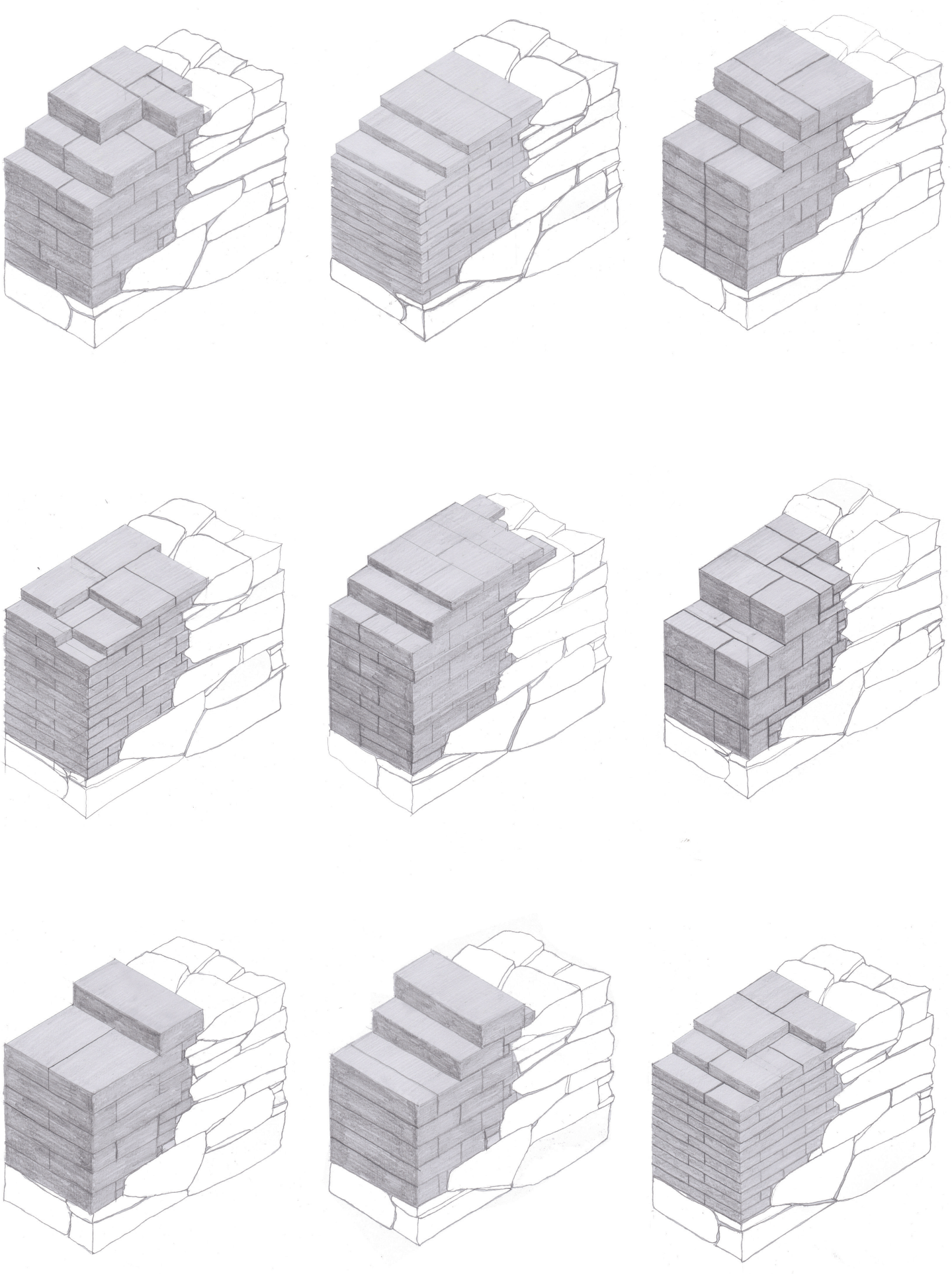
Os quartos têm o cheiro doce da madeira de Oliveira, um vira-se para o caminho público e o outro para a montanha. Para neles entrar, a mão alcança um buraco na porta, de madeira torneada e polida, da mesma madeira que o revestimento interior.

Ruína de habitação escolhida para a experiência de intervenção.

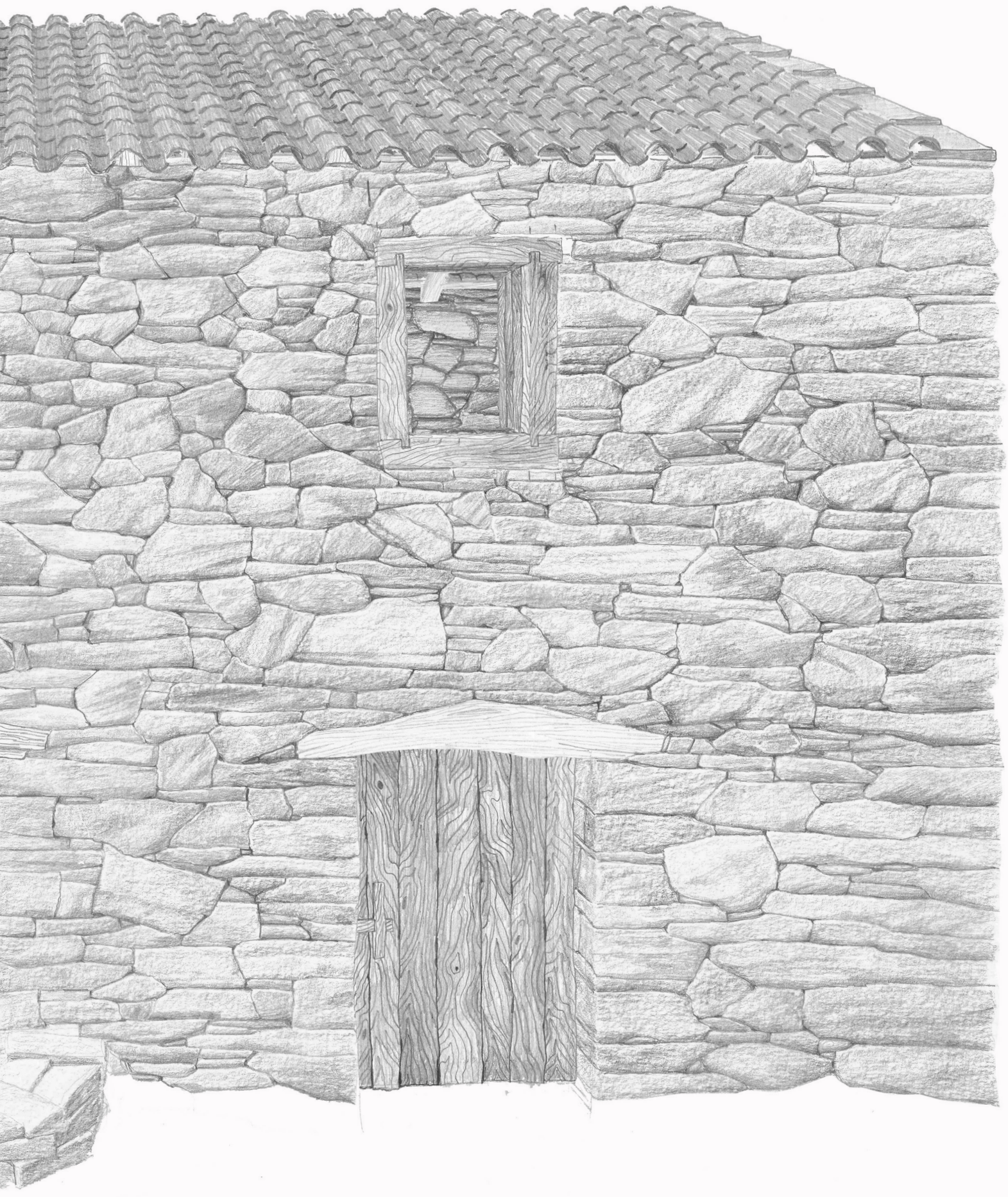
ENSAIOS DE CONTRASTE



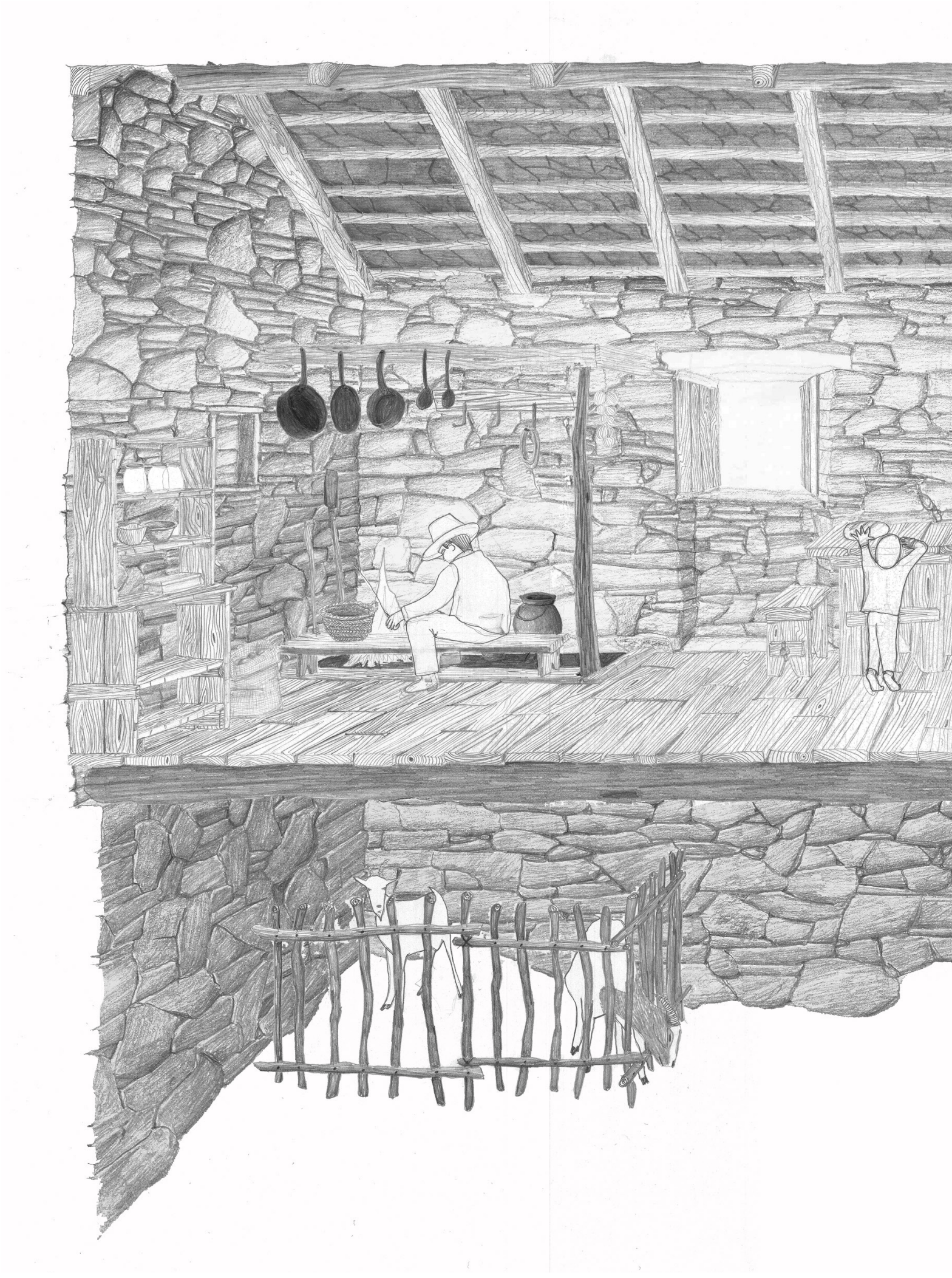
Ensaios de contraste: Aço corten/pedra, pladur/pedra, betão/pedra e madeira de castanheiro/pedra.

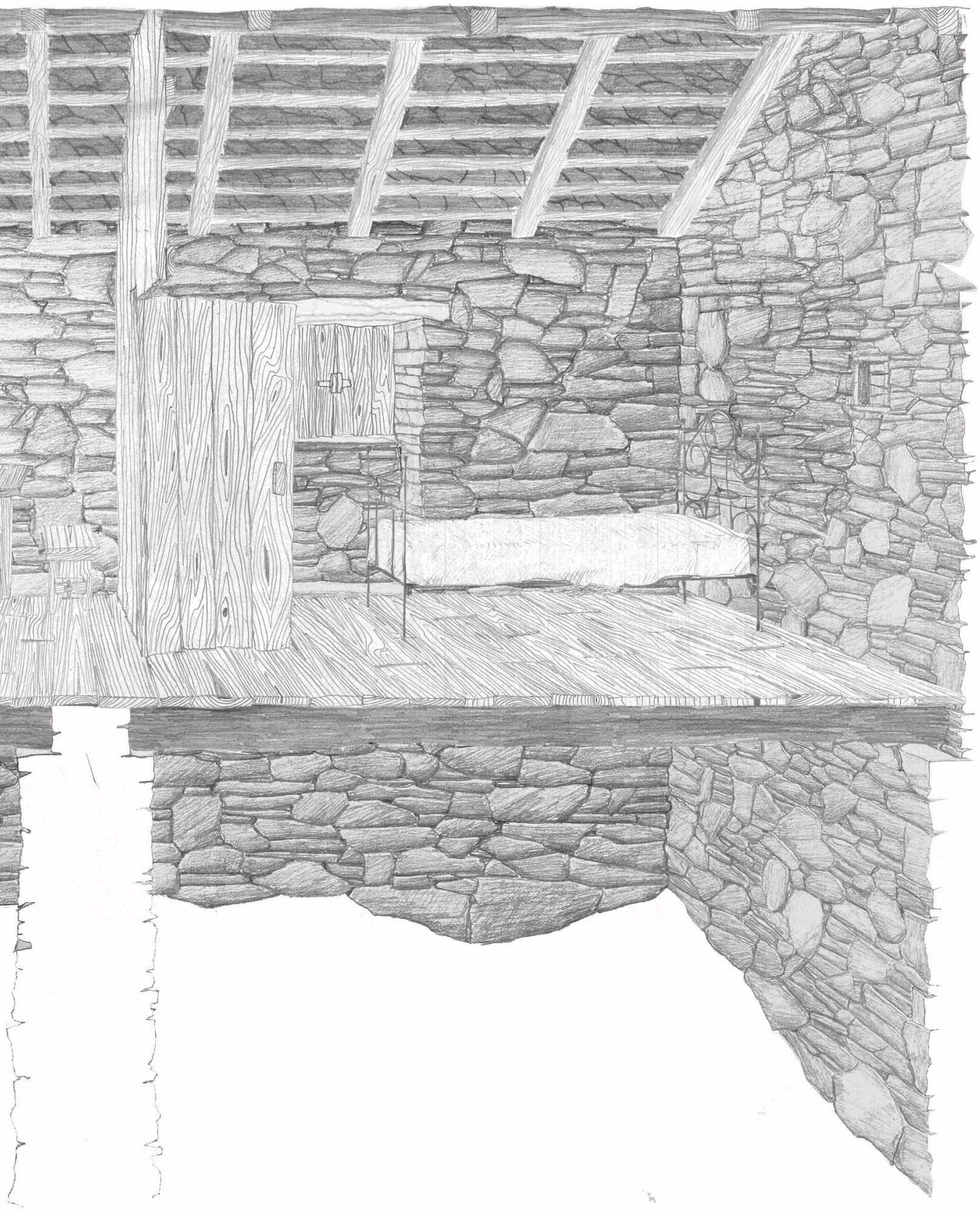


Ensaios de aperalhos de alvenaria regular.

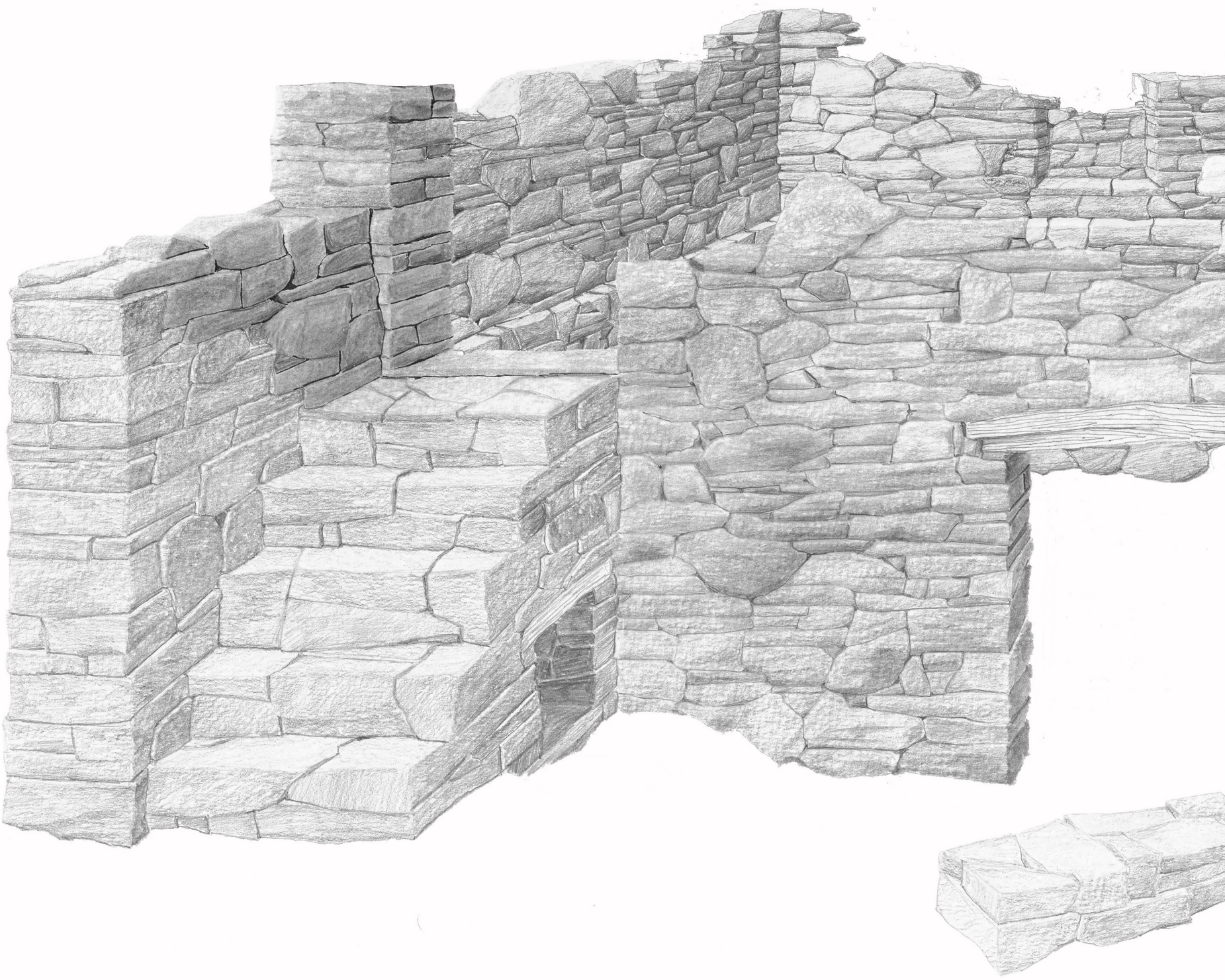


Fachada original da habitação.

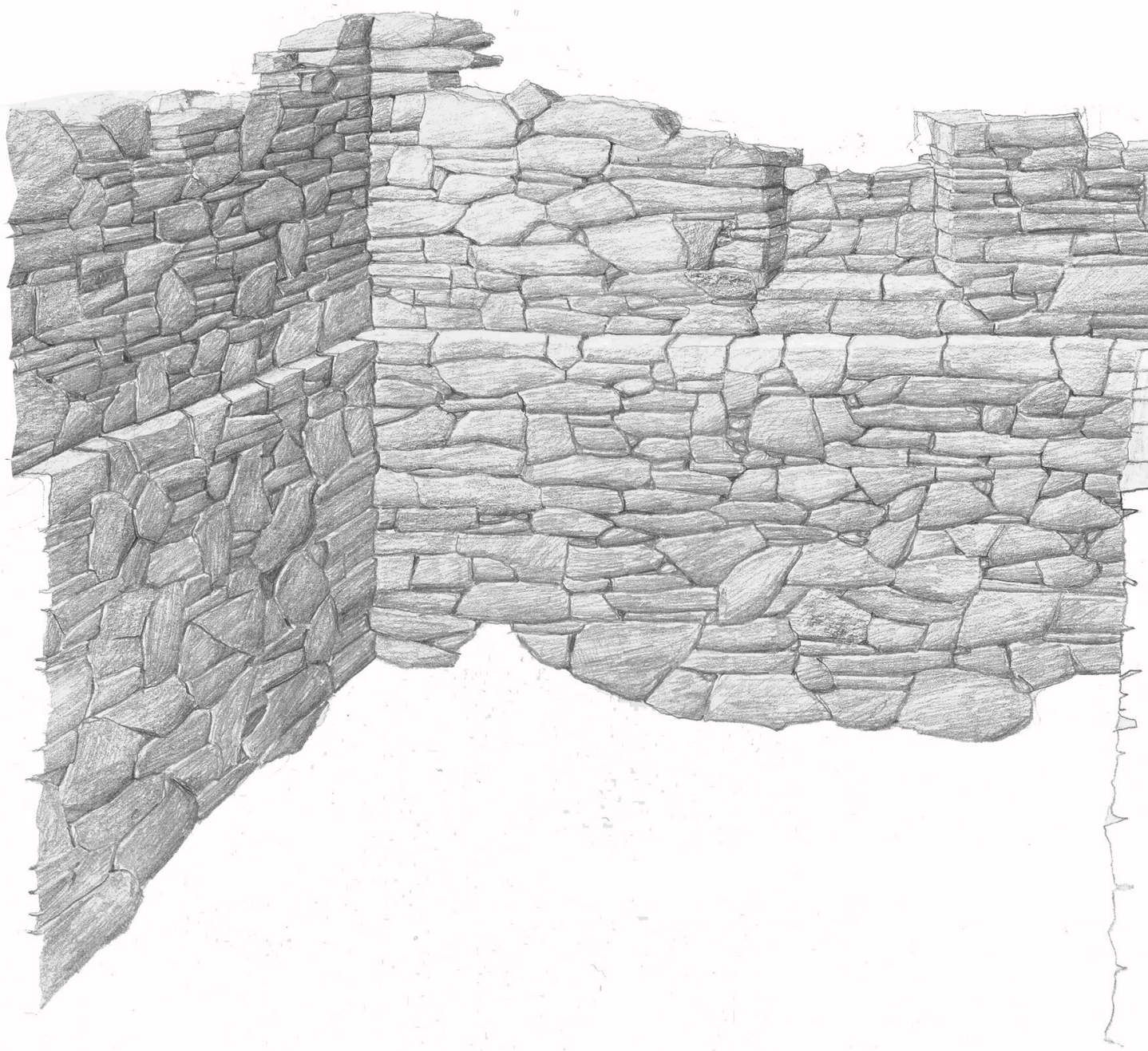


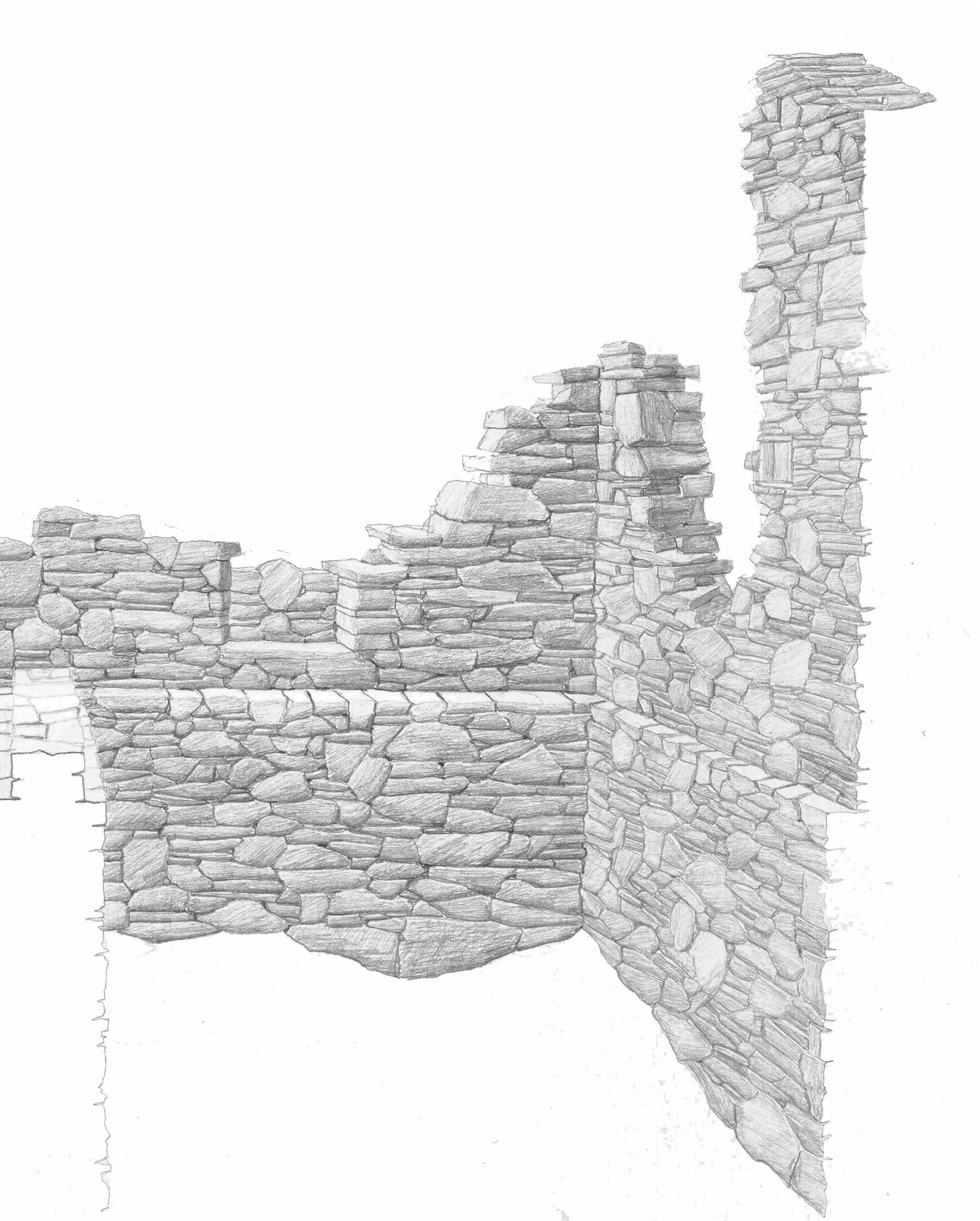


Interior da habitação no início do séc. XX.



Aspecto actual da fachada em ruína.

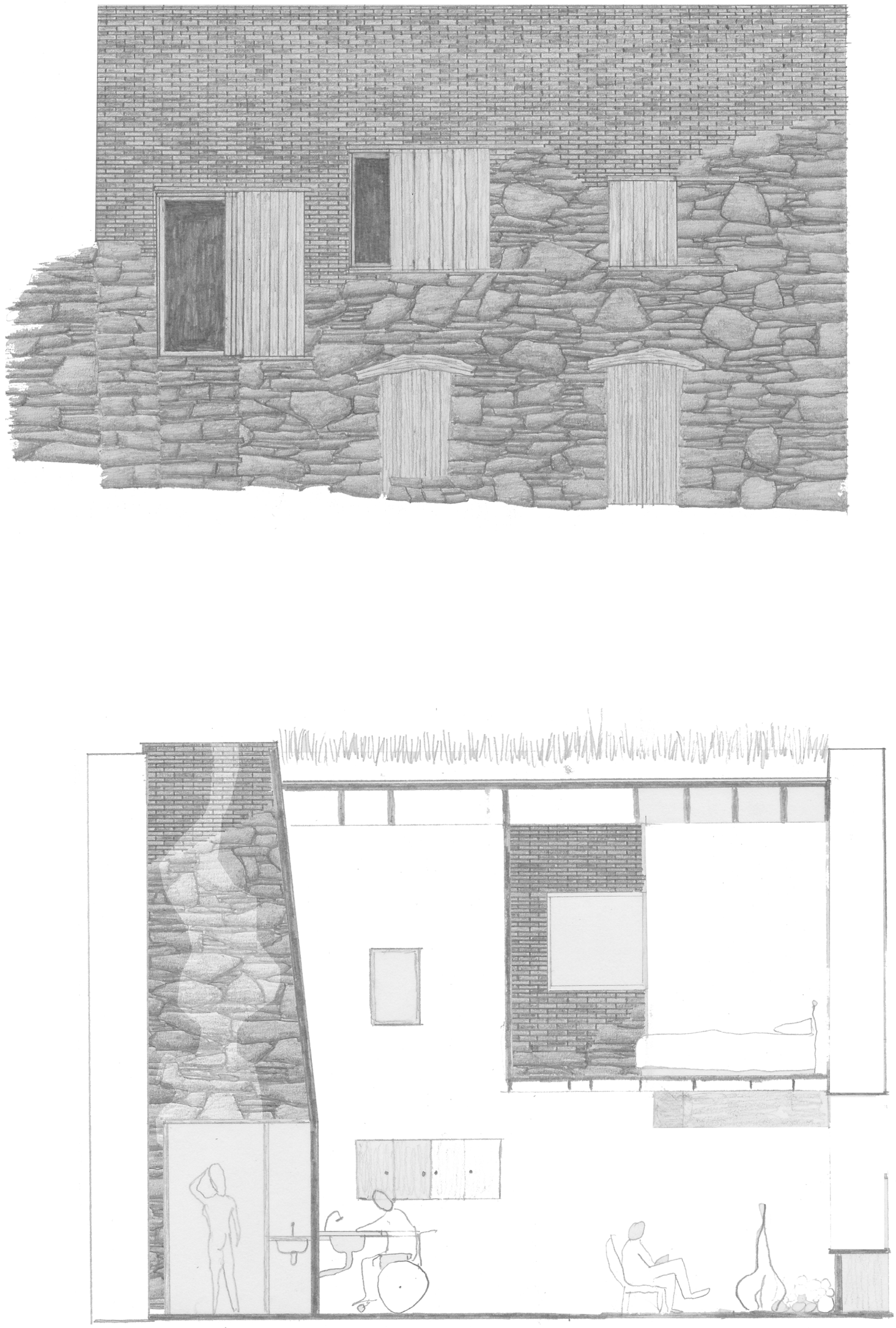




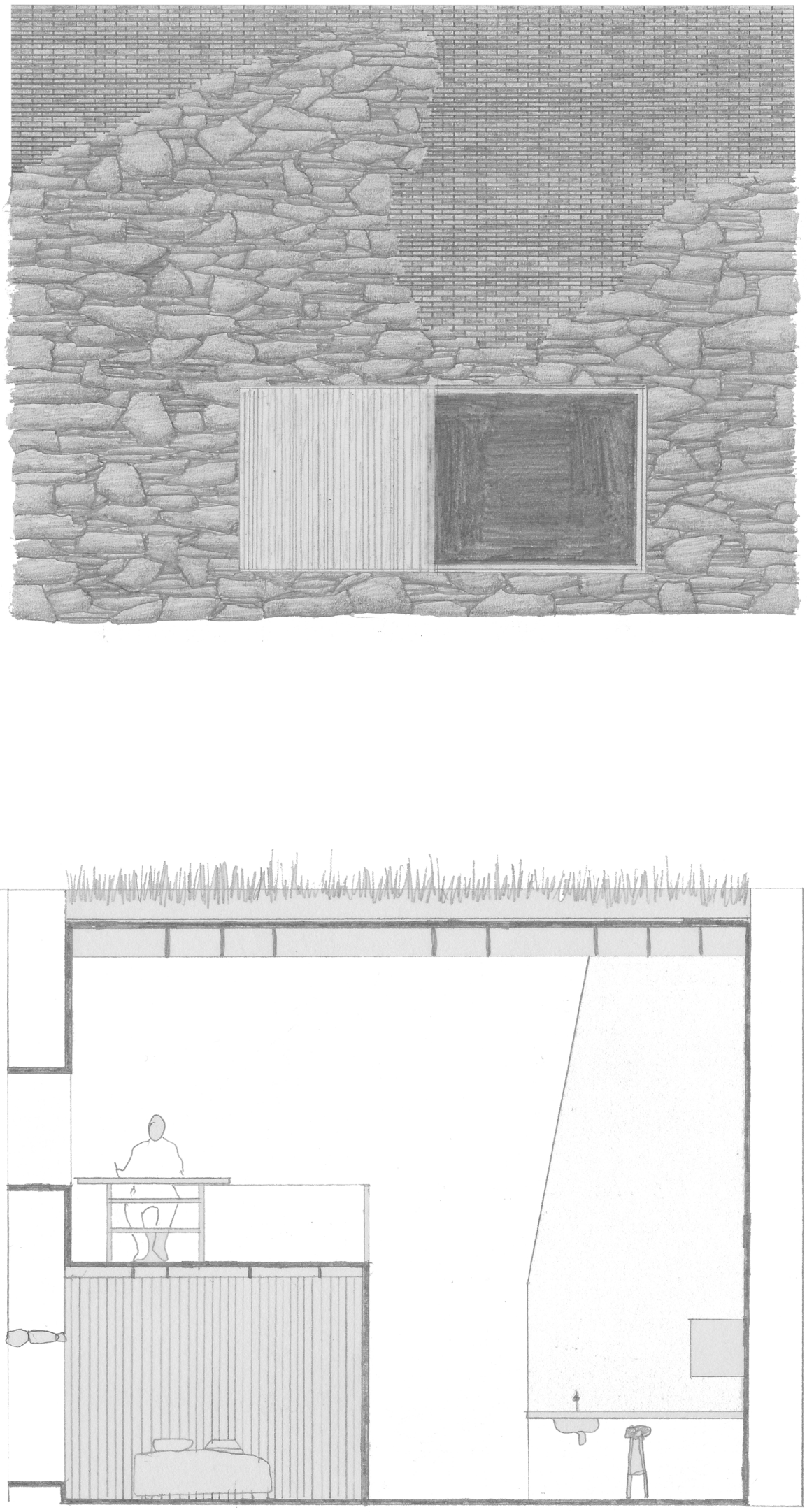
Interior da ruína actualmente.

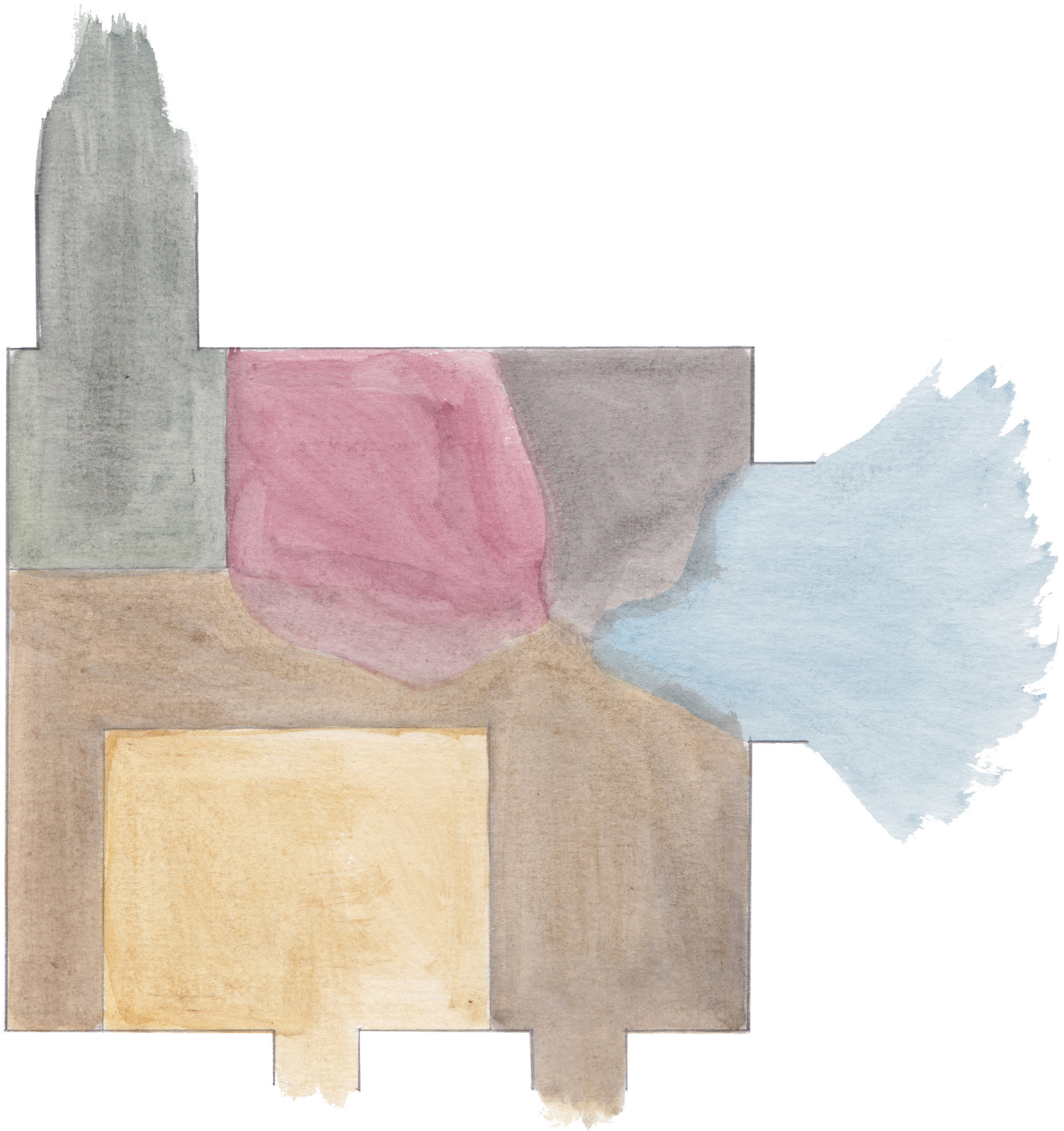
Planta da habitação, piso 0.
Casa de banho, sala, quarto e cozinha.

Planta da habitação piso 1.
Espaço de trabalho e quarto.

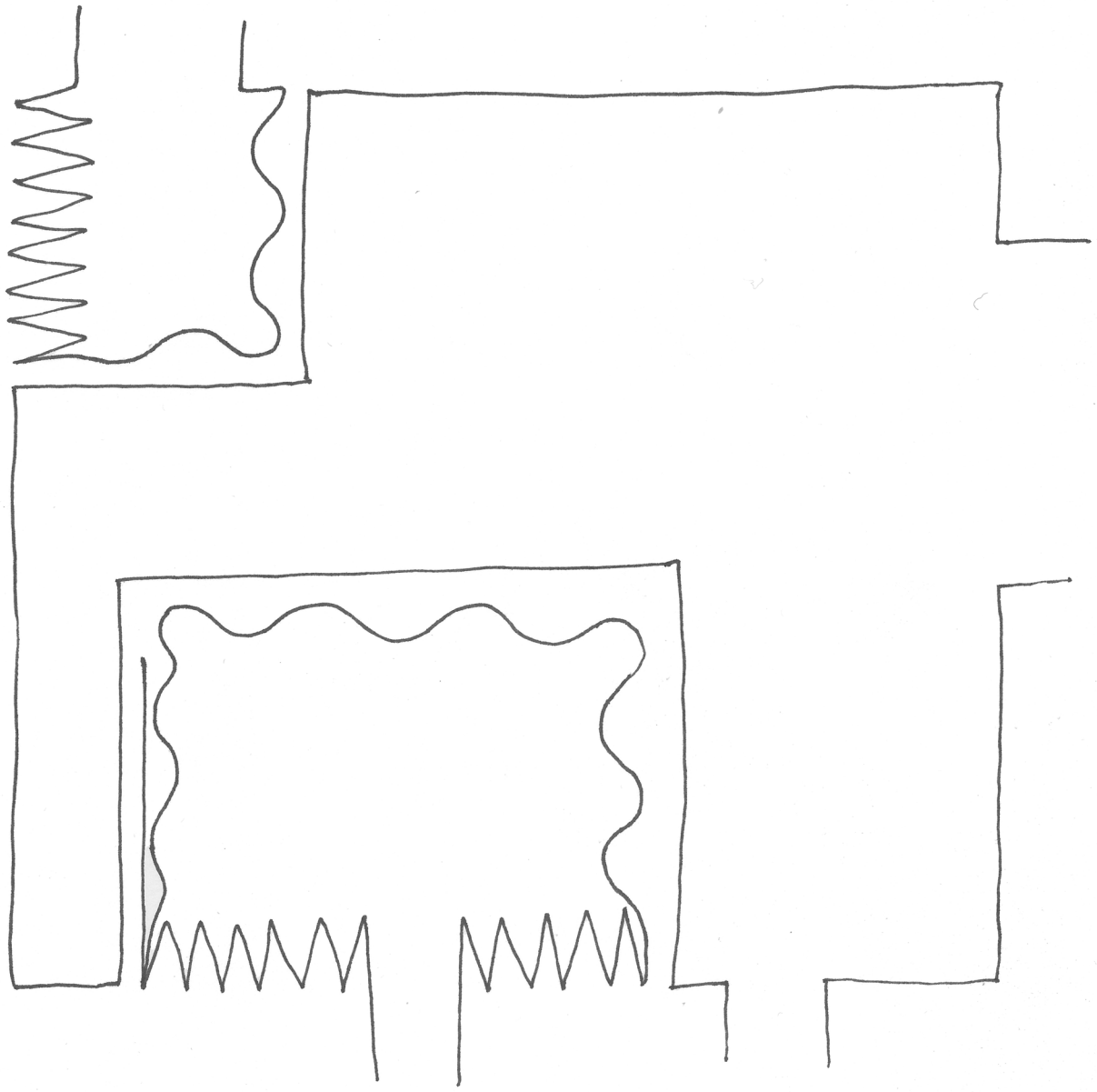


0 50 200cm

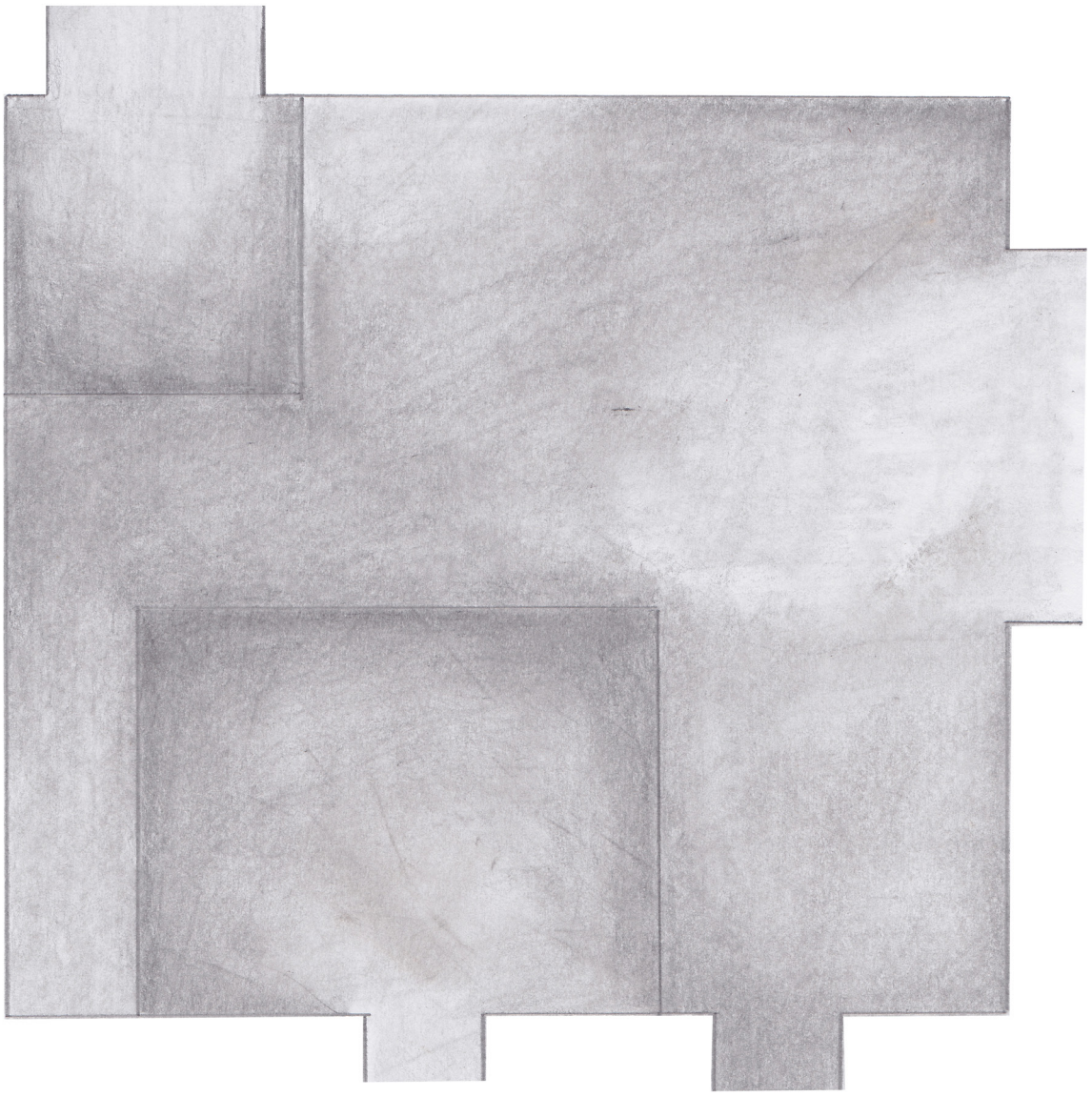




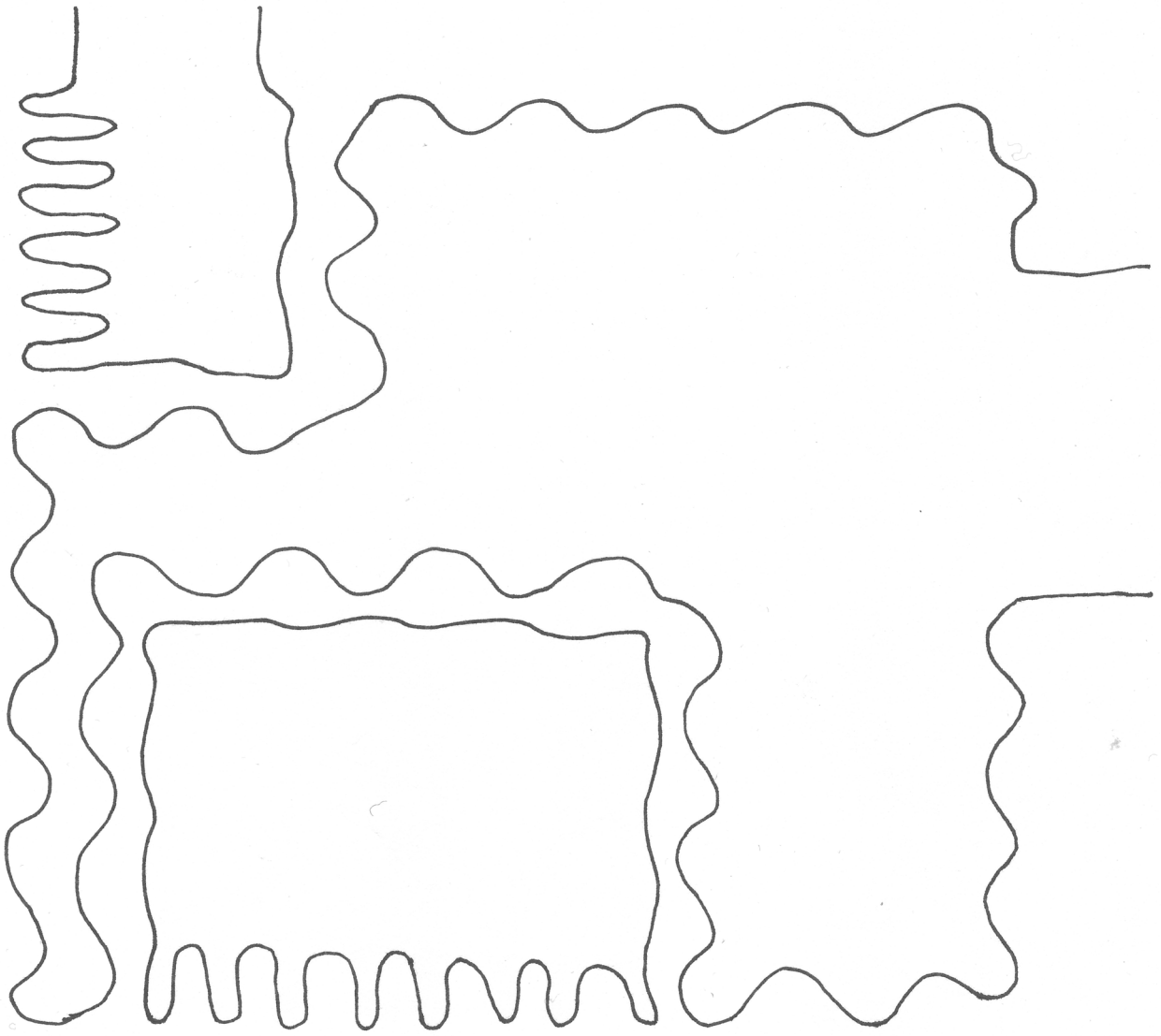
Planta de cheiros
azul: ar exterior
castanho escuro: lareira
vermelho: comida
castanho claro: castanheiro
amarelo torrado: oliveira
verde escuro: eucalipto



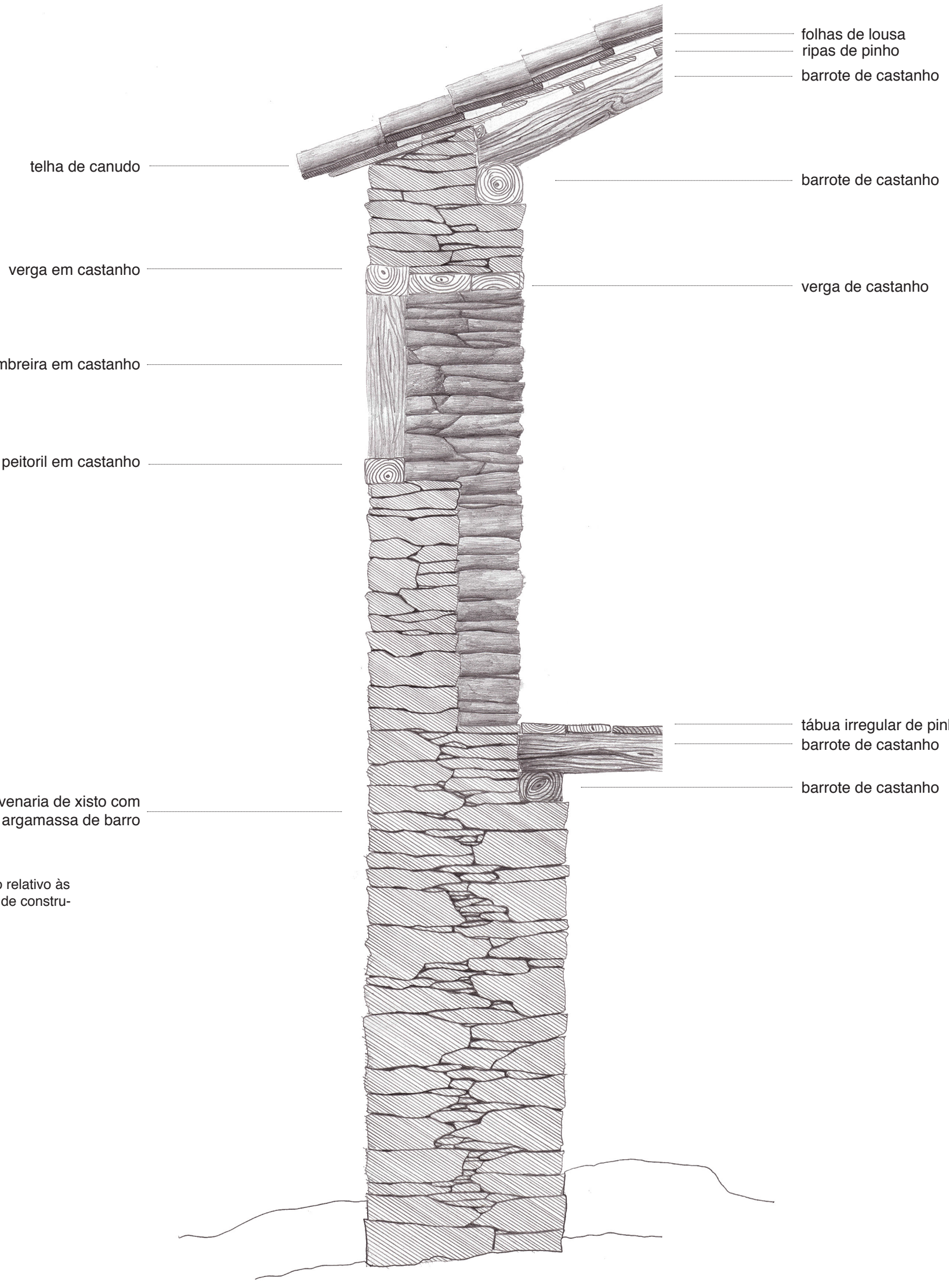
planta de som (reflexão)
linha: pouca reflexão
ondulado: média reflexão
dentado: alta reflexão



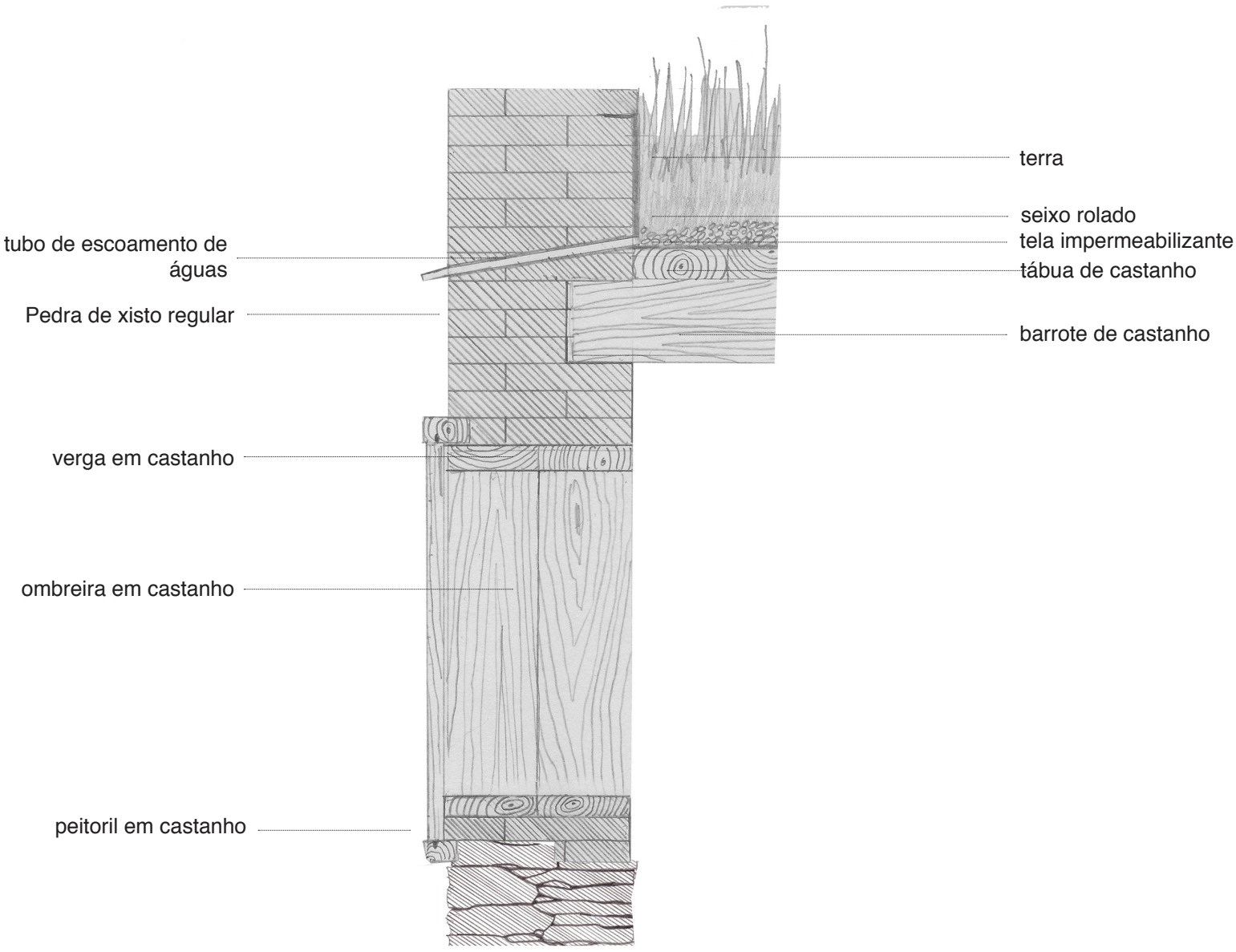
Planta de luminosidade



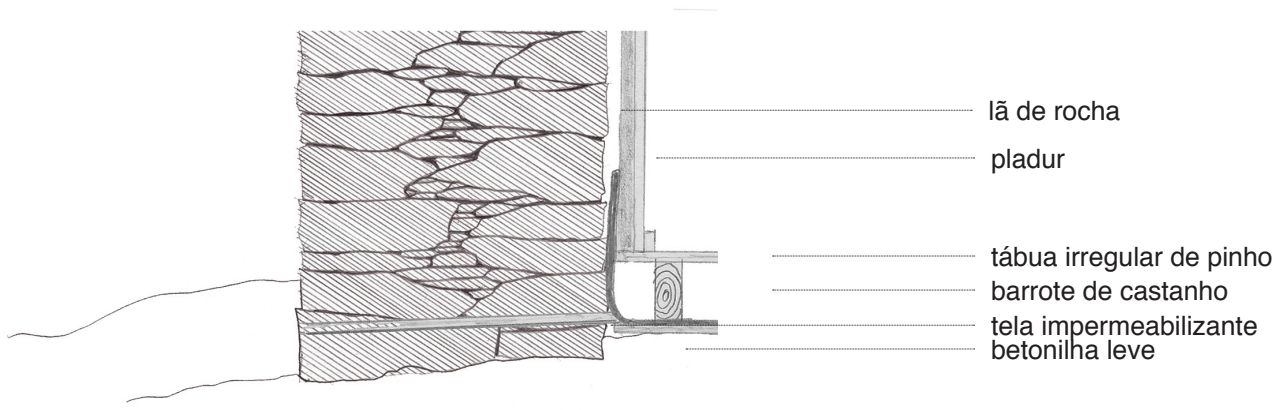
planta de toque:
do menos ondulado para o mais ondulado, mais liso para o mais áspero respectivamente

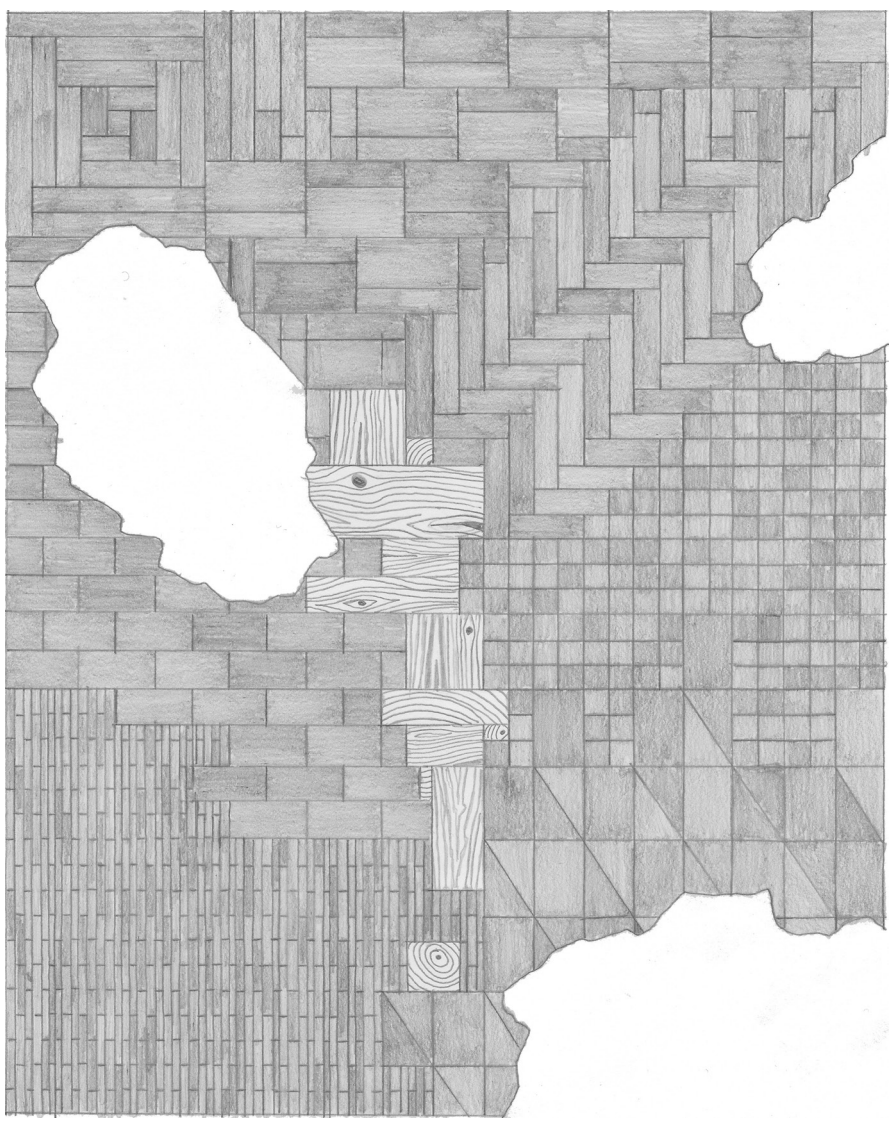


Corte construtivo relativo às técnicas antigas de construção.



Corte construtivo da nova intervenção



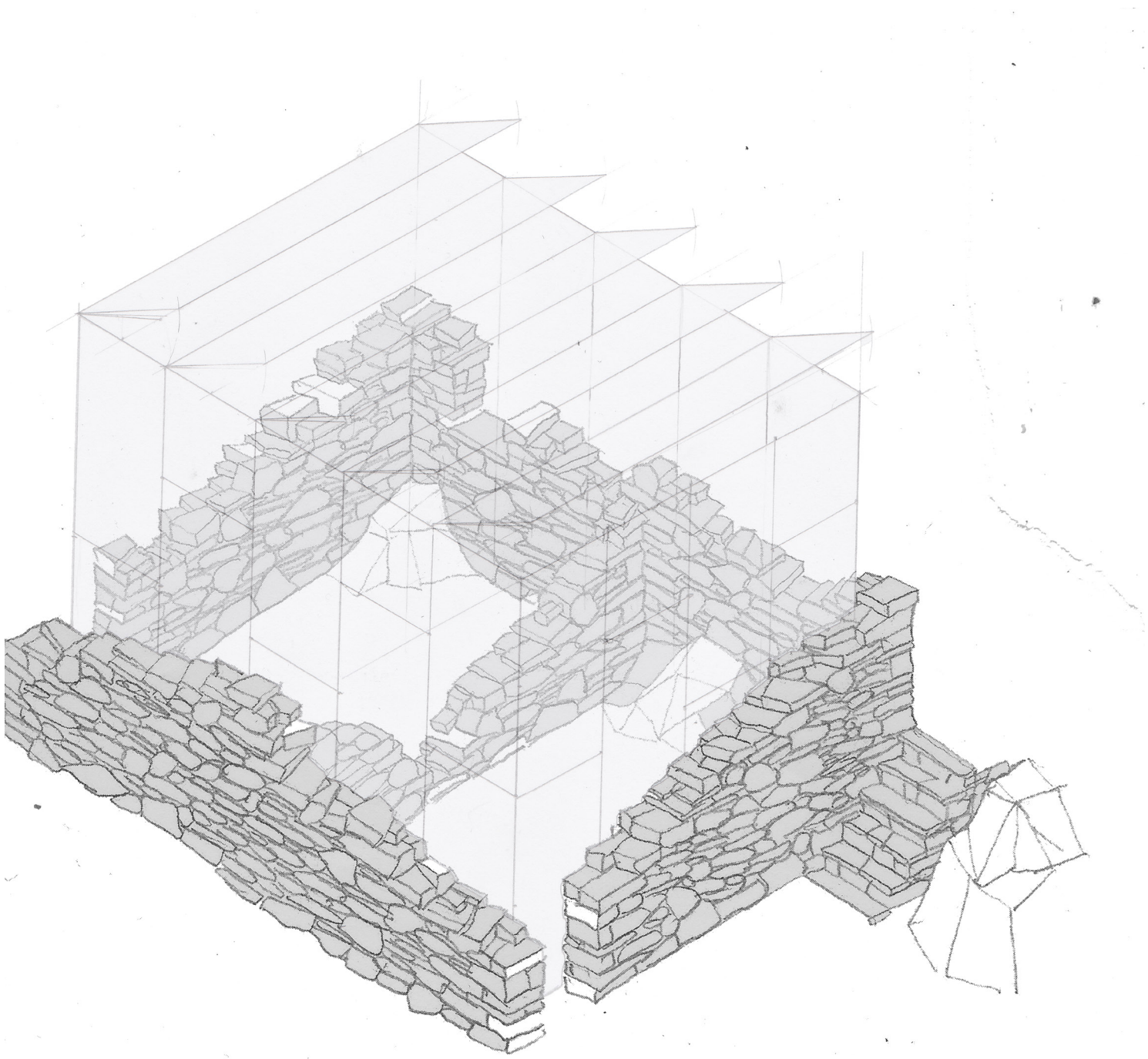


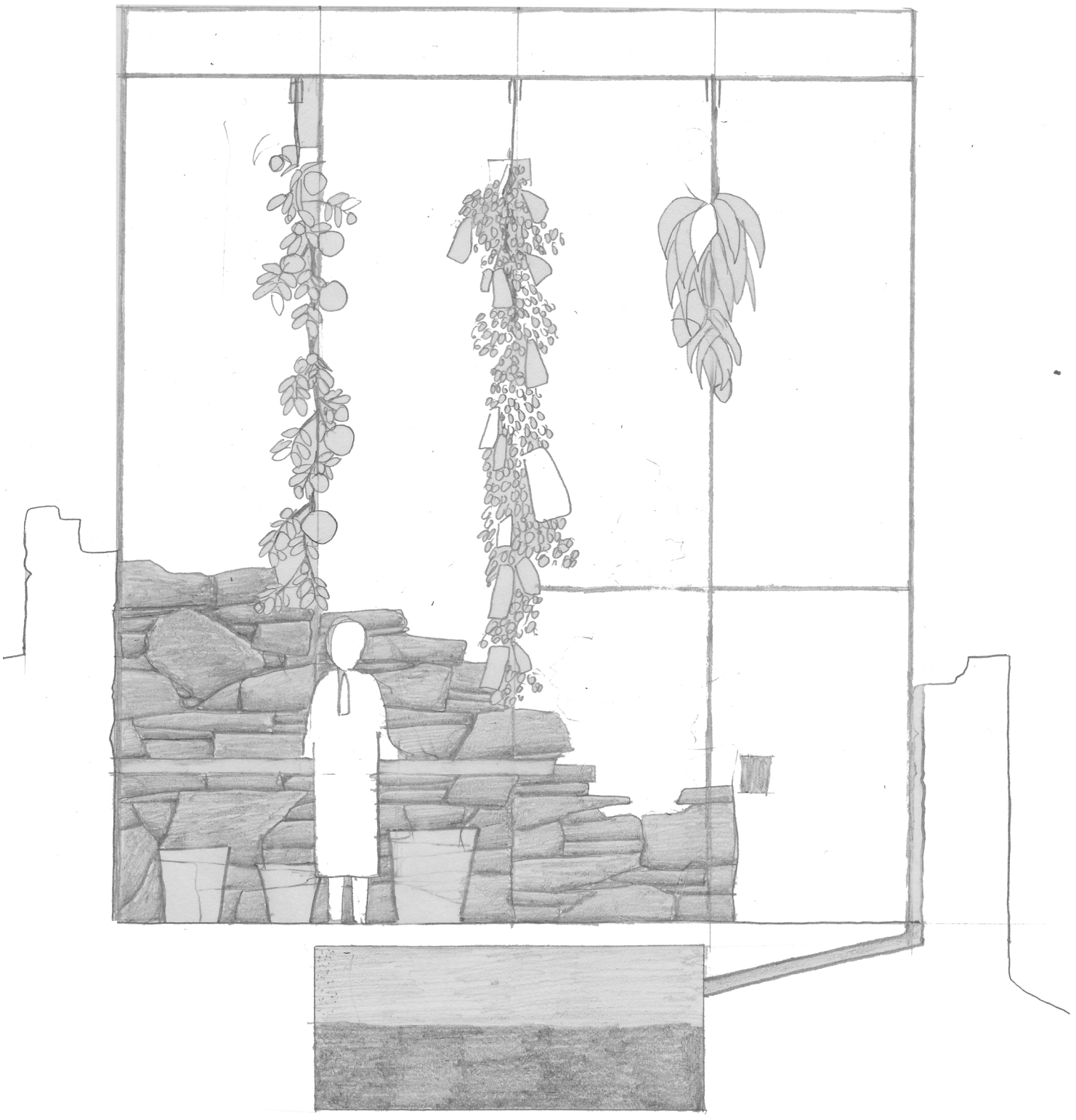
Espaço de experimentação sensorial: o filtro.

Uma grande tenda de forma livre, definida pelo movimento dos ramos e do vento. Entra-se numa espécie de filtro da paisagem, a cobertura de um tecido branco que apenas deixa perceber as sombras transforma os estímulos visuais da paisagem aplicando-lhes um filtro de branco e cinza. Todos os outros sentidos estão mais activos, o som é igual, os cheiros chegam da mesma maneira, apenas a visão é toldada para uma nova realidade. O edifício mexe-se com o vento, O chão duro e escuro de xisto contrasta com a leveza e brancura do tecido, um objecto para sentar ou deitar permite contemplar esta paisagem transformada.

0 35 140cm

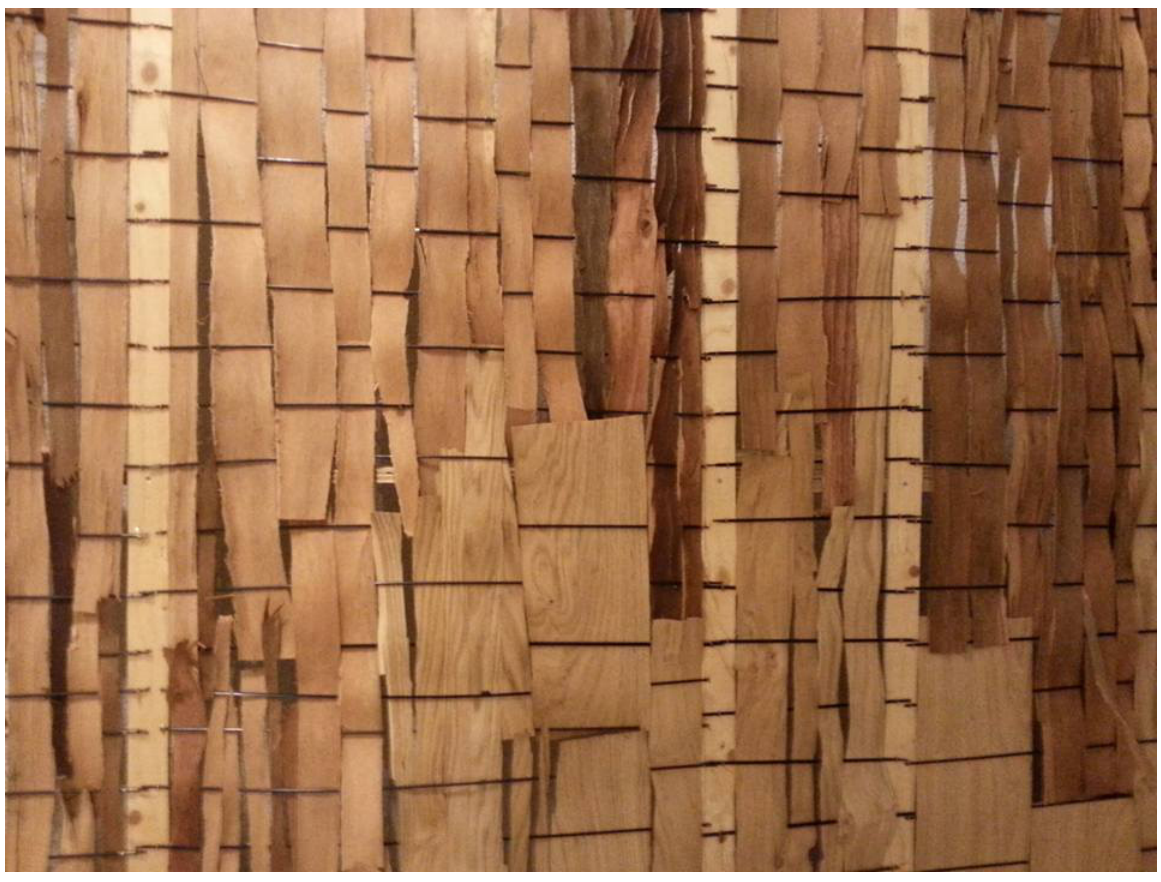
A ESTUFA





Estufa, marca o antigo volume interior da ruína, uma estrutura translúcida que apresenta cultivos verticais como forma de economizar espaço.-

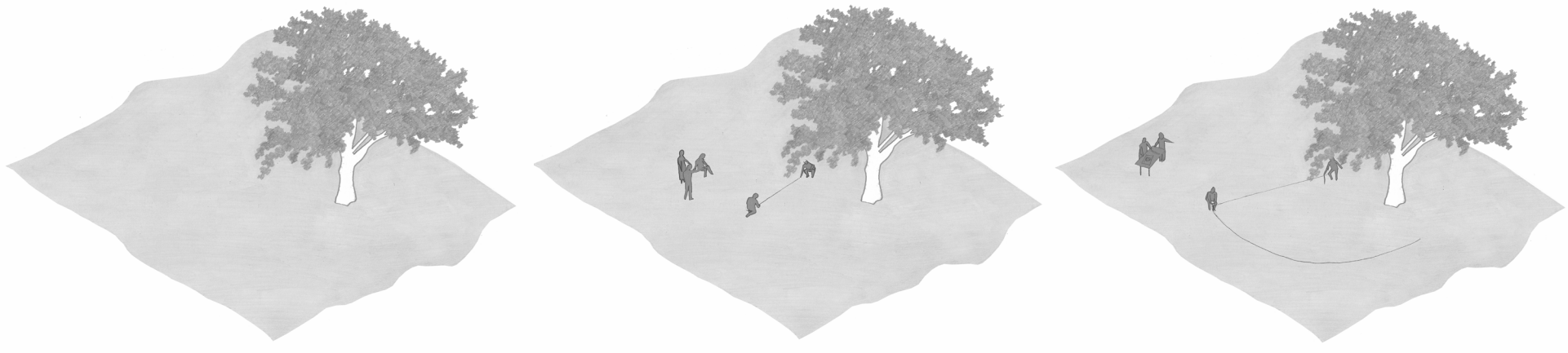
0 20 80cm

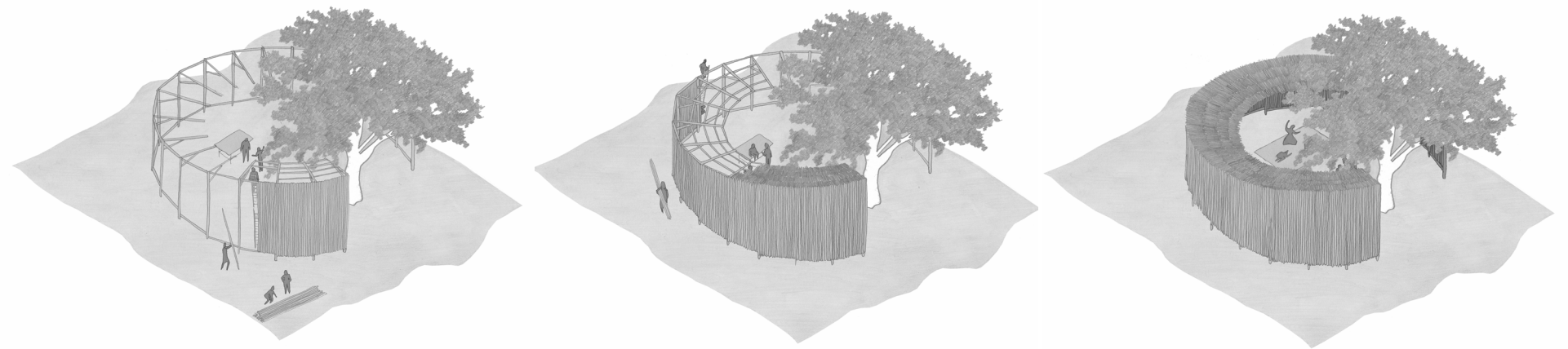


Nesta página, experiência de construção de divisória utilizando madeira, varetas de ferro, folha de carvalho e casca de eucalipto. Experiência realizada em Bule, Centro de oficíos.
Na página seguinte, exemplo de uma sequência de construção em equipa.

A CONTRUÇÃO COMO TERAPIA

Como se descreveu anteriormente, uma das propostas de especialização deste lugar é a experimentação construtiva. A construção tem a capacidade de desenvolver nos indíviduos diversas capacidades, entre as quais a facilidade mecânica associada ao bem-estar físico e a entreajuda entre os indivíduos.
Propõe-se assim a execução de estruturas efémeras de apoio a actividades (culturais, produtiva, etc.) e a experimentação de novas soluções construtivas utilizando a serra como grande depósito de material.





CONCLUSÃO

Esta dissertação aborda de uma maneira teórica e projectual a problemática da reactivação de um lugar no espaço rural português. Ao longo do estudo foram analisados exemplos similares na busca de uma definição programática para o caso específico em análise. Foi evidente nesta aproximação ao slugares em reactivação que se vive um momento de grande experimentação sobre a temática, com numerosos exemplos que se focam em diferentes temas. Estas intervenções lidam com a problemática da ideia de bucolismo associada ao campo, tentando pensar em programas diferentes do turístico. Pois qualquer reactivação não pode crer fixar pessoas sem lhes providenciar actividades produtivas.

O caso da Silveira de Baixo não é diferente. Aqui, em vez da aposta exclusiva no turismo foram encontradas soluções programáticas que permitam um desenvolvimento sustentado. Para que assim seja o lugar tem que ser produtivo, apostando numa primeira fase nos produtos endógenos. Mas o aspecto diferenciador do programa para esta aldeia é a aposta na acessibilidade para pessoas com deficiência, através de percursos adaptados, de espaços de experimentação sensorial e de produção. O caminho diferencidor não se esgota nas acessibilidades. Procura-se criar dinâmicas relacionadas com o saber construir, edifícios, objectos, paisagem. Esta é a aposta para o lugar, que consiste numa recolha dos saberes nativos deste território e na reinvenção dos mesmos, tornando este conhecimento útil.

Mas como implantar um novo programa num lugar em ruína? Optou-se por uma estratégia á escala da aldeia de dispersão, que se crê ser a mais inclusiva e que impeça o desaparecimento de parte do lugar sob a vegetação. Assim, o programa espalha-se pela aldeia, de forma faseada, mantendo espaços intersticiais para que surjam assentamentos espontâneos. O programa não é fixo, existem 4 fases de intervenção e apenas a primeira é clara. Este foi o modo escolhido de operar pois acredita-se que uma implantação que se alongue tanto no tempo como a aqui tratada deve estar sujeita à mudança própria da passagem do tempo, para que tenha sucesso.

Após este plano programática à escala da aldeia, realizaram-se pequenas experiências projectuais, sempre assentes na experimentação através do desenho.
Desenhou-se um espaço produtivo, um espaço de experimentação sensorial, uma habitação e um esquema de percursos acessíveis. Nesta parte final do trabalho, optou-se sempre por construir com as pré-existências, numa tentativa de conservar as suas marcas mais importantes mas sem receio de criação de novas marcas.

A experimentação projectual numa paisagem invadida pela vegetação não é de todo fácil, apresentando muita dificuldades ao nível do levantamento das pré-existências. O que sugere que uma reactivação real deste lugar tem que ser projectada in situ, quase “pedra a pedra” pois é detalhe e sensibilidade que este espaço necessita.

Este trabalho é apenas uma primeira aproximação á problemática da reactivação da Silveira de Baixo, sendo bastante entusiasmante a possibilidade de ele se estender e aprofundar acabando, talvez, com uma intervenção física no lugar, pondo em prática o trabalho desenvolvido até aqui.

ANEXO I
RESUMOS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Eng. João Diniz, Director ARCIL
22/7/2014
Edificío sede da ARCIL, Lousã

Esta entrevista serviu como primeiro contacto entre o autor e ARCIL. Antes da realização da mesma efectuou-se uma visita guiada pelas instalações que serviu como breve apresentação do trabalho que ali se desenrola.
Começou-se por apresentar a ideia fundadora do trabalho de dissertação, as motivações por detrás de tal desejo e a história de como se ficou a conhecer a oportunidade de reactivar a aldeia sob o cunho da acessibilidade. O entrevistado manifestou grande interesse no projecto e ofereceu-se para fornecer documentação acerca dos planos da associação para a aldeia de Silveira. De seguida foram apresentados os documentos do plano ARCIL-Serra de 1993 e uma breve contextualização das motivações, desafios e problemas encontrados por esse plano. Ficou-se a saber que esse projecto era de carácter turístico e produtivo, pretendia promover também os produtos e espécies nativos daquele lugar. O abandono desse plano de 1993 acontece depois de um desfalque de fundos no seio da associação.
Tendo já elaborado um pré-programa de intervenção, que se dividia em espaços habitacionais, produtivos, terapêuticos e turísticos, questionou-se o entrevistado acerca do estado da arte relativamente a este tipo de intervenções. Referiu-se a possibilidade das terapias de estimulação sensorial como aposta programática que envolveria não só as pessoas com deficiência mas também atletas ou simples curiosos. Nesta entrevista discutiu-se ainda a possibilidade de explorar o nicho do turismo acessível, depois de o entrevistado ter apresentado o programa “Lousã: destino de turismo acessível”.
Quando questionado sobre a existência de projectos similares ao que se estava a delinear, o entrevistado referiu que não sabia da existência destes. Depois desta conversa, outras se agendaram para o acompanhamento do trabalho, e para a digitalização dos levantamentos da aldeia existentes.
Uma das questões mais importantes tinha que ver com o rácio entre cuidadores e utentes, para dimensionar o programa. Este rácio normalmente é de 1/3 ou 1/4 de cuidadores/utentes respectivamente.

Ricardo Cardoso, Psicólogo CERCILEI
16/9/2014
Praça Rodrigues Lobo, Leiria

Na tentativa de perceber o que era o cuidado de pessoas portadoras de deficiência e como o espaço afecta estas pessoas o nome de Ricardo Cardoso tornou-se incontornável, pela sua larga experiência na CERCILEI e no desporto adaptado.
Numa conversa de carácter informal as questões incidiram basicamente no tratamento da pessoa deficiente, e nas suas necessidades espaciais. Depois da normal introdução do plano de dissertação e posterior crítica(neste caso positiva) ao mesmo o entrevistado descreveu as condições físicas, espaciais e de tratamento que lhe pareciam mais acertadas no cuidado de pessoas portadoras de deficiência.
Apresentou a tese da falta de espaço para o tratamento destas pessoas, concretamente a falta de camas, problema que o projecto em análise ganhava um novo sentido. Falou-se da individualidade do deficiente, e de como é importante para a sua estabilidade o sentimento de controle sobre um espaço individual. Rapidamente se concluiu que as necessidades espacias seriam praticamente as mesmas que para os não portadores de deficiência.
Nesta conversa, o entrevistado introduziu um tema até aqui desconhecido, a terapia snoezelen, conceito criado na Holanda que reúne uma série de máquinas de estimulação sensorial. Combina-se agora uma possível visita à sala de snoezelen da CERCILEI

Casimiro Simões, Jornalista Agência Lusa, ex-director do jornal “O Trevim”
22/9/2015
Centro da Vila, Lousã

O nome de Casimiro fora sugerido por Kirsten Thomas durante uma busca por antigos habitantes da Silveira que acabou na aldeia vizinha, a Cerdeira. Numa conversa informal durante o café o entrevistado revelou a sua ligação à Silveira, (através dos seus avós, ex-habitantes) que ainda hoje mantêm ao organizar os bailes da festa de S. Lourenço. Contou que os seus avós moravam numa casa, actualmente a única reconstruída na Silveira de Cima, que se chamava o Salgueiro. Explicou o modo de vida comunitário daquelas gentes em que todo o trabalho era partilhado e a simbiose com o meio natural era grande. A determinada ponto da conversa quando se falava das causas do abandono, o entrevistado refere uma razão importante e até aqui não conhecida, o avanço dos baldios. As políticas florestais do Estado Novo estavam a acabar com o sistema ancestral dos casais que envolviam as aldeias e das quais estas tiravam o seu sustento. O entrevistado revelou a sua alegria pela continuidade das festas de S. Lourenço, que juntavam dezenas de pessoas mesmo depois da aldeia se encontrar desabitada, sendo que a grande maioria detas pessoas vinham do estrangeiro visitar o lugar onde nasceram.
Um outro ponto muito importante referido por Casimiro foi a necessidade de incluir os ex-habitantes em qualquer projecto de reactivação, como estratégia que garanta a manutenção de pessoas no lugar. O entrevistado salienta ainda a importância de uma mudança de política por parte dos organismos que regulam os baldios que permita a instalação de populações nos povoados serranos.

Rafael Ramos, colaborador técnico na Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade da Lousã, utente da ARCIL
15/3/2015
Jardim Público, Lousã

Esta entrevista foi espontânea, mas muito importante para a obtenção de informação da parte de quem utiliza os serviços da ARCIL. Rafael Ramos possui uma deficiência física limitadora, que o obriga a deslocar-se em cadeira de rodas.
Perguntou-se a opinião sobre a associação e seu impacto na vida da Vila, a resposta foi surpreendente, de acordo com Rafael, a vila da Lousã apresenta-se como o melhor lugar para alguêm que seja portador de qualquer deficiência viver. Referindo o tratamento equalitário por parte da população, o que revela o trabalho (já com 30 anos) da ARCIL. Este facto é directamente observável através de passeios pela vila, os edifícios estão na sua grande maioria preparados para o trânsito de cadeiras de rodas e os negócios empregam frequentemente pessoas com deficiência o que ajuda na integração das mesmas.
Perguntou-se sobre o interesse pessoal do entrevistado em visitar a serra, sobre este assunto a resposta foi afirmativa, revelando o entrevistado que já tinha participado em diversas actividades de turismo adaptado. Rafael Ramos contou ainda um projecto antigo da ARCIL para a construção de uma casa modelo adaptada, algo que até à data não tinha ainda acontecido.

Hans Kollande, construtor civil, especialista em construção tradicional em xisto
30/10/2014
Praça da República, Coimbra

O primeiro encontro com Hans decorreu na aldeia de Aigra Nova, durante o workshop por ele ministrado, “Construção em xisto”. Desde esse primeiro encontro tentou-se encontrar uma data para a partilha de mais conhecimentos sobre a construção tradicional.
A entrevista decorreu assim na cidade de Coimbra, ao entrevistado foram pedidos pormenores técnicos de desenho de habitações em xisto. O entrevistado contou a história de como tinha entrado em contacto com a construção tradicional, assumindo-se como um purista. De seguida Hans Kollande descreveu os diferentes tipos de aparelhamento do xisto, consoante o tipo de construção. Ficou claro que o aparelhamento dependia do tipo de construção, sendo diferente em habitações, muros de suporte de terras, moinhos ou muros limitadores de ribeiros. Esta entrevista deixou claros muitos

dos sistemas construtivos utilizados na construção tradicional e ainda algumas técnicas recentes para colmatar a falta de conforto das habitações antigas.
Foi feita ainda uma recolha nesta entrevista de todos os materiais e seus métodos de extracção e transformação, das ferramentas utiçizadas em cada fase e por cada especialidade na construção de uma habitação em xisto, e ainda dos métodos tradicionais e seus prazos.

João Serrano, arquitecto
03/05/2015
Aldeia de Silveira de Baixo, Lousã

O contacto com João Serrano começou através de um amigo em comum, descobriu-se que o entrevistado estava a trabalhar no arranjo paisagístico da aldeia vizinha, a Cerdeira. O interesse pela paisagem e pelos sistemas naturais existentes na aldeia em estudo do entrevistado permitiram um passeio de reconhecimento pela Silveira de Baixo em que se efectuou uma recolha das espécies existentes no lugar, bem como dos sistemas hídrico e agrícola ali presentes. Durante esta conversa foi também revelado o modo de reactivação da aldeia de Cerdeira, os problemas e as suas soluções para enfrentar o despovoamento. Foram também discutidas várias soluções para a aldeia de Silveira de Baixo. O interesse do entrevistado pela paisagem chamou a atenção para os vários sistemas existentes no lugar. Para a necessidade de todo o conhecimento ser aproveitado e reinventado de modo a preservar a riqueza da flora e fauna nativas. Desta visita ao lugar em estudo ressalvou-se também que qualquer projecto de reflorestação é bastante demorado e nunca pode ser feito (para resultados positivos) em grande escala, pois as árvores nativas apresentam muito mais dificuldades do que as invasoras, necessitando de um maior acompanhamento.

WORKSHOPS

Introdução à carpintaria
Eco-aldeia de Janas, Sintra
30/11/2014 a 01/12/2014
O workshop, ministrado por Afonso Dinis dividiu-se por dois dias, no primeiro uma exposição sobre as diferentes espécies, seus diferentes usos e tratamentos biológicos, incluiu ainda uma exposição sobre as ferramentas tradicionais e os cuidados a ter com as mesmas. O segundo dia foi de experimentação, executou-se um encaixe simples macho-fêmea em madeira.

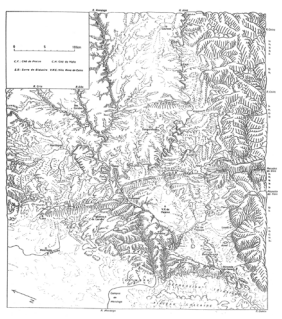
Construção tradicional em xisto
02/02/2015
Aigra Nova, Góis
Esta experiência acompanhada por Hans Kollande consistiu na reconstrução de um lugar chamado de fonte dos namorados. Aprenderam-se técnicas de aparelhamento e escolha das peças de xisto.

ÍNDICE DE IMAGENS NÃO ORIGINAIS

A lição de Salazar, 1938, Secretariado da Propaganda Nacional.
retirado de:
http://historiarecente.blogspot.pt/

Álvaro Domingues, A vida no campo, retirado de:
http://voltaparafuso.blogspot.pt/

Aigra Nova entrudo
retirado de:
https://www.facebook.com/lousitanea.aigranova-gois/?fref=ts

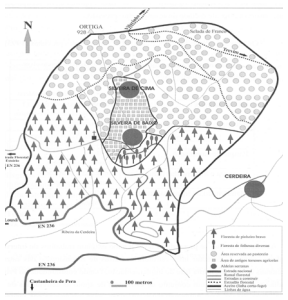


Mapa antigo das serra de Portugal região centro.
retirado de:
Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha, O exemplo da Serra da Lousã.
Paulo Carvalho

Serrana transportando carvão.
retirado de:
Terra que já foi terra.
Paulo Monteiro

Emigrantes da Lousã em Nova Iorque
retirado de:
Terra que já foi terra.
Paulo Monteiro

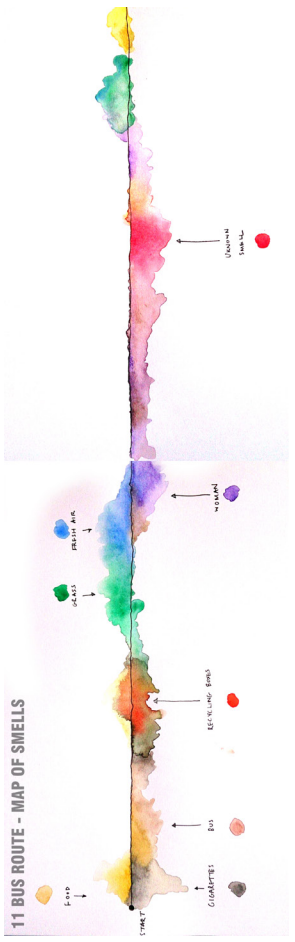
A capela da Sr. da Piedade.
Postal digitalizado



Plano de intervenção nas Silveiras, ARCIL 1993.
Retirado de:
Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha, O exemplo da Serra da Lousã.
Paulo Carvalho

Cego transportando paralítico na região do Levante circa 1890
retirado de:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Blind_man_carrying_a_paralysed_man.jpg

John Miura, measuring the hand.
Retirado de:
https://ourhouseisourworld.files.wordpress.com/2014/01/hands-final.jpg?w=1200



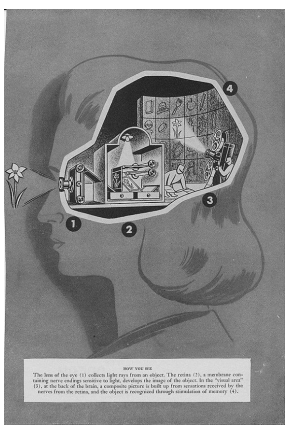
Smell map of a bus ride
Retirado de:
https://studio3bsa.wordpress.com/category/kimran-farooq/

Fotografia macro de impressão digital.
Retirado de:
retirado de:
http://free-range-monkey.blogspot.pt/2011/11/week--7-body-parts.html

Mestre André contact micking the handrail.
retirado de:
https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10204136799313991&se-

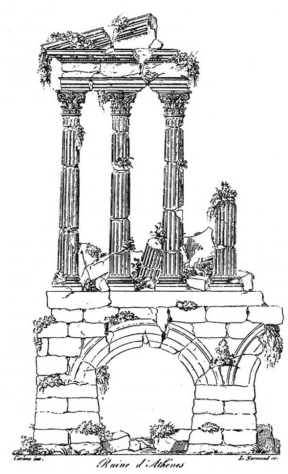
Carolyn Butterworth a lamber as paredes do pavilháo de Mies van der Rohe para a exposição de Barcelona.
retirado de:
https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/600x315/e4/31/a1/e431a10a05fb0b0bbb-2527069935c76a.jpg

Ilustração para Hansel e Gretel dos irmãos Grimm, Kay Nielsen
retirado de:
http://50watts.com/Golden-Age-Illustrator-Kay--Nielsen



How your vision works.
retirado de:
https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/ed/62/cd/ed62cd3484996272e-283fa28dd185d80.jpg

Experiências com fibras de eucalipto, bule.
retirado de:
https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1113432485333765&se-



Desenho técnico de bolo do pasteleiro Marie-Antoine Câreme.
retirado de:
http://cabinetmagazine.org/issues/9/ingestion.php

Gustave Doré
The New Zealander
(1872)
retirado de :
http://www.johncoulthart.com/feuilleton/wp-content/uploads/2014/03/dore-big.jpg

Família real Portuguesa de visita ao Egipt.
retirado de:
http://www.dn.pt/galerias/fotos/artes/interior/d-amelia-fotografa-e-fotografada-4826022.html

Stéphane Couturier
retirado de:
www.stephanecouturier.fr/

Piranesi
Roma em ruínas
retirado de:
https://pt.pinterest.com/akatsuya/giovanni-battista-piranesi/

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Luiz. (2014) Processos de mudança, turismo e desenvolvimento rural: As aldeias de xisto do concelhoe de Góis e o papel da Lousitânea. (1ªEd.) Málaga. EUMED

AMARAL, F. K. D. et al. (1988) Arquitectura popular em portugal: 2º Volume. (3 ªEd.) Lisboa. Associação dos Arquitectos Portugueses.

BACHELARD, Gaston. (2008). A poética do espaço. (2ª Ed.) São Paulo. Martins Fontes

BALDEWEG, Juan Navarro. (2001) Juan Navarro Baldeweg. (1ªEd.) Hamburgo. Ginko Press

CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro. A árvore em portugal. (2ª Ed.) Lisboa: Assírio & Alvim, 2005.

CALDAS, Eugénio. (1989) Serra da Lousã, do povoamento ao abandono *in* Arunce, revista de divulgação cultural. nº6 Lousã. Câmara Municipal da Lousã

BRAGA, Mário. (1959) Os serranos. (3ªEd.) Coimbra. Coimbra Editora

CARDOSO, Isabel Lopes. (2013). Paisagem Património. (1ª Ed.) Porto. Dafne Editora

CARERI, Francesco. (2013). Walkscapes: O caminhar como prática estética. (1ª Ed.) São Paulo. Editora G. Gili

CARVALHO, Paulo. (1999). A Vila da Lousã, Contibuto para um estudo de geografia urbana. (1ª Ed.) Lousã. Câmara Municipal da Lousã

CARVALHO, Paulo. (2009). Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha, O exemplo da Serra da Lousã. (1ª Ed.) Lousã. Câmara Municipal da Lousã

CAUQUELIN, Anne. (2015) A invenção da paisagem. (1ªEd.) Lisboa. Edições 70

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado. (1989) Residência secundária e espaço rural, duas aldeias da serra da Lousã, Casal Novo e Talasnal (1ª Ed.) Coimbra. Gabinete de publicações da FLUC.

CHOAY, Françoise. (1999) Alegoria do Património. (3ªEd.) Lisboa. Edições 70

CHOAY, Françoise. (2009) As questões do património. (1ªEd.) Lisboa. Edições 70

CRUNELLE, Marc (2002) Smell and architecture, what is the connection. in Fragrances: du désir au plaisir (1ªEd.) Marselha. Jeanne Laffite

DANIELS, Dieter (2012) Sounds Like Silence. John Cage – 4'33" – Silence Today. (1ªEd.) Leipzig. Spector books

DEGANELLO, Paolo. (1983) Catálogo da exposição *As casas da trienal*. (1ªEd.) Florença. Electa Editora

DEVY-VARETA, Nicole. (2003) O regime florestal em Portugal através do séc. XX (1903-2003) *Revista da Faculdade de Letras - Geografia I serie Vol. XIX 2003 Porto*

DOMINGUES, Álvaro. (2011) Vida no Campo. (1ª Ed.) Porto. Dafne Editora

DOWNING, Chris. (2013) Architecture for the blind lecture. http://arch4blind.com/ consultado em Janeiro 2015

ERSE, Armando. (2001) Contos da minha terra. (1ªEd.) Lousã. Câmara Municipal da Lousã

EVANS, Gary. (2003) The Built Environment and Mental Health. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine Vol. 80, No. 4, December 2003*

FATHY, Hassan. (2009) Arquitectura para os pobres Uma experiência no Egipto rural. (1ªEd.) Lisboa. Argumentum/Dinalivro

FERNANDES, F. et al. (2009). Territórios reabilitados. (1ªEd.) Casal de Cambra: Caleidoscópio.

FEIJÃO, Raul De Oliveira. Botânica na aldeia: Colecção Educativa, Série C, nº14. (2ªEd). Lisboa: Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral da Educação Permanente, 1974.

GINSBERG, Robert. (2004) The aesthetics of ruins. (1ªEd.) Nova Iorque. Rodopi Press

GUERREIRO, M. Gomes. A floresta portuguesa: Colecção Educativa, Série N, nº 9. (2ªEd.) Lisboa: Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral da Educação Permanente, 1973.

GÓMEZ, Adoracíon Morales et al. (2014) Dicionário visual de arquitectura. Lisboa. Quimera Editores

HALL, Edward T. (1986). A dimensão oculta (1ªEd.) Lisboa. Relógio de Água

HENRIQUES (1992-1995) Arunce, revista de divulgação cultural. nº7/10. Lousã. Camâra Municipal da Lousã

HENRY, Cristoph N. (2015) The Plato Effect in Architecture: Designing for Human Diversity in archdaily. www.archdaily.com/designinghumandiversity

HENSHAW, John M. (2012) A Tour of the Senses : How Your Brain Interprets the World (1ªEd.) Baltimore. Johns Hopkins University Press

HOUGH, Romeyn. (2014).The woodbook: The complete plates. (1 ed.) Colónia. Taschen

IMRIE, Rob. (1996) Disability and the city: International perpectives (1ªEd.) Londres. SAGE

LENGEN, Johan Van. (2010). Manual do arquitecto descalço (1ªEd.) Lisboa. Dinalivro

LEMOS, Álvaro V. (2001) A Lousã e o seu concelho. (2ªEd.) Lousã. B.M.L./Câmara Municipal da Lousã
LOPES, Flávio. (2012) Património arquitectónico e arqueológico, noção e normas de proteção. (1ªEd.) Casal de Cambra. Caleidoscópio
LOUÇÃO, Maria Dulce. (2013) Paisagens interiores, para um projecto em arquitectura. (1ªEd.) Casal de Cambra. Caleidoscópio
LUSO, João. (2001) Textos dispersos. (1ªEd.) Lousã. Câmara Municipal da Lousã
MASCARENHAS, Jorge. (2014) XIV – Costrução e reabilitação sustentáveis. (1ªEd.) Lisboa. Livros Horizonte
MASCARENHAS, Jorge. (2015) XV – Arquitectura popular portuguesa. (1ªEd.) Lisboa. Livros Horizonte
MONTEIRO, Paulo. (1985). Terra que já foi terra. (1ªEd.) Lisboa. Edições Salamandra
MOSTAFAVI, Mohsen; Gareth Doherty. (2014) Urbanismo Ecológico (1ªEd.) Barcelona. G. Gili
MUNARI, Bruno. (2014) Das coisas nascem coisas. (1ªEd.) Lisboa. Edições 70
NUSSBAUMER, Linda L.. Inclusive design: A universal need. (2012). (1ª Ed.) Estados Unidos da América: Fairchild Books.
PAIVA, José Ernesto Carvalhinho de; João Carlos Santos Pinho. (2015) Pessoas, ideias e afectos, ARCIL – Um Projecto de Causas. (1ªEd.) Lousã. ARCIL
PAIVA et al. (1989) Arunce, revista de divulgação cultural. nº2. Lousã. Camâra Municipal da Lousã
PAIVA et al. (1991) Arunce, revista de divulgação cultural. nº5/6. Lousã. Camâra Municipal da Lousã
PALLASMAA, Juhani. (2012). Los ojos de la piel. (6ªEd.) Barcelona. G. Gili
PALLASMAA, Juhani. (2012). La mano que piensa. (1ªEd.) Barcelona. G. Gili
PALLASMAA, Juhani. (2014). La imagen corporea. (1ªEd.) Barcelona. G. Gili
PALLASMAA, Juhani. (2014). Habitar. (1ªEd.) Barcelona. G. Gili
PATERSON, Mark. (2011) More-than visual approaches to architecture. Vision, touch, technique. *Social & Cultural Geography, Vol. 12, No. 3, May 2011*. Routledge
PESSEGUEIRO, Mário (2014) Projetar para todos. (1ªEd.) Porto. Vida Económica – Editorial, SA
QUEIRÓS, Eça de. (2001) Uma campanha alegre. (4ªEd.) Lisboa. Livros do Brasil
REMÉDIO, Maria (2012) A lição de Salazar e a iconografia do Estado Novo: contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939). Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. 2012
RIBEIRO, Orlando. (1998) Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico. (7ªEd.) Lisboa. Livraria Sá da Costa Editora
RIHA, Tadeas. (2014) Weakness in architecture Lessons in the ruins. Livro de graduação em arquitectura, TUDelft University 2014
RODRIGUES, Sérgio Fazenda. (2013) A casa dos sentidos, Crónicas de arquitectura. (1ªEd.) Lisboa. Uzina Books
RUDOFSKY, Bernard. (1964) Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture. (1ªEd.) Nova Iorque. Museum of Modern Art
RUSKIN, John. (1909) Seven Lamps of Architecture. (1ªEd.) Londres. Cassell and company, ltd
SARAMAGO, José. (1981) Viagem a Portugal. (1ªEd.) Lisboa. Editorial Caminho
SCHEIFFER, Nora. (2002) Senses: blindness. (1ªEd.) Nova Iorque. AFB
SILVA, Gastão de Brito e. (2014) Portugal em ruínas. (1ªEd.) Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos
SIZA, Álvaro. (2006) Imaginar a evidência. (1ªEd.) Lisboa. Edições 70
STRONGMAN, Cathy. (2008). The sustainable home. (1ªEd.) Londres. Merrell Publishers Limited
TABOR, Ray (2012) The encyclopedia of green woodworking. (2ª Ed.). Bath. Eco-logic Books
TÁVORA, Fernando. (2008). Da organização do espaço. (8ªEd.) Porto. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
TELLES, Gonçalo Ribeiro; Francisco Caldeira Cabral. (2005). A árvore em Portugal. (2ªEd.) Lisboa. Assírio & Alvim
TELES, Paula. (2013). A cidade das (i)mobilidades: Manual técnico de acessibilidade e mobilidade para todos. (1ªEd.) [S.L.]: Mpt - mobilidade e planeamento do território, lda.
UNGAR, Simon. (2000) Cognitive mapping without visual experience. *Cognitive Mapping: Past Present And Future.* Londres. Routledge
ZUMTHOR, Peter. (2006) Atmospheres. (1ªEd) Basileia. Birkhauser
ZUMTHOR, Peter. (2010) Thinking architecture. (3ªEd.) Basileia. Birkhauser